



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE (2013)**

LAURO PIRES XAVIER NETO

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
NO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE (2013)

LAURO PIRES XAVIER NETO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Solange Lacks

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

X3a Xavier Neto, Lauro Pires
 Análise do financiamento da educação no município de
 Aracaju/SE (2013) / Lauro Pires Xavier Neto ; orientadora Solange
 Lacks. – São Cristóvão, 2017.
 140 f.

 Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de
 Sergipe, 2017.

 1. Educação – História. 2. Política educacional. 3. Educação –
 Financiamento - Sergipe. 4. FUNDEB. 5. Planejamento político –
 Educação. I. Lacks, Solange, orient. II. Título.

CDU 37.014.543(813.7)

DEDICATÓRIA

Para Ernesto, passado e futuro.

Para minha mãe, pai, irmã, sobrinhos, tias e toda a família.

Para Camila, pela presença.

Para Dona Maria, pelas ajudas.

Para Solange Lacks, pela oportunidade.

Para Sônia Meire, pela luta diária.

Para Socorro Xavier, pelos ensinamentos.

Para Lucas e Silvana Bretas, pelas contribuições.

Para Magaly, por dividir momentos em sala de aula.

Dedico...

AGRADECIMENTOS

Para todos os meus amigos presentes nesta caminhada, em especial Pedro Segundo.

A CAPES, pelo incentivo financeiro.

Para Gabo, pelos prazeres literários e pelo engajamento político.

Para as Violetas que se foram...

Violetas

Não há mais flor de mandacaru
Não há mais a menina que enoja da boneca
As violetas não brotam mais
Plantaram sangue no chão da escola

Tudo seco, sem cheiro de flor
Tudo é dor neste pasto seco

Margaridas, Violetas, não violentas
Lutadoras, poetas, meninas
Sonhos que se foram

[Violentamente]

E mais que nunca precisamos plantar
Violetamente!

INSÔNIA LITERÁRIA
(*Réquiem* para uma tese)

Meia noite. É preciso escrever.
Mudo o horário. Mudo o computador. Mudo a posição.
O texto continua mudo.

Lá fora cobradores rangem os dentes. São prazos implacáveis alvoroçando minha falta de inspiração.

Minha mãe inicia a sinfonia dos pires e talheres às cinco da manhã. Anuncia o café forte e o alarido diuturno.
São vozes que cercam e agonizam o teclado até o por do dia.

Procuro refúgios, Thomas Mann,
qualquer mágica que digite freneticamente todo o texto que está contido na cabeça.

São apenas velhos truques e desejos frenéticos. Parar tudo e ler um romance. Ou uma tragédia grega.

Outrora marco um mergulho no mar. Catatonia vespertina. Delírios corriqueiros na Praia de Coqueirinho.

Os trinta dias correram pelo ralo. A ampulheta do tempo está cheia de ar...

Na linha de chegada estão todos. Maridos, mulheres, filhos, minha mãe com o pires na mão, meu pai na torcida por qualquer resultado, o futuro e o carnaval. O verdugo de minha sorte sorri para mim.

Meio dia. O texto ainda me espera neste quarto quente e repleto de passado. Parece que todos me olham, esperam por mim. Os doutores, os sobrinhos, desconhecidos de Shanghai, quase toda a família. O mundo inteiro está aqui à espera das duzentas páginas inexistentes e retorquidas.

O texto sabe imolar o sujeito. Sacrifica inocentes. Refluxos e mais refluxos, arrependimentos, lembranças das rotas alteradas, caminhos de fuga.

O texto não espera poemas, não coaduna com correntes literárias, não aceita jocosidades.
Ao contrário, é burocrático, infame, prolixo.

Assassino de poetas primários lacônicos, o texto há de cumprir o seu ideal.

RESUMO

A elaboração deste trabalho deu-se num momento de efervescência política e de crise estrutural e intensa do sistema capitalista de produção. A partir da desarticulação deliberada da organização sindical e dos movimentos sociais, do avanço das políticas neoliberais, do recuo da ideia dos partidos hegemônicos na busca por estabelecer o socialismo e do possível momento histórico do ascenso das massas, embasa-se nossa tese central, a qual é de que só o processo de transformação social radical poderá transformar a realidade educacional brasileira, incluindo, nessa, o papel primordial do processo educacional revolucionário que, dentro da estrutura escolar formal, só fará sentido se voltado para insuflar as massas, denunciar e apontar as mazelas do sistema e for capaz de indignar os sujeitos envolvidos no cotidiano educacional (docentes, discentes, servidores e a comunidade), com o intuito de fazer com que os mesmos reflitam sobre a possibilidade de se engajarem num processo radical, universal e internacional de transformação social. O nosso problema de pesquisa questiona como as verbas públicas, num município vinculado a um partido de direita (DEM), estavam sendo utilizadas e se, de fato, tais recursos estavam sendo alocados para o desenvolvimento da educação pública. Assim, analisamos a política educacional do Governo Federal, seus projetos e programas, buscando encontrar elos com as demandas norteadas pelo capital. Os objetivos deste trabalho foram: verificar a realidade social e educacional brasileira; analisar as políticas educacionais de financiamento do município de Aracaju/SE; compreender a realidade educacional a partir das políticas de financiamento; verificar como um projeto de direita (a partir da vinculação partidária do gestor municipal), no município de Aracaju/SE, atua no sentido de fortalecer os ditames das políticas neoliberais; e realizar uma análise do financiamento em educação na prefeitura de Aracaju, no ano de 2013. Nossas hipóteses indicavam que os recursos públicos da educação em Aracaju/SE privilegiavam e fortaleciam os setores privados. Em relação ao método que norteia o trabalho, optamos pelo materialismo histórico-dialético a partir da categoria Totalidade. A metodologia adotada foi a análise, a partir dos dados coletados no Portal da Transparência e do TCE/SE, de todos os contratos, convênios, empenhos e pagamentos realizados no município pesquisado no ano de 2013 e suas relações com recursos oriundos do MDE, Salário Educação e FUNDEB. Verificamos que, no município de Aracaju/SE, parte considerável das verbas da educação foi destinada para a iniciativa privada ou para projetos vinculados a empresas, enfraquecendo a *res publica*, e fortalecendo projetos políticos neoliberais, apontando assim que a estrutura política e econômica no Brasil não privilegia um processo educacional voltado para a transformação social e é preciso realizar uma ruptura radical com essa forma de organização que se vincula em torno dos ditames e interesses comerciais e políticos do capital.

Palavras-chave: Crise do Capital; Educação; Financiamento da Educação; FUNDEB.

ABSTRACT

The formulation of this work took place during the political effervescence and the structural and intense crisis of the capitalist system of production. From the deliberate disarticulation of the union organization and the social movements, the advance of neoliberal policies, the idea withdrawal of hegemonic parties in search of establishing socialism and the possible historical moment of the rise of the masses, our central thesis is based on. It refers that only the process of radical social transformation can alter the Brazilian educational reality, including in it the primordial role of the revolutionary educational process that, within the formal school structure, it will only make sense if it is aimed at inciting the masses, denouncing and pointing out the system problems and being able to outrage the subjects involved in the educational daily life (professors, students, technical employees and the community), with the purpose of making them reflect on the possibility of engaging in a radical, universal and international process of social transformation. Our research problem questions how the public funds, in a municipality linked to a right-wing party (DEM - The Democrats), were being used and if, in fact, such resources were being allocated for the development of public education. Thus, we analyzed the educational policy of the Federal Government, its projects and programs, in order to find links with the demands guided by the capital. The objectives of this piece of research were: to verify the Brazilian social and educational reality; to analyze the financing educational policies of the municipality of Aracaju/SE; to understand the educational reality from the financing policies; to verify how a right-wing project (from the municipal manager's party binding), in Aracaju / SE, acts so as to strengthen the dictates of the neoliberal policies; and to carry out an analysis of the financing in education in the Aracaju City Hall, in 2013. Our hypotheses indicated that the public resources of education in Aracaju/SE privileged and enhanced the private sectors. Regarding the method that guides the work, we opted for the historical and dialectical materialism from the Totality category. The adopted methodology was the analysis, from the data collected in the *Portal da Transparência* (Transparency Site) and in the TCE/SE (Accounting Court of the State of Sergipe), of all contracts, agreements, commitments and payments fulfilled in the surveyed municipality in 2013, and their relations with funds from the MDE (Maintenance and Development of Education), Education-Salary Law and FUNDEB (Fund for the Development and Maintenance of Elementary Education and Recognition of the Teaching Profession). We verified that, in Aracaju/SE, a considerable part of the educational funds was meant to the private initiative or to projects related to companies, weakening the *res publica*, and strengthening the neoliberal political projects, thus pointing out that the political and economic structure in Brazil does not favor an educational process aimed at social transformation, and a radical rupture must be achieved with this form of organization that is linked to the dictates and commercial and political interests of the capital.

Keywords: Capital's Crisis; Education; Educational Financing; FUNDEB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM – Banco Mundial
BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento
CACCS – Conselho de Acompanhamento e Controle Social
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Partido Democratas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPVA – Imposto sobre Veículos Automotores
ITCMD – Imposto Transmissão Causa Mortis ou Doação
ITR – Imposto Territorial Rural
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei de Orçamento Anual
MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC – Ministério da Educação
MP – Medida Provisória
MST – Movimento dos Sem Terra
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PEC – Projeto de Emenda da Constituição
PMA – Prefeitura Municipal de Aracaju
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE – Plano Nacional de Educação
PPA – Plano Plurianual
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Aracaju/SE
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SIC – Serviço de Informação ao Contribuinte

TCU – Tribunal de Contas da União

TCE – Tribunal de Contas do Estado

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Número de pessoas extremamente pobres no Brasil	36
Gráfico 02	Número de pessoas pobres no Brasil	37
Gráfico 03	Evolução anual do número de unidades de ensino que ofertaram cursos do PRONATEC Bolsa-Formação 2011 a maio/2014	42
Gráfico 04	recursos recebidos do FUNDEB pelos municípios sergipanos em 2012 (R\$)	72
Gráfico 05	evolução nas matrículas (creches / Sergipe)	75
Gráfico 06	evolução nas matrículas (pré-escolas / Sergipe)	77
Gráfico 07	evolução nas matrículas (EF séries iniciais / Sergipe)	77
Gráfico 08	evolução nas matrículas (EF séries finais / Sergipe)	79
Gráfico 09	evolução nas matrículas (Ensino Médio / Sergipe)	79
Gráfico 10	Matrículas Ensino Superior em Sergipe	81
Gráfico 11	Matrículas em Creche (Aracaju/SE)	85
Gráfico 12	Matrículas em pré-escola (Aracaju/SE)	86
Gráfico 13	Matrículas EF anos iniciais (Aracaju/SE)	87
Gráfico 14	Matrículas EF anos finais (Aracaju/SE)	88
Gráfico 15	Número de convênios por Ministério	89
Gráfico 16	Transferências do Governo Federal por Área (Função) para o município de Aracaju (SE) 2013	90
Gráfico 17	Total destinado à área Encargos Especiais (repasse do Governo Federal para o município de Aracaju em 2013).....	92
Gráfico 18	Total repassado à área Educação pelo Governo Federal para município Aracaju em 2013	93
Gráfico 19	Total destinado, mês a mês, por parte do Governo Federal à ação Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (2013) para o município de Aracaju/SE	95
Gráfico 20	Empenhos MDE da PMA (junho de 2013 e 01 a 12 de julho 2013).	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Evolução anual do número de unidades de ensino que ofertaram cursos do PRONATEC Bolsa-Formação 2011 a maio/2014	42
Tabela 02	Transferências anuais aos parceiros ofertantes, 2011 a maio/2014 (R\$).....	43
Tabela 03	Quantidade de professores do ensino médio capacitados por meio da Capes, de 2009 a 2012 (elaboração TCU, 2013	44
Tabela 04	Percentual dos professores das redes estaduais de ensino, segundo o tipo de contratação, em 2012 (elaboração TCU, 2013)	58
Tabela 05	evolução das matrículas da educação básica (Sergipe)	74
Tabela 06	Matrículas por instituição Ensino Superior (Sergipe)	81
Tabela 07	Evolução do IDHM e seus componentes	83
Tabela 08	Evolução do IDHM Educação e seus componentes	84
Tabela 09	Número de convênios por Ministério	89
Tabela 10	Transferências do Governo Federal por Área (Função) para o município de Aracaju (SE) 2013	90
Tabela 11	Total destinado à área Encargos Especiais (repasse do Governo Federal para o município de Aracaju em 2013)	92
Tabela 12	Total repassado à área Educação pelo Governo Federal para município Aracaju em 2013	94
Tabela 14	Total destinado, mês a mês, por parte do Governo Federal à ação Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (2013) para o município de Aracaju/SE	95
Tabela 15	Origens do FUNDEB do município de Aracaju (2013)	96
Tabela 16	Transferência de recursos do FUNDEB do município de Aracaju 2013	97
Tabela 17	Evolução do FUNDEB no município de Aracaju/SE (FNDE e TCE/SE)	97
Tabela 18	Despesas Empenhadas/Pagas Secretaria de Educação da PMA (2013)	99
Tabela 19	Despesas por elemento de despesa da Secretaria de Educação da PMA (2013)	100
Tabela 20	RECEITA ARRECADADA PROVENIENTE DE IMPOSTOS (2013) PMA	102
Tabela 21	Dedução dos impostos para a formação do FUNDEB (2013) PMA ..	102
Tabela 22	Despesas com MDE, pagas e empenhadas, consideradas na apuração do limite constitucional (2013) PMA	103
Tabela 23	Detalhamento das despesas com MDE, pagas e empenhadas, consideradas na apuração do limite constitucional (PMA 2013)	104
Tabela 24	Restos a pagar MDE PMA 2013	105
Tabela 25	Repasse dos recursos do FUNDEB 2013 (PMA)	106
Tabela 26	Percentual Aplicado Na Remuneração Dos Profissionais Do	

	Magistério Da Educação (FUNDEB PMA 2013)	107
Tabela 27	Detalhamento do Contrato realizado entre a SEMED/PMA e o IAB.	108
Tabela 28	índice de transparência das capitais brasileiras em 2014	125
Tabela 29	Empenhos MDE da PMA (junho de 2013 e 01 a 12 de julho 2013)	126
Tabela 30	Evolução do valor do piso nacional do magistério conforme a Lei 11.738/2008 (Lei do Piso) (Elaboração TCU)	131
Tabela 31	Cumprimento da Lei 11.738/2008 (Lei do Piso), pelos estados, segundo o MEC e segundo a CNTE (elaboração TCU)	133

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	EDUCAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS NEOLIBERAIS	28
3	POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO EDUCACIONAL	55
3.1	POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO: FUNDEB	62
4	FINANCIAMENTO EDUCACIONAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU	72
4.1	O FUNDEB EM SERGIPE	72
4.2	EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM SERGIPE (2007-2013)	74
4.3	MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE	80
4.4	O MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE	83
4.5	REPASSES DO GOVERNO FEDERAL PARA O MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE	89
4.6	ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU	98
4.7	ANÁLISE DO MDE DA PMA 2013	100
4.8	ANÁLISE DO FUNDEB DA PMA 2013	105
4.9	CONTRATOS REALIZADOS PELA SEMED DA PMA 2013	107
4.10	CONVÊNIOS REALIZADOS PELA SEMED PMA 2013	122
4.11	REPASSES DA SEMED 2013 PARA OS, OSCIPS E ONG'S	122
4.12	EMPENHOS REALIZADOS PELA SEMED PMA 2013	123
4.13	SOBRE A QUESTÃO DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES EM ARACAJU/SE	130
5	À GUIA DE CONCLUSÃO: PROLETÁRIOS UNI-VOS	135
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139

1. INTRODUÇÃO

O financiamento da educação é um elemento fundamental para garantir a infraestrutura essencial para a oferta da educação em todos os níveis, com um padrão de qualidade que a sociedade cobra, questão esta que é discutida desde a chegada dos Jesuítas no Brasil (1549), entretanto, para este estudo, o marco para a análise, deu-se a partir das Constituições brasileiras a partir de 1934. Verificamos que vários autores, ao longo dos anos, tiveram a preocupação em estudar e analisar as políticas de financiamento da educação na contemporaneidade. Pereira (2012), por exemplo, afirma que no período entre 1934 a 1988 aconteceram alterações nas diversas Constituições brasileiras, no tocante à vinculação de percentuais da educação.

A Constituição Federal trata do assunto desde 1934, quando da vinculação de impostos e transferências constitucionais, União e Municípios deveriam aplicar não menos que 10% da renda de impostos em educação, enquanto que Estados e o Distrito Federal deveriam aplicar 20%, no mínimo. Estes percentuais foram suprimidos da Constituição de 1937, retornaram no texto constitucional de 1946 (com a mudança de 20% para os municípios), mais uma vez suprimidos da Constituição de 1967 no período da Ditadura Civil-Militar¹ e, finalmente, consolidados pela Constituição de 1988, com os seguintes percentuais: Estados, Municípios e o Distrito Federal com não menos que 25% dos impostos vinculados à educação e a União com 18% (PINTO e ADRIÃO, 2006).

Alguns trabalhos sobre financiamento datam da década de 1950 e a preocupação maior sobre esses estudos advêm, especialmente, da implantação da política de Fundos em 1998. Verificamos que a partir da luta da sociedade civil organizada em tornar público os investimentos em educação e a instituição de Conselhos de Acompanhamento e Controle, pulularam pesquisas por todo o país e o tema ficou mais consolidado por parte de pesquisadores na academia (PEREIRA, 2012; BOCCHI, 2016; OLIVEIRA, 2006; MILITÃO, 2011).

A partir da conjuntura atual, podemos verificar que as políticas de financiamento da educação estão atreladas aos interesses e ditames das políticas neoliberais,

¹ Importante frisar que: "o golpe militar de 1964 suprimiu a vinculação constitucional de recursos para a educação, o que, vale dizer, diminuiu os investimentos governamentais em educação. Ressalte-se que, nessa época, as cidades brasileiras viviam momentos de crescente urbanização, e consequente expansão das matrículas escolares" (PINTO e ADRIÃO, 2006).

especialmente na década de 1990, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)² e da Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) (além da aprovação do Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação). A redução do papel do Estado, a preocupação do Governo brasileiro em manter uma política austera no tocante ao pagamento de juros e amortizações da dívida, o fortalecimento da iniciativa privada em vários ramos da economia e o surgimento de ONG's (aqui entendidas como uma forma de privatização³), mostram que esta década foi marcada pela redução dos gastos públicos em áreas prioritárias (DAVIES, 2001; BOTLER, 2011).

OLIVEIRA (2007) faz uma crítica à abundante literatura de pesquisadores brasileiros sobre o entendimento de que nossa política educacional é determinada pela agenda internacional, em especial, neste caso, aos ditames de Organismos Internacionais, como o Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo, assim, reprodutora dos interesses dominantes. Neste caso, compreendemos que nossa análise, a partir dos dados coletados na pesquisa realizada para construir este trabalho, parte do pressuposto que existem condicionantes econômicos, além da comprovação da vasta literatura de que as políticas educacionais estão atreladas e limitadas (no tocante ao montante de recursos e como são utilizados) às políticas internacionais impostas por esses organismos internacionais (TOMASI, 1996).

Ao longo dos anos, em especial a partir dos anos 1990, é possível verificar um discurso crescente da desburocratização do Estado, a defesa do Estado mínimo e a implantação de novas formas de gestão pública, reforçando as políticas de municipalização da educação⁴ no Brasil, a partir dos preceitos e ditames de diversos organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), os Programas das Nações Unidas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros (SOUZA e FARIA, 2004; CASTRO, 2001).

A própria estrutura jurídica da área educacional caracteriza esse vínculo entre os processos educacionais e as demandas do mercado capitalista. A Lei de Diretrizes e

² Sobre a LDB ver Brzezinski (2014).

³ Segundo Vieira e Vidal (2014), "A privatização – marca decisiva da chegada de Fernando Collor ao poder – tem continuidade nos governos subsequentes, ganhando força e legitimidade institucional".

⁴ Municipalização que à princípio daria mais autonomia à população, inclusive na forma do Controle Social, acabou por se caracterizar como uma estratégia dos defensores do Estado Mínimo para enxugar a máquina administrativa e desvencilhar o papel do Estado em áreas prioritárias como educação e saúde (Souza e Faria, 2004).

Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) afirma, em seu artigo 3º, a existência de instituições privadas de educação e, apesar de exigir, no parágrafo 3º do artigo 7º a capacidade de autofinanciamento dessas instituições, traz a ressalva constitucional do artigo 213: "Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei" (BRASIL, 1988). A LDB é a carta magna da educação e a sua análise (assim como o financiamento educacional) deve partir da compreensão das características intrínsecas da sociedade capitalista, "cuja formação econômica se centra na propriedade privada dos bens produzidos coletivamente" (SAVIANI, 2007).

Para Vieira e Vidal (2014), os artigos 20º e 77º da LDB, os quais tratam das entidades confessionais, comunitárias e filantrópicas, "permitem constatar que a abertura à concessão de recursos públicos ao ensino privado é bastante elástica. No limite, qualquer instituição é passível de receber recursos". Para estes autores, os termos para definir as escolas definidas no *caput* da lei são maleáveis, ambíguos e passíveis de escapar de controle mais rígido, permitindo assim qualquer entendimento jurídico que pode beneficiar setores vinculados à iniciativa privada.

Não por acaso, tantas reformas aconteceram na década de 1990. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujo mandato de oito anos teve apenas um único Ministro da Educação, o economista Paulo Renato de Souza - ministro esse que já havia ocupado a vice-presidência do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) - conseguiu aprovar a nova LDB, a Lei do FUNDEF (Lei nº 9.424/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 10.172/ 2001)

Outra referência histórica desse período foi a Conferência de Jomtien⁵ (patrocinada inclusive pelo Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e UNICEF) que indicou uma política, em nome da austeridade fiscal, de valorização do Ensino Fundamental em detrimento dos outros níveis da educação básica. Tal conferência balizou documentos importantes que marcaram as políticas educacionais brasileiras, como o Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003) que determinava limitações em relação ao financiamento da educação e estipulava uma relação entre os gastos educacionais e o Produto Interno Bruto (PIB). No caso específico da Conferência de Jomtien, este valor ficou na casa de 5,5% do PIB, valor irrelevante para uma proposta que visava universalizar o ensino

⁵ Ocorrida em 1990, na Tailândia.

fundamental no Brasil (PINTO, 2002; SOUZA e FARIA, 2004). O Ensino Fundamental⁶ acabou sendo o único nível da educação beneficiado por políticas públicas, até mesmo com a exclusão da Educação de Jovens e Adultos, através do veto à lei do FUNDEF por parte do Governo FHC, durante o processo de municipalização realizado na década de 1990, "em que pese o fato de não terem logrado universalizá-lo com a qualidade esperada" (SOUZA e FARIA, 2005, p. 32).

Apesar das análises favoráveis realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que apontaram, entre outros benefícios, fatores positivos na redistribuição de recursos via FUNDEF, aumento do número de matrículas na rede pública municipal, encontramos trabalhos críticos ao Fundo mostrando as fragilidades com relação à Educação Infantil e à Educação de Jovens e Adultos⁷ (SOUZA e FARIA, 2005).

Para alguns autores, a política do FUNDEF reafirmou a política do MEC enquanto coordenador das políticas nacionais; aperfeiçoou o processo de gerenciamento orçamentário e financeiro no setor; ampliou os recursos alocados⁸; implantou uma política redistributiva de correção de desigualdades regionais e sociais; deu visibilidade à gestão dos recursos; e capacitou e valorizou o magistério, a partir da proposta de formação de professores leigos. Os dados dos pesquisadores reforçam a ideia de municipalização crescente das matrículas no Ensino Fundamental⁹, o aumento da redistribuição de recursos¹⁰ e os ganhos de receita na maioria das regiões do país (apesar da queda na região Sudeste). Como contraponto, verificou-se que os Estados subnacionais perderam matrículas e, conseqüentemente, recursos vinculados ao FUNDEF, o que gerou problemas fiscais e financeiros exatamente numa época em que

⁶ Segundo Souza e Faria (2005, p. 32): "(...) a formação de professores, a educação à distância, a educação especial e a educação indígena, (...), apresentam inúmeras dificuldades de implantação, que se estendem da ausência ou precariedade de recursos à necessidade de revisão de muitos pontos legais que prevêm sua oferta. No tocante à realidade da educação infantil, da educação do campo, da educação de jovens e adultos (EJA) e da educação profissional, cabe destacar que se apresenta ainda mais desafiador para os municípios, uma vez que tais modalidades ainda não se encontram amparadas por políticas públicas específicas de financiamento de abrangência nacional."

⁷ Verificamos também as artimanhas que alguns prefeitos utilizaram para burlar as matrículas, como matricular alunos inexistentes, remanejar alunos de outro nível da educação básica. Constatamos esse fato durante a pesquisa que realizamos para a construção da monografia de especialização (XAVIER NETO, 2000). Várias matérias de portais também mostram esse problema como em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,prefeituras-matriculam-adultos-com-criancas-para-ter-fundef,20031013p58871>.

⁸ Segundo estudos do INEP, em 2000 o FUNDEF movimentou cerca de R\$ 17 bilhões para o Ensino Fundamental público, R\$ 3,7 milhões a mais que em 1998 (CASTRO, 2001).

⁹ Segundo Semeghini (2001): "O contingente matriculado no ensino fundamental das redes municipais passou de 12,4 milhões de alunos em 1997 para 16,7 milhões em 2000 (acréscimo de 34,5%)".

¹⁰ Segundo Castro (2001) de 38% dos recursos do FUNDEF em 1998 para 45% em 2000.

o Governo Federal exigia ajuste fiscal, controle do *déficit* público e contenção de despesas com pessoal através da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (CASTRO, 2001; SEMEGHINI, 2001).

O FUNDEF, na análise de alguns especialistas vinculados ao INEP, gerou uma minirreforma tributária ao estabelecer o repasse de recursos financeiros diretamente numa conta bancária do município, variando a partir da quantidade de alunos matriculados, alterando, assim, a alocação de impostos arrecadados por municípios, estados e Distrito Federal. Assim, para os teóricos do INEP, a implantação do Fundo gerou uma verdadeira "revolução" nas condições de oferta do ensino fundamental, induziu transformações em todo o país (ao contrário de outras políticas públicas que ao longo de décadas não conseguiram universalizar projetos educacionais), fortaleceu o processo de fiscalização e controle social dos gastos públicos e injetou mais recursos, especialmente nos municípios mais pobres (CASTRO, 2001; SEMEGHINI, 2001).

Por outro lado, verificamos várias fragilidades durante a vigência do FUNDEF, tanto de ordem conceitual, quanto de ordem operacional. A própria estrutura política do país e seu ordenamento jurídico acabam por privilegiar a impunidade, especialmente na esfera municipal. Dados da Controladoria Geral da União sobre o FUNDEF apontam que a 17ª edição do Programa de Fiscalização, a partir de sorteios públicos, constatou que 81,66% dos municípios investigados apresentaram irregulares no tocante aos recursos federais¹¹.

Além disso, dados históricos das matrículas no ensino fundamental apontam para uma redução na rede pública (28.870.418 em 1995 para 26.256.179 em 2011) e o crescimento das matrículas na rede privada (3.798.320 em 1995 para 4.102.461 em 2011), ou seja, um decréscimo na oferta e a queda vertiginosa das matrículas em escolas públicas¹². Portanto, desde a promulgação da LDB, em 1996, e da Lei do FUNDEF até o momento, houve a ampliação do setor privado e "dois exemplos ilustrativos (...) são emblemáticos. (...) associações comunitárias (...) respondem por boa parte da oferta da educação infantil. (...) [E] grandes conglomerados responsáveis pelo segmento do ensino superior privado de empresas de capital aberto", além do Sistema S (SESC,

¹¹ Ver: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2006/02/fundef-lidera-fraudes-em-municipios-fiscalizados-pela-cgu>

¹² Vieira e Vidal (2014) também analisaram as matrículas no ensino superior que em 1995 contavam, na rede privada, com 1.059.163 e saltou para 4.966.374 em 2011, o que para estes autores pode se configurar "como o início da retomada desse mesmo setor na educação básica, movimento já perceptível nos números de todas as etapas desse nível de ensino", por isso a importância da análise desses dados no ensino superior.

SESI, SENAI, SENAC, SENAT) que tem abocanhado parte dos recursos públicos e os sistemas de financiamento através de bolsas tanto para a Educação Básica, quanto para o Ensino Superior (VIEIRA e VIDAL, 2014).

Verificam-se também inconsistências diversas na própria legislação, a qual possibilitou a criação do FUNDEF, como, por exemplo, as diferentes versões sobre o texto da Emenda Constitucional (14/96) e a Lei que o regulamentou (9424/96) no tocante ao termo valorização do magistério e remuneração do magistério, o que segundo Davies (2001b) gerou variadas interpretações, inclusive sobre os beneficiáveis do percentual vinculado ao pagamento do percentual estabelecido em lei. Os estudos de Davies (2001b) mostram que se o preceito constitucional de vinculação de impostos estivesse sendo cumprido, não haveria recursos adicionais por parte do FUNDEF em vários estados e municípios da federação.

Com o fim da era FHC, surge uma esperança de alguns setores ligados à esquerda na expectativa de que transformações sociais profundas pudessem modificar o cenário deixado pelos últimos anos de políticas neoliberais. No âmbito do financiamento da educação, o fim, já previsto em lei, do FUNDEF, deu lugar ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (Lei 11.494/2007) promulgado em junho de 2007 durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Inicialmente, frente às promessas de mais investimento em educação e a vitória nas urnas do Partido dos Trabalhadores (PT), o FUNDEB pode ter sido considerado como a panacéia de todos os males da educação nacional. Entretanto, logo no processo de tramitação do projeto no Congresso Nacional, percebeu-se que havia uma longa luta para garantir a ampliação dos direitos pela educação, já que, no texto original as creches não seriam contempladas pelo Fundo. Nacionalmente, uma ampla campanha foi lançada e até mesmo o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido que havia estado no poder nos últimos oito anos, lançou nota criticando a ausência das creches no FUNDEB¹³.

Começaram a surgir artigos no meio acadêmico questionando o fato do FUNDEB ser o responsável pela resolução de todos os problemas da educação¹⁴. Os títulos dos artigos eram emblemáticos e demonstram de que forma esse viés do debate

¹³ Ver o sítio do PSDB: <http://www.psdb.org.br/fundeb-discurso-com-pouco-recurso/>

¹⁴ Segundo Davies (2008): "Embora o FUNDEB tenha sido apresentado pelo governo como a grande solução para os males da educação, é preciso cautela com este discurso salvacionista, sobretudo em época eleitoral".

tomou conta do cenário educacional, como, por exemplo: FUNDEB: a redenção da Educação Básica? (DAVIES, 2008); FUNDEB: mais do mesmo? (MILITÃO, 2011); FUNDEB: solução para os males da educação? (FREIRE, 2015). Estes artigos questionavam se realmente haveria uma mudança na política de financiamento educacional e se os recursos previstos seriam suficientes para toda a educação básica e a universalização da educação para todas as crianças e jovens dos quatro aos dezessete anos¹⁵.

Para além dos tão propalados valores monetários¹⁶, é preciso analisar o surgimento dessas políticas educacionais a partir da totalidade social e seus condicionantes, o que, por vezes, é negligenciado pela literatura. Davies (2008) afirma que independente da política de fundos, o Brasil ainda enfrenta problemas de ordem estrutural, com um judiciário vinculado aos interesses dos setores dominantes (assim como os Tribunais de Contas), as perdas financeiras decorrentes do processo inflacionário, recursos financeiros direcionados para o pagamento da dívida pública, a sonegação fiscal, a impunidade frente aos atos de corrupção e a "extrema desigualdade de recursos disponíveis nas três esferas de governo e mesmo entre prefeituras de um mesmo estado" (DAVIES, 2008, s/p).

Concordamos com Davies (2014) quando afirma que apesar da boa intenção de concepção de: "um plano, suas possibilidades de realização serão necessariamente limitadas e truncadas dentro da desordem capitalista e sobretudo da desordem capitalista dependente (...)" (DAVIES, 2014, s/p).

Para além da disputa política no interior da sociedade capitalista, a política de fundos e, neste caso específico, o FUNDEB, não garantiu novos recursos para a educação básica, apesar da ampliação dos recursos com relação ao FUNDEF, a complementação da União não conseguiu acabar com as distorções territoriais, não houve fortalecimento da participação popular ao ponto de ensejar transformações profundas no *modus operandi* das políticas municipais e mantém a lógica da política de fundos setoriais, sem compreender os diferentes níveis da educação brasileira, excluindo, por exemplo, o ensino profissionalizante e a educação superior (DAVIES, 2008; MILITÃO, 2011; FREIRE, 2015).

¹⁵ Ampliação da oferta da obrigatoriedade a partir da LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013.

¹⁶ Segundo Saviani (2007) a previsão do FUNDEF em 1996 era de R\$ 35,5 bilhões e o FUNDEB anunciava R\$ 43,1 bilhões para o primeiro ano de vigência, R\$ 48,9 bilhões para o segundo ano e R\$ 55,2 bilhões para o terceiro ano.

A partir da influência desses autores, com discussões tão instigantes, começamos a refletir sobre a realidade educacional no município de Aracaju/SE. O nosso problema de pesquisa questiona como as verbas públicas, num município vinculado a um partido de direita (DEM), estavam sendo utilizadas e se de fato tais recursos estavam sendo alocados no desenvolvimento da educação pública.

Assim, os objetivos deste trabalho foram: analisar a educação pública no contexto das políticas neoliberais na realidade social e educacional brasileira; analisar as políticas educacionais de financiamento do município de Aracaju/SE; compreender a realidade educacional, a partir das políticas de financiamento e verificar como um projeto de direita (a partir da vinculação partidária do gestor municipal), no município de Aracaju/SE, atua no sentido de fortalecer os ditames das políticas neoliberais e realizar uma análise do financiamento da educação na prefeitura de Aracaju no ano de 2013. Nossas hipóteses indicavam que os recursos públicos da educação em Aracaju/SE privilegiavam e fortaleciam os setores privados.

Aproximamo-nos desta temática, que de certa forma tem um vínculo com a fiscalização e o controle social, durante o ingresso na pós-graduação. Em 1999, assumi pela primeira vez um cargo de professor concursado da Educação Básica. Esse fato ocorreu no município de Sapé/PB, cidade situada a 60 km da capital. Ao mesmo tempo realizava um curso de Especialização em Administração da Educação na Universidade Federal da Paraíba e, como trabalho de conclusão de curso, resolvi analisar o Financiamento da Educação no município de Sapé/PB, em especial os recursos do recém-criado FUNDEF. A aproximação com a temática deveu-se ao engajamento junto à luta dos professores por melhores condições de salário numa realidade de desmandos políticos, prefeito cassado por oito vezes, denúncias de corrupção e péssimas condições de trabalho. Percebi que a maioria dos trabalhadores em educação da rede municipal desconhecia os mecanismos de financiamento e muito menos compreendia a estrutura de funcionamento do FUNDEF. As disciplinas do curso de especialização deram-se um mínimo de conhecimento para atuar junto à luta dos trabalhadores em educação e construir a monografia de final de curso.

Esta primeira aproximação com a temática do financiamento em educação me contagiou e, desde então, tenho lido, pesquisado e publicado sobre a temática. Tais conhecimentos foram aprofundados durante o período em que fui professor da UFCG (2008-2013) e ministrei a disciplina de Legislação da Educação Básica nos cursos de Licenciatura do Campus de Cuité/PB.

No curto período em que fui professor da educação básica na capital paraibana (fevereiro a junho de 2015) esses conhecimentos foram os alicerces para o enfrentamento com a gestão municipal durante o movimento grevista. Integrei o Comando de Greve e junto com outros trabalhadores em educação fizemos o debate político a partir da análise do financiamento da educação no município, em especial analisando os dados do FUNDEB, e foi esta realidade prática me aproximou desta temática sobre o financiamento da educação.

Devido a minha inserção na rede pública municipal de João Pessoa e a realização do doutorado em Sergipe, pensei, inicialmente, em realizar uma pesquisa comparativa com o intuito de analisar como os recursos vinculados à educação estavam sendo geridos por uma prefeitura cujo gestor era filiado ao PT, no caso, a capital paraibana, e outra prefeitura cujo gestor era filiado ao Democratas (DEM). Porém, em 2015, o prefeito da capital paraibana se desfiliou do PT e filiou-se ao PSD, interrompendo assim a primeira experiência do PT naquele município. Dessa forma, a minha perspectiva de comparar governos municipais de partidos diferenciados no intuito de verificar se realmente existem diferenças programáticas, caiu por terra.

Assim, frente aos percalços da pesquisa, fizemos a opção por analisar apenas os recursos da gestão municipal de Aracaju, vinculado ao DEM. Assim, o problema de pesquisa está vinculado ao questionamento de como um governo municipal ligado a um partido de direita, no caso da prefeitura de Aracaju/SE, o (DEM), utiliza os recursos vinculados à educação do município.

Em relação ao método do trabalho, optamos pelo materialismo histórico-dialético, pois é:

Imprescindível desenvolver uma estrutura de pesquisa pautada no materialismo dialético-histórico não apenas para problematizar o *ecletismo*, o relativismo epistemológico, o reducionismo, a neutralidade e a objetividade científica, mas para superar o anacronismo no qual sustentam as pesquisas históricas e sociológicas que têm dado uma demonstração de conservadorismo frente à situação adversa dos trabalhadores deste país. (CARVALHO, 2011, p. 47-8)

Concordamos assim com Carvalho (2011) que não é possível definir uma metodologia científica pautada numa “sopa metodológica”, é preciso uma definição clara do papel político-ideológico do pesquisador.

Utilizamos a categoria da totalidade para compreender as especificidades do fenômeno a partir de suas relações com outros elementos e com os seus condicionantes sociais. Ou seja, o nosso objeto de estudo, o financiamento da educação, não pode ser analisado, a partir desta perspectiva metodológica, sem a devida compreensão das unidades que o cercam. Quando falamos em unidade partimos do pressuposto que os elementos possuem sua identidade, porém não podem ser analisados de maneira isolada. O que em alguns momentos deste trabalho pode parecer uma digressão, na verdade, trata-se do interesse do pesquisador em compreender as diversas relações do fenômeno com os elementos que o cercam em sua totalidade (CARVALHO, 2007).

No intuito de compreender o fenômeno estudado e encontrarmos elementos para análise do problema de nossa pesquisa, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. Realizamos leitura e fichamento de diversos autores contemporâneos que tratam desde a discussão sobre a realidade econômica, como no caso Mészáros, a autores específicos da discussão sobre financiamento da educação, em especial Nicholas Davies, José Marcelino de Rezende Pinto, Donaldo Bello de Souza e Romualdo Portela.

Na pesquisa documental, analisamos Leis, Pareceres e Decretos vinculados à discussão do financiamento da educação no Brasil, desde a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Plano Nacional de Educação e a Lei do Piso Salarial Nacional do magistério.

No âmbito municipal, analisamos dados sobre a realidade educacional, matrículas, repasses financeiros, utilizando, para tanto, informações contidas nas páginas oficiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Portal da Transparência e Controladoria Geral da União. Agrupamos, assim, seis categorias vinculadas ao financiamento da educação em Aracaju, quais sejam: MDE, FUNDEB, Contratos, Convênios, Empenhos e Repasses para OS's, OSCIP's e ONG's. Apresentamos, tabulamos e discutimos esses dados coletados no ano de 2013 à luz da revisão bibliográfica realizada.

Cientes das dificuldades em realizar uma pesquisa de campo, sob a perspectiva crítica da alocação de recursos públicos em educação, não conseguimos realizar entrevistas com alguns setores importantes que poderiam ter contribuído com a análise dos dados, como por exemplo, a secretária de educação de Aracaju/SE, dificuldades essas já apresentadas por Pereira (2012)¹⁷ em sua tese de doutorado.

¹⁷ Pereira (2012) relata: "No caso de Cabedelo, a Secretária de Educação, em contato por telefone, afirmou impossibilidade de uma entrevista acerca da organização do ensino municipal. Alegou não poder

Apesar desses encaixos, estivemos presentes em algumas assembleias de professores da rede municipal e estadual, o que nos fortaleceu metodologicamente quando da análise dos dados, além de ter participado de uma fiscalização da CGU no município de Divina Pastora e a manutenção de um contato direto em algumas ações de intervenção política de um vereador ligado ao sindicato dos professores. Todas essas intervenções, apesar de não constituírem efetivamente uma pesquisa de campo sistematizada, contribuíram sobremaneira para a construção deste trabalho.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, realizamos um panorama geral sobre a realidade conjuntural e histórica, tentando encontrar elementos teóricos que pudessem nos dar subsídios para a análise dos dados do município de Aracaju/SE. Ao tratarmos sobre a educação pública e políticas neoliberais optamos por realizar um breve debate sobre a crise do sistema capitalista, seus tipos, formas e manifestações, tendo Mészáros como referência principal. Fizemos uma crítica ao chamado Estado Democrático de Direito (no sistema capitalista) e trouxemos dados que apontam que a política governamental, independente do partido político hegemônico, reverbera em ações que mantém o *status quo* do sistema dominante.

Revisitamos, neste capítulo, autores que defendem o projeto neoliberal, como também realizamos uma discussão sobre as teorias crítico-reprodutivistas com o intuito de compreender e evitar o reducionismo pedagógico, a crítica-mecanicista e o caráter não dialético e a-histórico da compreensão dos fenômenos. Por fim, realizamos uma análise da dívida pública e como esta vem estrangulando os recursos destinados às políticas públicas.

O segundo capítulo trata das políticas de financiamento com o intuito inicial de apontar a precariedade do trabalho docente. Neste capítulo, aprofundamos o debate sobre a implantação do FUNDEB (em substituição ao FUNDEF), sua natureza e características, bem como a revisão de literatura crítica a política de fundos.

No terceiro capítulo, realizamos o levantamento dos dados e a devida análise crítica sobre o estado de Sergipe, em especial dados sobre o FUNDEB e a evolução das matrículas da educação básica e do ensino superior, com o intuito de verificar o comportamento financeiro e numérico da evolução das escolas públicas e o avanço da rede privada.

fornecer documentos (...)” e prossegue: “Em contato informal com uma das Técnicas da Secretaria, foi informado que as dificuldades de acesso às Diretorias de Ensino relacionavam-se às proximidades do período eleitoral. Segundo a Técnica, ‘temiam-se denúncias’”.

Na sequência, caracterizamos o município de Aracaju/SE, apresentando as matrículas na Educação Básica (evolução de 2007 a 2013); analisamos os repasses do Governo Federal para o município e fizemos a análise de seis itens específicos do financiamento educacional da cidade de Aracaju/SE no ano de 2013: dos recursos da Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE), do FUNDEB, dos contratos, convênios, repasses e empenhos realizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED). No final do capítulo realizamos a análise do piso salarial dos professores da rede municipal.

Nas considerações finais, apontamos a realidade conjuntural da atualidade e reforçamos a necessidade de organização política da sociedade civil. Mostramos que os dados coletados na pesquisa reforçam que as ações do município de Aracaju/SE, a partir da gestão analisada, privilegiam os setores da iniciativa privada quando da alocação de recursos públicos para empresas que propõem projetos e ações questionáveis, inclusive do ponto de vista pedagógico.

2. EDUCAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS NEOLIBERAIS

(...) a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se capital e crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além das barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas frequentemente sonhem (ou ainda, reivindicuem a realização de) exatamente isso. (MÉSZÁROS, 2002, p. 795)

Iniciamos a construção desta tese¹⁸ num momento de efervescência política e de crise estrutural e intensa do sistema capitalismo de produção¹⁹. Crise esta manifestada em quatro aspectos fundamentais:

- (1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (...);
- (2) seu *alcance é verdadeiramente global* (...), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);
- (3) sua *escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro (...). (MÉSZÁROS, 2002, p. 796).

Crise que afeta todos os setores da sociedade e resvala nas determinações das relações sociais em vários aspectos, desde os milhões de famintos, deliberadamente marginalizados pela estrutura desigual do sistema, até as relações mais específicas da estrutura escolar, como afirma Costa (2009, p. 72):

Dá-se uma relação professores/alunos em que os segundos passam a imputar aos professores o tratamento que deveriam dar aos reais representantes da violência do Estado burguês, que os tem oprimido durante toda a trajetória escolar. E os professores passam a ver os alunos como aqueles que materializam a falta de respeito e o

¹⁸ Começamos os estudos de doutoramento em março de 2013, logo em seguida iniciaram-se as manifestações no Brasil, de maneira mais acentuada durante os meses de maio e junho e prosseguem até o momento, manifestações que ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho.

¹⁹ Para Mézáros (2002, p. 20): “Vivemos numa época de crise histórica sem precedentes que afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo.”.

desprestígio da categoria profissional na sociedade, nas manifestações de falta de respeito, e, até mesmo, na violência.

Para o capital, contraditoriamente, a existência humana é a mola propulsora do lucro, condição *si ne qua non* de sobrevivência do próprio sistema, e, ao mesmo, é preciso gerar uma horda de sujeitos supérfluos, arruinar estruturas sociais, como a família, a escola, a igreja e fazer com que as pessoas vivam sob o escopo do sistema de dominação (cf. MÉSZÁROS, 2002, p. 802).

Mas, para manter vivos seus interesses, o capital está assentado numa série de problemas inerentes as suas próprias contradições, que seriam:

- (1) As contradições socioeconômicas internas do capital “avançado” que se manifestam no desenvolvimento cada vez mais desequilibrado sob o controle direto ou indireto do ‘complexo industrial-militar’ e do sistema de corporações transnacionais;
- (2) As contradições sociais, econômicas e políticas das sociedades pós-capitalistas, tanto isoladamente como em sua relação com as demais, que conduzem à sua desintegração e, desse modo, à intensificação da crise estrutural do sistema global do capital²⁰;
- (3) As rivalidades, tensões e contradições crescentes entre os países capitalistas mais importantes, tanto no *interior* de vários sistemas regionais como *entre* eles, colocando enorme tensão na estrutura institucional estabelecida (...) e fazendo prever o espectro de uma devastadora guerra comercial;
- (4) As dificuldades crescentes para manter o sistema neocolonial de dominação (...), ao lado das contradições geradas dentro dos países ‘metropolitanos’ pelas unidades de produção estabelecidas e administradas por capitais ‘expatriados’. (MÉSZÁROS, 2002, p. 808)

Tais contradições apontam que os *slogans* do “fim da história” e de que “não há alternativas” não podem servir de referência para aqueles que lutam, diuturnamente, na construção de uma alternativa socialista, que segundo Mézáros (2002, p. 816), devem ter uma articulação plena com os múltiplos projetos autônomos, de caráter pluralista.

No mundo inteiro, em especial desde a crise capitalista de 2008 que assolou principalmente a Europa, acontecem greves, manifestações e protestos contra as mazelas impostas por um sistema econômico que não consegue atender as necessidades básicas da maioria da população.

No Brasil, milhares de pessoas tomaram às ruas manifestando pautas diversas que vão desde a questão do Transporte Público até a crítica a algumas Medidas Provisórias (MP) e Projetos de Emenda à Constituição (PEC), como foi o caso da PEC

²⁰ Um exemplo dessa realidade pode estar vinculado à crise na Ucrânia (2014), junto à Comunidade Européia e EUA, de um lado, e a Rússia de outro, com a disputa do estado da Criméia.

37 que propunha a retirada do poder de investigação por parte do Ministério Público. Mas, podemos verificar que as manifestações de junho de 2013 representaram:

O conjunto das lutas sociais que estão ocorrendo no mundo e, portanto, também as manifestações de junho no Brasil, guardadas os devidos ritmos, proporções e intensidades, possuem uma relação direta com a crise sistêmica global que vem castigando o capitalismo há mais de seis anos. A crise roubou do sistema imperialista grande parte da capacidade de hegemonizar plenamente a ordem mundial como ocorria no passado, ao mesmo tempo em que abriu fissuras na estrutura de dominação, possibilitando a emergência de um conjunto de fenômenos novos nas esferas econômica, social e política da conjuntura internacional. (COSTA, 2013, s/p)

Ao contrário do discurso que algumas lideranças políticas do Movimento Social apregoavam, não estávamos num momento de descenso da organização política e a “atual ‘crise do marxismo’ se deve principalmente ao fato de que muitos dos seus representantes continuam a adotar uma postura *defensiva*, numa época em que, (...) deveríamos nos engajar numa ofensiva socialista em sintonia com as condições objetivas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 787).²¹

As estratégias de colaboração de classes assumida pelo PT para conseguir ascender ao poder de Estado buscaram a cooptação dos movimentos sociais e populares para garantir a governabilidade e arrefeceu as lutas.

Para muitos dirigentes sindicais e sociais, a ascensão ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) deveria ser um momento de refluxo das manifestações populares, num claro delírio de preocupação artificial da chamada governabilidade. Na verdade:

O Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores exerceram hegemonia sobre os movimentos sociais ao longo dos últimos 30 anos. Esse foi um período de intensa deseducação política, especialmente a partir do momento em que essas organizações foram se adaptando aos parâmetros da ordem, uma vez que o PT e a CUT trouxeram para o interior dos movimentos sociais uma série de vícios pós-modernos em termos ideológicos e organizativos, além de uma enorme frustração da militância a partir das denúncias de corrupção.

²¹ Mézáros publicou, originalmente, Para além do Capital em 1995, a tradução brasileira é de 2002 e ao fazer o prefácio à edição brasileira (antes da posse de Lula na Presidência da República), o filósofo húngaro aponta o Movimento dos Sem-Terra no Brasil (MST) como um movimento que nega o cenário de hegemonia capitalista e é qualificado como um exemplo de sucesso significativo, “que continua a afirmar seus objetivos com grande vigor e coragem, gerando ecos em diferentes partes do mundo (...) e já começando indiretamente a exercer influência no processo político brasileiro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 33). Não é foco de nossa análise analisar o papel de alguns Movimentos Sociais após a eleição do PT ao Palácio do Planalto, mas nos cabe fazer a crítica e a análise do papel desses movimentos após 2003, desmistificando o caráter revolucionário dos mesmos.

Mas esse processo se tornou mais claro no governo Lula. A partir daí, uma política que era feita meio envergonhadamente se tornou uma prática corriqueira orientada a partir do Palácio do Planalto.

Foram dez anos de cooptação aberta do movimento sindical e dos movimentos sociais (CUT, UNE, UBES), mediante cargos no governo e vultosas verbas para sindicatos, centrais sindicais e entidades sociais, em troca da paz social e apoio ao governo; despolitização da sociedade, apassivamento dos trabalhadores, institucionalização da luta de classes e corrupção nos vários escalões governamentais, cujo desfecho pode ser sintetizado naquilo que ficou conhecido como "mensalão", que ceifou da cena política os principais dirigentes do PT, quase todos antigos líderes sindicais. (COSTA, 2013, s/p)

O processo de transformação radical da sociedade foi estancado pelo projeto de governabilidade, capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores, e resultou num processo de expansão das políticas neoliberais. A política econômica dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff mantiveram a lógica do neoliberalismo a partir da continuidade do pagamento dos juros da dívida pública (que consomem boa parte do Orçamento Geral da União), do *superávit* primário, dos juros elevados, do arrocho salarial, do incentivo ao consumo exacerbado do supérfluo e descartável e, especialmente, da manutenção da exploração da mais-valia, elemento típico do sistema capitalista de produção. Neste sentido, não podemos falar em ruptura.

Num contexto, o salto-ruptura das mudanças qualitativas desejadas no Brasil vivenciou seu mais recente momento, de maneira fracassada, durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e foi representado por grupos políticos de esquerda que desejavam a queda de um poder imposto à força após a derrubada do governo populista de João Goulart (1961-1964).

Um dos traços principais do salto-ruptura é o fato de que ele se produz brutalmente, impetuosamente, e afeta toda a qualidade em seu conjunto. (...) Na sociedade, um exemplo de salto sob a forma de ruptura pode ser dado pela revolução social que se efetua mediante a insurreição armada. No decorrer dessa revolução, produz-se uma transformação impetuosa das formas antigas das relações humanas em novas formas, que atingem todos os aspectos fundamentais da vida. (CHEPTULIN, 1982, p. 216-17)

Evidentemente, o processo de transformação social do capitalismo para o socialismo, não se dá apenas pelo caráter súbito. Cheptulin (1982) afirma que também é possível saltos de transformação qualitativa e maneira gradual, a partir da acumulação de elementos que vislumbrem o enfraquecimento da qualidade antiga (no caso, o

capitalismo). Dessa maneira, temos a distinção entre revolução e evolução, “revolução designa um salto, que supõe a destruição radical do antigo fundamento qualitativo da formação material existente (...)”, enquanto que a evolução “designa um salto que supõe a passagem de uma formação material de um estado qualitativo a um outro, (...), no quadro de sua essência” (CHEPTULIN, 1982, p. 219-20).

De fato, os ditos processos eleitorais no Brasil, após 1985, sempre representaram os interesses da burguesia e não houve, efetivamente, no Brasil, a passagem de uma formação mais aperfeiçoada, caracterizada como uma sociedade socialista. O incremento de recursos à população, através de programas compensatórios, conseguiu silenciar boa parte da população historicamente excluída do processo econômico. Podemos configurar esses últimos anos da política brasileira como uma contrarrevolução que é o “restabelecimento provisório da dominação econômica e política da classe historicamente condenada e destruída no curso da revolução” (CHEPTULIN, 1982, p. 220).

É preciso ter clareza histórica para poder analisar qual a melhor forma de organização política no sentido de estabelecer qual o salto qualitativo, salto-ruptura ou salto de acumulação gradual, para que possamos realizar, na práxis, a transformação do capitalismo para o socialismo. Segundo Cheptulin (1982), Lênin fez uma análise minuciosa da realidade político-social da União Soviética antes de 1917, a partir dos estudos de Marx e Engels nos EUA e na Inglaterra do século XIX. Importante analisar as condições objetivas e subjetivas, levando em consideração o

nascimento, desenvolvimento e fortalecimento do sistema socialista mundial, enfraquecimento geral do capitalismo e agravamento de suas contradições, crescimento dos efetivos, do grau de organização e da coesão da classe operária, alargamento do número de seus aliados (...) (CHEPTULIN, 1982, p. 223).

A partir desta análise, é possível verificar a viabilidade da transformação social a partir da via pacífica e da utilização do parlamento burguês.

Para o ex-presidente venezuelano Hugo Chávez Frias (1993, pp. 5-6, *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 829): “Com o aparecimento dos partidos populistas, o sufrágio foi convertido em uma ferramenta para adormecer o povo venezuelano com o fim de escravizá-lo em nome da democracia. (...) Assim, o ato de votar foi transformado no começo e fim da democracia”. Desta maneira, na Venezuela, assim como no Brasil, o processo dito “democrático” fundou-se numa série de estruturas meramente eleitorais,

com o discurso da liberdade e igualdade entre as classes sociais e que não alteraram as discrepâncias sociais, inerentes ao sistema capitalista de produção.

Mészáros (2002), ao fazer uma análise da conjuntura política mundial, afirma que:

Paradoxalmente, os últimos 25 anos, que progressivamente manifestaram a crise estrutural do capital – e daí o início da necessária ofensiva socialista num sentido histórico –, também testemunharam a disposição de muitos marxistas, maior do que nunca, de buscaram novas alianças defensivas e se envolveram com todos os tipos de revisões e compromissos em grande escala, ainda que não tenham, realmente, nada para mostrar como resultado de tais estratégias fundamentalmente desorientadoras. (MÉSZÁROS, 2002, p. 787)

Para tanto, é preciso realizar uma análise do processo histórico dos grupos hegemônicos que estão no poder desde o restabelecimento do processo da chamada eleições diretas. Coelho (2005) faz uma análise do “transformismo” do Partido dos Trabalhadores, a partir de sua tendência hegemônica, e o abandono, ao longo dos anos, das ideias de transformação radical:

A profunda revisão programática nas teses e nos discursos de seus líderes mais conhecidos, a opção cada vez mais resoluta por priorizar os meios de viabilizar êxitos eleitorais em detrimento de quaisquer outros objetivos políticos, a manutenção dos postos estratégicos de comando partidário através de atos de supremacia numérica e do isolamento das posições divergentes: estes são diferentes aspectos do mesmo processo de mudança. Se os anos 80 foram o período de constituição da Articulação como grupo hegemônico do PT, na década seguinte o grupo atua já como tendência plenamente constituída e suficientemente experimentada nas disputas internas para encontrar outros meios de conquistar seus objetivos sempre que o consenso mínimo em torno deles fosse mais difícil ou exigisse concessões que lhes parecessem exageradas ou desnecessárias. (COELHO, 2005, s/p)

Aos poucos, as ideias reformistas do sistema capitalista ganhavam corpo nas disputas internas do PT e apregoavam os “ganhos” sociais da classe trabalhadora a partir da disputa de projetos dentro do sistema, sem a necessidade histórica de transformação radical. Com a vitória eleitoral de Lula da Silva, em 2003, este projeto se fortalece institucionalmente e enterra as possibilidades da organização política de muitos sindicatos e organizações sociais, gerando um desserviço ao processo de construção da luta revolucionária. “vale ressaltar ainda que as três décadas de

deseducação política orientadas pelo PT e suas organizações sociais estimularam o apassivamento e a despolitização da população” (COSTA, 2013, s/p).

Leher (2011, p.165) mostra que as propostas do governo Lula seguiram os caminhos do governo FHC, inclusive no campo educacional, “com o apoio ao setor privado por meio de isenções tributárias, (...), a avaliação produtivista dos resultados, as medidas focalizadas, o entusiasmo pela educação a distância (...). São quinze anos de política social-liberal”. Verifica-se que a lógica do mercado domina amplos setores do processo educacional brasileiro, desde a formação de professores até os modelos de gestão vinculados a uma política de resultados, políticas que modificam toda a estrutura organizacional da educação afetando inclusive as entidades sindicais. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e vinculada a um projeto social-liberal explícito, desarticulou inclusive o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública no período de 2004 a 2009 e afirma a Conferência Nacional de Educação (CONAE) como o grande espaço de articulação política dos trabalhadores em educação²² (Cf. LEHER, 2011). Compreendemos dessa maneira o poder e a força do governo federal e de suas políticas, o que indica então que “o governo federal só pode ser uma junta que administra os interesses mercantilistas, financeiros e fundiários dessa classe” (CARVALHO, 2011, p. 69).

Mészáros (2002, p. 793) diz que para se vencer a guerra contra o capital é necessária uma reestruturação fundamental, pois os órgãos de luta socialista podem até ganhar batalhas individuais, mas estão inseridos num sistema complexo, envolvendo partidos, sindicatos e o parlamento “que forma o círculo da sociedade civil/Estado político e se torna aquele ‘círculo mágico’ paralisante do qual pode não haver saída”.

Assim, é preciso avaliar a atualidade da ofensiva histórica a partir dos elementos da crise estrutural do sistema capitalista, para além da relação de pactos que geram o apaziguamento das tensões sociais a partir de escolhas parlamentares, que segundo Mészáros (2002, p. 794) “o Parlamento, em particular, tem sido objeto de uma crítica muito justificada, e até hoje não há teoria socialista satisfatória sobre o que fazer com ele após a conquista do poder: um fato que eloquentemente fala por si mesmo”. E prossegue:

²² Para desespero dos que ainda acreditam na CNTE e na CONAE como espaço de articulação política, o próprio MEC adiou a Conferência Nacional de Educação para o fim do ano de 2014, para após as eleições presidenciais, alegando problemas na licitação do evento, o que frustrou setores incautos que viam a CONAE como o grande aglutinador da pauta nacional no quesito educação.

(...) o capital – por sua própria natureza e suas determinações internas é incontrolável. Portanto, investir as energias de um movimento social na *tentativa de reformar* um sistema substantivamente *incontrolável* é um empreendimento muito mais infrutífero do que o trabalho de Sísifo, já que a simples viabilidade mesmo da reforma mais limitada é inconcebível sem a capacidade de exercer controle sobre aqueles aspectos ou dimensões do complexo social que estamos tentando reformar. Desde o princípio, isso foi o que condenou e tornou autocontraditório o empreendimento parlamentar socialdemocrata. Por décadas os partidos socialdemocratas continuaram a iludir a si próprios e a seus eleitores de que seriam capazes de instituir, ‘no devido tempo’, por meio da legislação parlamentar, uma *reforma estrutural do incontrolável sistema do capital*”. (MÉSZÁROS, 2002, p. 832-3)

O que se vê é o próprio governo (seja ele na esfera federal, estadual ou municipal) e o Parlamento atuando contrários aos interesses dos projetos históricos da classe trabalhadora, em todos os âmbitos e esferas, como o caso das reformas políticas, da previdência e até mesmo na disputa de projetos educacionais, a exemplo do Plano Nacional de Educação (PNE). Carvalho (2011) assevera:

A democracia burguesa contemporânea é uma forma de governo na qual os poderes políticos, econômicos e sociais de forma plena estão concentrados nas mãos de grupos ou de uma classe social representada majoritariamente no Parlamento. Esta forma de governo cerceia as liberdades e os direitos individuais e coletivos dos grupos ou classes oprimidas. (CARVALHO, 2011, p. 70)

O capital não aceita forças “concorrentes” na articulação de seu projeto histórico. Aqueles, sujeitos ou partidos, que aderiram ao seu programa com o inefável discurso de transformação social, foram tragados pela força do sistema e sucumbiram aos seus “encantos”, deixando reféns gerações de militantes sociais que acreditaram em tais propostas, “Esta é a razão pela qual as estratégias de ‘reforma gradual’ da socialdemocracia tinham que resultar em absolutamente nada em termos de potencial transformador socialista” (MÉSZÁROS, 2002, p. 836). Por isso, Mézáros (2002, p.20), ao discutir os desafios históricos do movimento socialista, afirma que somente uma alternativa socialista radical, que rompa com os determinantes do sistema capitalista e exponha suas contradições, pode oferecer soluções viáveis de transformação social que não sejam dependentes do próprio sistema capitalista, como aconteceram com as experiências do passado.

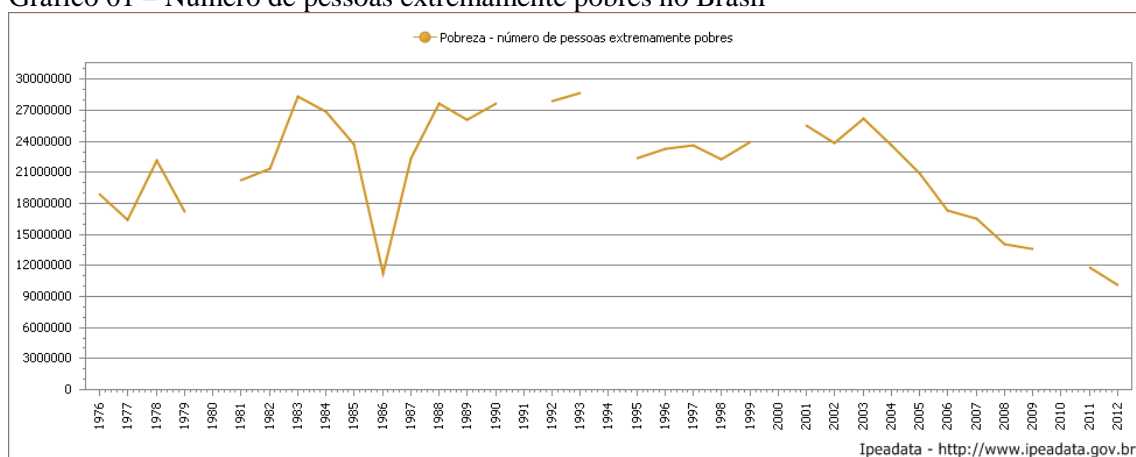
Partimos do entendimento, então, que esta dita democracia é uma falácia frente à realidade de exclusão em que vivem milhões de pessoas, convocadas esporadicamente, de tempos em tempos, para cumprir com seu “dever” cívico de votar nos candidatos que irão representar, na verdade, o domínio especulativo do capital financeiro representado pelos conglomerados de empresas. Esta aparente liberdade democrática representa a liberdade do mercado, a liberdade para aqueles que gozam do dinheiro “de tal sorte que os ricos são livres, aos pobres resta apenas uma sábia resignação ou a consolação da liberdade abstrata” (CARVALHO, 2011, p. 65). E Carvalho (2011) prossegue:

A democracia brasileira é um embuste de *neoliberal* para iludir a maioria da população brasileira. (...) Falar de ‘democracia pura’ e ‘democracia em geral’ quando o proletariado está faminto ou desnutrido crônica e historicamente, semiempregado, desempregado, nu ou seminu, posto na miséria pela dominação capitalista, enquanto o patronato, os especuladores e sua *gendarmérie* de civis e militares continuam detendo os meios de produção e seus produtos roubados dos reais produtores, é escarnecer dos espoliados submetidos à angústia de um futuro sem futuro”. (CARVALHO, 2011, p.61)

Dados do IPEA evidenciam a realidade de exclusão social no Brasil com relação ao número de pessoas extremamente pobres e pessoas pobres. Com dados históricos de 1976 a 2012²³, o IPEA aponta que mais de 40 milhões de brasileiros (2012) estão em situação de vulnerabilidade social.

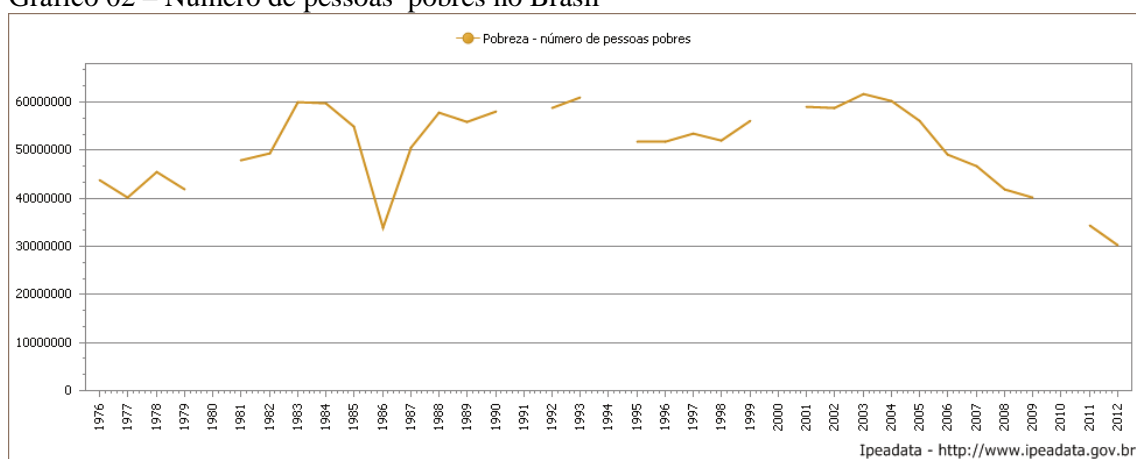
²³ Segundo matéria da Folha de São Paulo publicada em 06 de novembro de 2014 os dados de 2013 apontam que o número de miseráveis subiu em 3,7% e o número de pobres seguiu a tendência de queda. “Miséria parou de cair, confirma governo. Dados que IPEA segurou durante as eleições e liberou só agora mostram que número de miseráveis subiu 3,7% em 2013. Segundo novas informações do IPEADATA, um banco de dados digital do instituto, o número de miseráveis do país cresceu de 10,08 milhões, em 2012, para 10,45 milhões no ano passado. (...) Em relação à pobreza, houve uma ligeira melhora --de 30,3 milhões para 28,7 milhões de pessoas.” (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/194269-miseria-parou-de-cair-confirma-governo.shtml>)

Gráfico 01 – Número de pessoas extremamente pobres no Brasil



Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/>

Gráfico 02 – Número de pessoas pobres no Brasil



Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/>

De fato, esses 40 milhões de brasileiros estão à margem do processo de participação social e *quicá* distantes de organizações políticas vinculadas a projetos de transformação da sociedade, entre os quais 10 milhões vivem com menos de R\$ 58,00²⁴ por mês e fazem parte do que Marx e Engels denominaram de lumpen-proletariado, que como “putrefação passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação” (Marx e Engels, 2010, p.49).

No campo educacional, o projeto de desestruturação da classe trabalhadora também avançou nos últimos anos. As ideias liberais permearam a história do pensamento educacional. Defensores clássicos das teses liberais construíram, ao longo

²⁴ A renda domiciliar per capita - média dos extremamente pobres, calculada pelo IPEA em 2013 aponta o valor de R\$ 57,33 (outubro de 2013). Fonte: <http://www.ipeadata.gov.br/>

do tempo, matrizes epistemológicas com forte rasgo em defesa do sistema capitalista e que até hoje sustentam as orientações das políticas públicas em vários países do mundo.

No século XX, a Teoria do Capital Humano serviu como aporte para a consolidação das ideias liberais, realizando uma discussão sobre desenvolvimento econômico que serviu de base para as relações com outros processos, como o caso da educação.

No Brasil, Cláudio Moura Castro (1976) desenvolveu uma monografia sobre “Desenvolvimento Econômico, Educação e Educabilidade”, defendendo a Teoria do Capital Humano.

O objetivo da obra de Castro (1976) é a defesa dos conceitos da Teoria do Capital Humano a partir da relação da educação e desenvolvimento econômico capitalista, além de discutir a “natureza e a validação das relações causais entre educação e desenvolvimento econômico”; analisar a relação dos determinantes socioeconômicos da educabilidade e a relação do meio, dos fatores biológicos, da inteligência e do ambiente familiar.

O referido autor, intelectual orgânico da direita, defendeu as ideias da Teoria do Capital Humano que transfere para o indivíduo os problemas da sociedade capitalista, remete para a educação um valor econômico e despreza o papel do Estado no agravamento dos problemas sociais. Em nenhum momento o autor discute a realidade econômica a partir dos problemas do sistema capitalista, e despreza por completo o papel econômico e político exercido pela ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964.

Beirando ao preconceito em várias passagens, Castro (1976) afirma que a “existe um mecanismo de seleção natural dentro do sistema escolar”, “Algumas famílias produzem crianças educáveis, outras não”, “As mães de classe mais alta comunicam-se pela razão, enquanto que, as de classe social mais baixa, pelas emoções”, ou silogismos positivistas ao afirmar que “os melhores alunos, em geral, ganham mais. Isto significa que os métodos de avaliação utilizados pelas escolas não são tão deficientes quanto pareciam a alguns (...)” (CASTRO, 1976, p.72); Reafirma a surrada máxima que a educação é uma escada que promove a ascensão social: “para aqueles que são educáveis, a educação torna-se a chave da mobilidade social” (CASTRO, 1976, p. 80).

E prossegue:

A reversão da causalidade (desenvolvimento gera educação) é perfeitamente consistente com a evidência empírica que eles apresentam. A educação pode ser um bem de consumo preferido pelos países ricos. Concluindo, é necessário reconhecer que Harbison e Myers não conseguem, através de comparações internacionais, confirmar satisfatoriamente o elo causal entre desenvolvimento e educação. (CASTRO, *idem*, p. 12)

Esta relação entre o desenvolvimento e educação ainda é muito presente nas discussões de diversos autores oriundos de países de capitalismo tardio, como se pode ver no artigo de Pessoa (2013, s/p):

A academia passou a olhar com mais cuidado a relação entre educação e desenvolvimento econômico a partir dos anos 1990. Os primeiros trabalhos não mostraram resultados positivos. Aparentemente não havia correlação entre crescimento econômico e educação.

A dificuldade histórica desses teóricos em encontrar uma relação entre “desenvolvimento” e educação pode explicar o porquê de o Brasil, ao longo dos anos, negligenciar o investimento maciço em educação, pois basta atender as necessidades imediatas do mercado econômico para que, na visão dos empresários, esteja dada a educação de “qualidade”. A matéria de Fraga e Carneiro (2013), no Caderno Mercado da Folha de São Paulo, confirma esse pensamento:

Apesar da discussão no Brasil sobre a elevação dos gastos para melhorar a educação, a experiência dos países mais avançados nesse quesito mostra que outros aspectos, como a escolha dos professores, é tão ou mais importante do que gastar ampliando o número de salas ou contratando mais profissionais. (FRAGA e CARNEIRO, 2013, s/p)

A matéria afirma ainda que, embasada em estudos da McKinsey²⁵, aumentar investimento em educação em larga escala, reduzir o tamanho das salas de aula e dá maior autonomia para as escolas, quando a qualidade é baixa, são atitudes de exemplos de políticas com baixo impacto no resultado educacional, indo de encontro com a defesa de uma educação pública que represente os interesses da maioria da população. E como políticas educacionais eficientes, a McKinsey sugere “adotar planos de aula unificados em países nos quais a qualidade da educação é baixa”, ou seja, implementar pacotes educacionais, com “a adoção de roteiros fixos para que o professor siga a cada dia de

²⁵ Trata-se de um estudo publicado em 2010 pela McKinsey (Companhia de Consultoria do setor financeiro capitalista) e contou com a análise de 20 países.

aula” e “recrutar professores entre os melhores alunos”, mas não sugere, por exemplo, a necessidade de melhoria salarial dos docentes.

O que de fato está por trás é a necessidade nefasta da lógica comercial em vender produtos educacionais, além de difundir o ideário dominante através de materiais didáticos, por vezes, supérfluos e que influenciam de sobremodo as relações pedagógicas no cotidiano escolar. Para Leher (2011, pp. 162-3):

(...) os senhores do dinheiro organizam e buscam estratégias para ampliar cada vez mais o controle sobre a escola e a universidade, objetivando definir o que é dado a pensar para a juventude brasileira. O objetivo é a inculcação da moral, da ‘ética’ e dos valores burgueses em seu momento neoliberal, em especial em um contexto de novas configurações da ‘governança’ que requerem a combinação de entes privados (ONG, Terceiro Setor, empresas com ‘responsabilidade’) com os aparatos do Estado.

Bresser-Pereira (2013, s/p), um exímio executor das políticas liberais, confirma as teses que não é preciso incrementar o investimento em educação:

Ao contrário do que afirmam os economistas, tanto os liberais quanto os desenvolvimentistas, o principal problema da economia brasileira não está relacionado com a política fiscal, nem com a política de juros. E muito menos com a educação de baixa qualidade. A quase estagnação é resultado de um câmbio valorizado, que impede investimentos.

Ou seja, os teóricos defensores do capitalismo desprezam as mazelas da educação de baixa qualidade e defendem as soluções pragmáticas que ao longo da história resultaram em arrocho salarial e desemprego para a maioria da população.

O capitalismo transforma tudo em mercadoria e quer fazer da educação um instrumento de crescimento econômico (para poucos) em detrimento do processo educativo como elemento de crescimento cultural, humano e coletivo, com algumas empresas fazendo parte deste emaranhado comercial. Leher (2011) cita o Instituto Ayrton Sena, a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Victor Civita (que “edita uma revista que vem difundindo que a educação é um tema técnico-gerencial – revista Nova Escola”) e a Fundação Itaú Social e diz que estas são entidades que “ocultam seu caráter corporativo e empresarial por meio da filantropia, da responsabilidade social das empresas e da ideologia do interesse público” (LEHER, 2011, p. 163).

Verificamos que as políticas neoliberais continuam avançando, mesmo com a redemocratização e o fortalecimento dos partidos ditos de esquerda. No governo Lula da Silva, podemos citar o avanço de tais políticas a partir da implantação do projeto de Reestruturação Universitária, o REUNI, do fortalecimento da Educação à Distância, de projetos voltados para a Educação Básica e do modelo de privatização “diferenciado”, caracterizado através de programas como o O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Iniciativas governamentais que só tendem a ampliar “as vantagens ideológicas e educacionais gozadas pelas classes dominantes na condição de detentoras do controle material e cultural da ‘ideologia dominante’” (MÉSZÁROS, 2002, p. 853).

O PRONATEC, por exemplo, caracteriza-se como um programa que faz o repasse de recursos públicos, inclusive, para o Sistema ‘S’ e instituições privadas, e de acordo com a lei que o instituiu:

(...) podem manifestar interesse em aderir ao projeto os Serviços Nacionais de Aprendizagem (SNA), as instituições privadas e públicas de ensino superior, as instituições de educação profissional e tecnológica e as fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e tecnológica, devidamente habilitadas nos termos da Lei no 12.513/2011, todos denominados “parceiros ofertantes”. O regime é colaborativo porque envolve a participação voluntária de parceiros demandantes e ofertantes. Os entes públicos demandantes são ministérios, órgãos públicos da Casa Civil e secretarias estaduais que estão em busca de pessoas com qualificação profissional, para garantir o desempenho sustentável das políticas públicas pelas quais são responsáveis. (CGU, 2014, pp. 03-04)²⁶

A tabela e gráfico abaixo, elaborados pela CGU (2014)²⁷, mostram a evolução das matrículas ofertadas pelo PRONATEC e o aumento da participação das entidades privadas.

²⁶ CGU 2014: Relatório no: 201406282. Unidade Auditada: SECRETARIA DE EDUC.PROFISSIONAL E TECNOLOGICA. Exercício: 2013. Processo: 23000.004310/2014-11. Município: Brasília – DF. Brasília/DF, 27 de agosto de 2014.

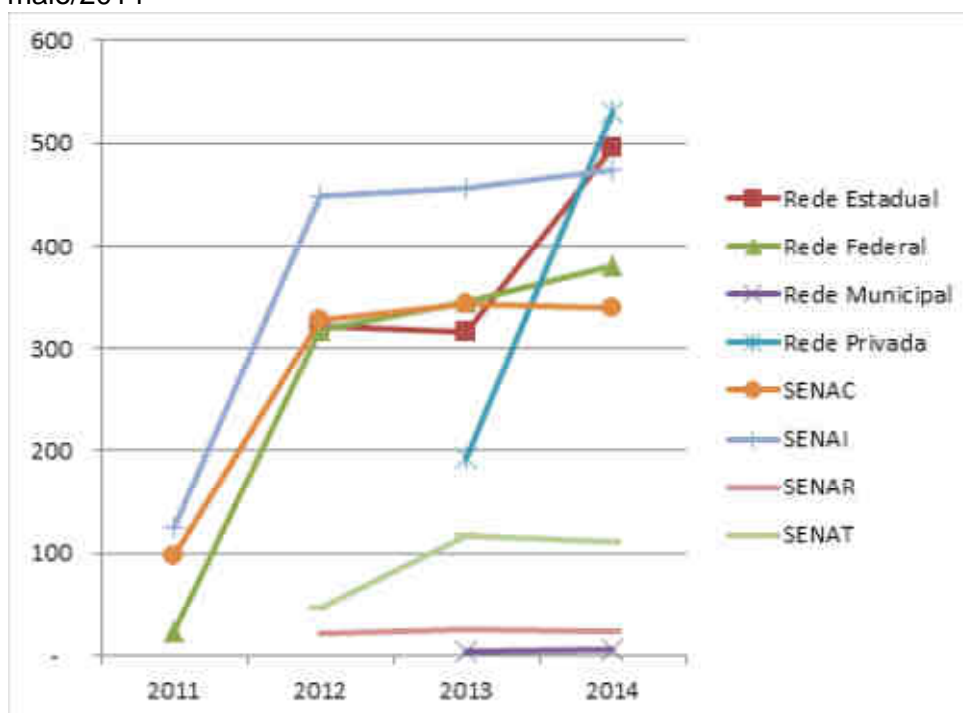
²⁷ CGU 2014: Relatório no: 201406282. Unidade Auditada: SECRETARIA DE EDUC.PROFISSIONAL E TECNOLOGICA. Exercício: 2013. Processo: 23000.004310/2014-11. Município: Brasília – DF. Brasília/DF, 27 de agosto de 2014.

Tabela 01 - Evolução anual do número de unidades de ensino que ofertaram cursos do PRONATEC Bolsa-Formação²⁸ 2011 a maio/2014

Redes de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total
Rede Estadual	-	321	316	496	652
Rede Federal	24	318	345	380	422
Rede Municipal	-	-	3	6	7
Rede Privada	-	-	193	530	602
SENAC	98	328	343	340	362
SENAI	124	448	457	473	488
SENAR	-	22	25	24	26
SENAT	-	47	117	112	124
Total Geral	246	1.484	1.799	2.361	2.683

Fonte: SETEC Data de referência (mai/2014). Elaboração CGU (2014)

Gráfico 03 - Evolução anual do número de unidades de ensino que ofertaram cursos do PRONATEC Bolsa-Formação 2011 a maio/2014



Fonte: SETEC Data de referência (mai/2014). Elaboração CGU (2014)

O interesse e o crescimento da rede privada e do Sistema ‘S’, especificamente neste caso, do SENAC, SENAI, SENAR e SENAT, ficam patentes e estreitamente vinculados ao interesse de formação de mão de obra aligeirada, desprovida da formação

²⁸ “O PRONATEC Bolsa-Formação também é regulamentado pela Lei no 12.513/2011, que instituiu o PRONATEC, e por normas infralegais, elaboradas pelo Ministério da Educação em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).” (CGU, 2014, p.03)

na área das ciências humanas. Das 2.683 unidades de ensino que ofereceram vagas pelo PRONATEC (2011-2014), mais da metade, 1.602, estão vinculadas ao ensino privado ou ao Sistema 'S'. Além do mais, essas entidades privadas ou vinculadas ao patronato têm recebido parte significativa dos recursos financeiros.

Conforme dados da CGU (2014)²⁹ de novembro de 2011 a maio de 2014, os valores transferidos para as unidades de ensino ultrapassam os R\$ 6,4 bilhões, relativos a 3,1 milhões de matrículas. A tabela abaixo discrimina esses valores por unidades de ensino.

Tabela 2 – Transferências anuais aos parceiros ofertantes, 2011 a maio/2014 (R\$)

Rede de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total por Rede de Ensino
SNA	208.261.704,50	1.054.161.444,18	2.065.021.070,00	1.200.822.145,00	4.528.266.363,68
Rede Federal	39.827.005,00	338.789.930,90	742.501.736,80	193.924.454,25	1.315.043.126,95
Rede Estadual	-	92.648.000,00	228.482.150,00	83.393.000,00	404.523.150,00
Rede Municipal	-	-	14.681.000,00	3.380.000,00	18.061.000,00
Rede Privada	-	-	51.681.163,63	138.113.463,01	189.794.626,64
Total anual	248.088.709,50	1.485.599.375,08	3.102.367.120,43	1.619.633.062,26	6.455.688.267,27

Fonte: FNDE Data de referência (maio/2014). Elaboração CGU (2014)

Como se pode verificar, parte considerável dos recursos públicos está sendo injetados no Sistema 'S', mais de R\$ 4 bilhões, enquanto que a Rede Federal de ensino recebeu um pouco mais de R\$ 1 bilhão, deslanchando a educação privada no país e fortalecendo a ideologia do capital a partir de uma formação distante daquela pautada pela luta histórica dos trabalhadores em educação³⁰. Além disso, Davies (2014) afirma

²⁹ CGU 2014: Relatório no: 201406282. Unidade Auditada: SECRETARIA DE EDUC.PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Exercício: 2013. Processo: 23000.004310/2014-11. Município: Brasília – DF. Brasília/DF, 27 de agosto de 2014.

³⁰ O relatório da CGU (2014) encontrou diversos problemas na execução do programa, entre eles: “Não há uma definição detalhada sobre como será a forma de análise da prestação de contas para garantir a aplicação dos recursos e o cumprimento das bolsas formação. Não existe processo de prestação de contas nem análise e aprovação do cumprimento das vagas pactuadas com os ofertantes.”(p.33); “O SISTEC não permite cancelar o registro de alunos desistentes, considerados aqueles que se matricularam e não compareceram nos 5 primeiros dias letivos de realização do curso. O aluno desistente continua sendo contabilizado como se estivesse matriculado e a instituição recebe indevidamente o valor da bolsa formação não utilizada.”(p.48); “O mecanismo de cálculo do custo da bolsa-formação da rede privada quando comparado à forma de cálculo aplicada ao custo da bolsa-formação das demais redes (estadual, municipal, federal e sistema SNA) não é isonômico.” (p.64)

que, baseado no Relatório da CGU de 2011, as renúncias do Governo Federal chegaram ao montante de R\$ 143,9 bilhões e que esses valores podem ser multiplicados caso se faça uma análise das renúncias no âmbito estadual e municipal.

Com relação aos cursos à distância, dados da Folha de São Paulo (2013a) apontam que em 2000 foram ofertadas 6.077 vagas nos cursos de Pedagogia à Distância e em 2010, 273.000 vagas, um aumento de quase 70% na oferta, dados esses que mostram a lógica produtivista e equivocada dos governos nos últimos anos. A educação a distância tem sido utilizada especialmente, por parte da política do Governo Federal, para formação de professores através da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Segundo o TCU³¹:

A UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior por meio de educação a distância para quem tem dificuldade de acesso à formação universitária. Os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal. (TCU, 2013, p. 22)

A tabela abaixo, elaborada pelo TCU (2013)³², mostra a evolução da UAB e de outros programas de formação de professores

³¹ GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

³² GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

Tabela 03 - Quantidade de professores do ensino médio capacitados por meio da Capes, de 2009 a 2012 (elaboração TCU, 2013)

	2009	2010	2011	2012	Total
Aluno UAB	10.702	12.505	12.523	14.342	50.072
Alunos Parfor	409	1.935	2.925	4.874	10.143
Pibid	528	1.836	2.656	5.274	10.294
Peaeb	-	4	4	1	9
PNOQ	-	-	52	75	127
Profbio	-	-	21	37	58
Proformat	-	-	781	1.638	2.419
CAPL	-	-	-	336	336
RDCP	-	-	-	61	61
Total	11.639	16.280	18.962	26.638	73.519

Fonte: Capes³³

Nota: professores que atuam no ensino médio em qualquer estabelecimento de ensino (redes municipal, estadual, federal e privada). Não foi possível realizar segregar a análise para os professores das redes estaduais.

Ainda segundo o relatório do TCU (Plenário TC-007.081/2013-8 Fiscalização nº 177/2013, p. 22) mais de 46 mil professores da rede pública estadual, em 2012, ainda não possuíam formação nas disciplinas do ensino médio. Dessa maneira, mesmo com a opção de formar professores através da modalidade à distância, o *déficit* de formação e falta de políticas voltadas para a formação inicial de professores é patente.

Já o PROUNI rende isenção fiscal às faculdades privadas (45% das privadas aderiram ao programa no primeiro semestre de 2013) a partir de quatro impostos (imposto de renda, PIS, Cofins e Contribuição Social sobre Lucro Líquido) e concede bolsas integrais e parciais a alunos de baixa renda (Folha de São Paulo, 2013b), fortalecendo a lógica do mercado privado.

Esta foi a tônica do Governo Dilma Rousseff, como se pode ver com a edição da Medida Provisória número 626 de 2013, convertida na Lei 12.956 de 2014 que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 2.531.486.253,00 (dois bilhões, quinhentos e trinta e um milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais) em favor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIEES), recursos que irão alimentar a educação superior privada e que na verdade poderiam estar à disposição da ampliação de vagas nas universidades públicas brasileiras.

Emir Sader ao prefaciar o livro “A educação para além do capital” de Mészáros (2005, p. 16), afirma:

³³ “a Capes possui as seguintes ações de desenvolvimento: Programa de Iniciação à Docência (Pibid), Cursos de Aperfeiçoamento de Professores de Línguas (CAPL), Programa Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica (Peaeb), Programa Nacional de Olimpíadas de Química (PNOQ), Mestrado Profissionalizante de Biologia (Profbio), Mestrado Profissionalizante de Matemática (Proformat), Programa Residência Docente no Colégio Pedro II (RDCP).” (TCU, ano)

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que ‘tudo se vende, tudo se compra’, ‘tudo tem preço’, do que a mercantilização da educação.

Comprovando essa lógica de mercantilização da educação no Brasil, os dados do Censo da Educação Básica 2013 que foram divulgados em 25 de fevereiro de 2014 pelo INEP, demonstram queda nas matrículas da rede pública e crescimento da rede privada. No Brasil, em 2010, existiam 43.989.507 matrículas na rede pública e 7.560.382 na rede privada, em 2013 as matrículas na rede pública caíram para 41.432.416 e a rede privada aumentou para 8.610.032 de matrículas. No nordeste, entre 2010 e 2013, houve uma diminuição de mais de um milhão de matrículas na rede pública e um aumento de mais de 300.000 matrículas na rede privada.

Em Sergipe, menor estado do nordeste com relação às matrículas na Educação Básica (575.643 alunos) a realidade é a mesma: queda no número geral de matrículas, como também queda no número de matrículas na rede pública e ascensão das matrículas na rede privada. De 2010 a 2013, as matrículas da rede privada em Sergipe passaram de 90.501 para 110.293 alunos, 17.969 alunos a menos que o vizinho estado de Alagoas que tem um número de matrículas bem maior, com 914.492 matrículas na Educação Básica e apenas 556 alunos a mais na rede privada que o Piauí que tem 928.064 alunos na Educação Básica, ou seja, quase o dobro que o estado de Sergipe. Em termos percentuais, a rede privada de Sergipe engloba 19,16% de todas as matrículas na Educação Básica acima da média nacional que é de 17,20%, e acima de alguns estados nordestinos, como Alagoas (14,05%), Piauí (11,94%), Maranhão (10,10%), Bahia (12,57%), Ceará (18,93%), Rio Grande do Norte (18,61%) e Paraíba (17,20%). Em termos percentuais, Sergipe é superado apenas pelo estado de Pernambuco com relação às matrículas na rede privada. Para Mészáros (2005, p. 16) “o enfraquecimento da educação pública, paralelo ao crescimento do sistema privado, deu-se ao mesmo tempo em que a socialização se deslocou da escola para a mídia, a publicidade e o consumo”, elementos centrais do fetiche da mercadoria no sistema capitalista.

Em nota, o Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) comemora os números do Censo da Educação Básica afirmando que a queda das matrículas é considerada uma “queda boa”, pois representa “uma acomodação do

sistema ao tamanho da população e à melhoria do fluxo escolar”. O que se observa na verdade é que cada vez mais a população brasileira, e em especial, a população de Sergipe, procura a rede privada de ensino numa demonstração visível da queda da melhoria da educação básica pública (estadual e municipal).

Davies (2012, p. 166-7) ao analisar a queda das matrículas na educação básica afirma que:

às vezes se interpreta isso como resultado do declínio do crescimento populacional e, portanto, da população em idade escolar. Esta interpretação é bastante frágil, para dizer o mínimo, porque além da demanda escolar efetiva e potencial não atendida até hoje, a população continua crescendo, se bem que num ritmo menor do que antes, e porque, a prevalecer este raciocínio, as matrículas na rede privada teriam diminuído também, o que não ocorreu (...).

Davies (2012, p. 167) questiona ainda se a grande bandeira de luta dos setores organizados em defesa da educação deve ser apenas o aumento dos recursos, inclusive mobilizando milhares de trabalhadores em educação em torno da consigna “10% do PIB para educação pública”, já que seus estudos mostraram que milhares de prefeitura tiveram recursos financeiros acrescidos nos últimos anos e as matrículas diminuíram. Para o autor (DAVIES, 2012, p. 167), o controle social sobre os recursos do FUNDEB e das outras fontes de financiamento da educação são primordiais, pois: “as notícias frequentes sobre malversação dos recursos públicos da educação, assim como a divulgação das auditorias realizadas pelo TCU e pela CGU, só confirmam a enorme importância deste controle social (...)”.

A partir dessa desarticulação deliberada da organização sindical e dos movimentos sociais, do avanço das políticas neoliberais, do recuo da ideia dos partidos hegemônicos em estabelecer o socialismo e do possível momento histórico do ascenso das massas, a nossa ideia central é de que só o processo de transformação social radical poderá transformar a realidade educacional brasileira, incluindo, nessa lida, o papel primordial do processo educacional revolucionário que, dentro da estrutura escolar formal, só fará sentido se voltado para insuflar as massas, denunciar e apontar as mazelas do sistema e for capaz de indignar os sujeitos envolvidos no processo educacional (docentes, discentes, servidores e a comunidade), com o intuito de fazer com que os mesmos reflitam sobre a possibilidade de se engajarem num processo radical, universal e internacional de transformação social.

Mas, não podemos negar que:

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: ‘fornecer os conhecimentos necessários e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes’. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema”. (EMIR SADER (Prefácio) IN: MÉSZÁROS, 2005, p. 15)

Afirmamos que não podemos cair no reducionismo da Teoria Crítico-Reprodutivista, nem é este o entendimento dos autores aqui estudados, pois segundo esta concepção a classe dominante exerce um poder tão absoluto, em diversas esferas da vida social (inclusive a escola) que se torna inviável qualquer reação por parte da classe dominada. Por causa disso, ela acaba se encaixando na denominação crítico-mecanicista, apresentando um caráter não dialético, a-histórico, considerando a sociedade capitalista não suscetível a transformações, um fenômeno que se justifica em si mesmo.

Dentre as correntes da concepção crítico-reprodutivista, segundo Saviani (2003), temos: *Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica*, onde a escola se apresenta como agente de imposição da cultura dominante aos dominados. A função da educação seria a reprodução das desigualdades; *Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado*, aqui a escola age reproduzindo as relações de exploração capitalista, os marginalizados são a classe trabalhadora; *Teoria da Escola Dualista*, a escola dividida em duas, espelhada na divisão capitalista em burguesia e proletariado. A escola tem a função de inculcar a ideologia burguesa na formação da força de trabalho, impedindo, ainda, o desenvolvimento da ideologia do proletariado.

Além disso, a Teoria Crítico-Reprodutiva não possui uma proposta pedagógica, ela se empenha em explicar o mecanismo de funcionamento da nossa escola, servindo apenas como denúncia à pedagogia oficial dominante e não como solução para o problema da educação, ignorando a categoria de ação recíproca entre educação e sociedade, pois o determinado também reage sobre o determinante. Essa concepção se restringe a apontar os erros da nossa escola não propondo soluções e, por isso, tornando-se inútil no sentido da transformação social.

As possibilidades de uma educação que esteja vinculada a projeto políticos de transformação social, recaem na superação da visão reprodutivista e precisam avançar nos conceitos das concepções críticas, para além dos conceitos simplesmente voltados à emancipação dos sujeitos apenas como um jargão ou modismo educacional tão em voga em nossa sociedade. Para McLaren e Farahmandpur (2002, p. 93):

Enquanto a pedagogia mais usada persistentemente, e sem dúvida, objetiva manter relações assimétricas de poder instiladas nos antagonismos de raça, gênero e classe, que são reforçadas através de aparatos dominantes sociais e ideológicos do Estado, uma pedagogia revolucionária da classe trabalhadora coloca como seu objetivo a transformação das relações econômicas e sociais, encorajando grupos sociais marginalizados a criticar e transformar relações sociais capitalistas de produção. Aqui, a sala de aula é concebida como uma arena política para a legitimação das experiências das classes sociais oprimidas (...).

McLaren e Farahmandpur (2002) afirmam a necessidade de desenvolvimento de uma consciência crítica com o objetivo de mudar a consciência do “ser em alienação” (a partir do conceito de Mészáros, 1981), assim, é possível e aconselhável criar condições pedagógicas para superação da alienação econômica e poder realizar “uma ação política de massas”. Neste caso, o conceito de alienação, de estranhamento, do sujeito com a produção material, significa que:

A *alienação* do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, *fora dele* e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica. (MARX, 2002, p. 112)

Esta alienação está relacionada inclusive aos valores e conceitos que o sujeito tem de si e do mundo, repercutindo nas diferentes formas de relações sociais, sejam elas na igreja, na família, na comunidade e, inclusive, na escola. Pois Marx (2002, p. 113) também afirma que quanto mais o sujeito cria valores, mais sem valor se torna pela própria ação de produção do descartável e do supérfluo, gerando sujeitos cada vez mais desumanizados e distantes dos valores de solidariedade e de compartilhamento dos bens comuns produzidos pela humanidade.

Para Mészáros (1981, p.160):

A luta contra a alienação, aos olhos de Marx, é, portanto, uma luta para resgatar o homem de um estado no qual ‘a extensão dos produtos e necessidades cai numa subserviência falsificadora e calculista aos apetites inumanos, refinados, inaturais e imaginários’. Esse estado alienado que se caracteriza não só pelo ‘refinamento artificial das necessidades’, mas também pela sua ‘cruza produzida artificialmente’, é uma paródia do desejo do homem de ampliar seus poderes para permitir a realização humana, porque esse aumento do poder equivale à ‘extensão da esfera dos poderes estranhos a que o homem está sujeito’.

Isso explica, em parte, o porquê do esvaziamento da luta dos professores por melhores condições de emprego, ou mesmo, o motivo das relações estarem deterioradas no interior da sala de aula (e na sociedade como um todo). Ao gerar valores estranhos, de consumo ou de riqueza, o sistema capitalista desloca as reais necessidades e as mais humanas, para infindáveis desejos ignóbeis vinculados ao poder e à cobiça.

A partir desses aspectos é importante entender as limitações e as possibilidades do processo educacional na construção de uma consciência crítica que possa ajudar a formar um sujeito com uma visão de totalidade da realidade concreta em que ele vive e assim compreender as incongruências do sistema, para além das aparências. Mészáros (2005, p. 45) aponta algumas limitações:

(...) fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou ‘consenso’ quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções ‘não podem ser *formais*’; elas devem ser *essenciais*. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida.

Comprendemos, desta forma, que para além de um milagre monumental, temos uma tarefa histórica hercúlea, de pensarmos que a educação formal pode contribuir com um processo mais amplo de transformação radical da sociedade que institua de fato a democracia socialista que é caracterizada pela:

formação política controlada pelos operários e camponeses pobres, desaparece a questão da propriedade privada sobre os meios e instrumentos de produção e com ela a exploração patronal. Desaparecem também a exploração e a extorsão de uma classe por outra. Neste estágio de sociedade, o Estado deixa de representar os interesses da minoria e passa a representar os interesses do operariado e do campesinato, tornando-se apenas responsável pela administração das necessidades da população e organização da *res publica*. (CARVALHO, 2011, p. 66)

Portanto, as demandas de formação educacional/política do sujeito têm que deixar claro qual projeto de sociedade está se criticando e qual o projeto de sociedade deseja-se construir a partir da luta e do engajamento, essencialmente, dos milhares de professores espalhados nos vários rincões deste país.

Outro ponto importante para o debate é o chamado gargalo da dívida pública. A dívida pública tem consumido parte considerável dos orçamentos dos estados, o que prejudica, sensivelmente, a capacidade da máquina estatal em oferecer serviços públicos de qualidade para a população. Um levantamento realizado em dezembro de 2012 pela Auditoria Cidadã da Dívida mostra que todos os estados da federação estão envolvidos em vultosos processos de endividamento, cujos credores são o Tesouro Nacional, as instituições financeiras públicas e privadas. A dívida do estado de Sergipe, por exemplo, chega ao montante de R\$ 2.371.600.897,61 (maior parte da dívida com instituições financeiras públicas, mas Sergipe possui uma dívida de R\$ 25.013.723,88 com instituições financeiras privadas, fato que só ocorre com nove estados da federação), quantia superior a dos estados nordestinos do Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí.

Para Fattorelli (2013, p. 64):

a aclamação geral por parte dos estados é no sentido que os juros de sua dívida com a União atingiram patamar insustentável e têm consumido parte relevante de suas receitas. Grande parte dos estados sequer tem conseguido quitar a totalidade dos juros devidos anualmente. Essa parcela não paga tem sido transferida para o estoque da dívida, sobre o qual incidem novos juros, impactando o estoque e transformando essa dívida em uma bola de neve.

Os desdobramentos dessas dívidas tanto no âmbito federal, quanto no âmbito dos estados e municípios geram uma série de consequências nefastas para a maioria da população brasileira que não tem atendidas os preceitos básicos declarados na Constituição Federal. Para Fattorelli (2012), o Brasil tem plenas condições de realizar políticas emancipatórias, de ofertar educação pública de qualidade, de expandir os

recursos necessários para a universidade pública (sem precisar recorrer a artifícios como a Educação à Distância ou o fortalecimento de instituições privadas), como também construir e manter creches e pré-escolas. Dessa maneira, ao criticar o modelo neoliberal imposto pelo governo federal e questionar o porquê da não realização de uma auditoria da dívida pública, Fattorelli (*idem*) nos traz as seguintes indagações:

Por que se assiste, no Brasil, a uma contínua degradação da educação pública de base (...), ao mesmo tempo em que as instituições públicas perdem espaço para escolas privadas? (...) Por que o governo federal tem utilizado o discurso de que os recursos para a educação serão supridos pelo Fundo Social do Pré-sal, sendo que as petroleiras privadas poderão ficar com a maior parte dos lucros e os recursos que ficarem com o Estado serão destinados – por lei – a investimentos no exterior, sujeitos a toda espécie de riscos decorrentes do mercado financeiro em crise? Por que se tem investido tão pouco em pesquisa e extensão universitárias? (FATTORELLI, 2012, p. 13-4)

Evidentemente que outras perguntas podem ser lançadas frente a esta lógica neoliberal a qual, cada vez mais, subtrai recursos públicos e os vincula à lógica dos interesses privados. Mas, podemos arrematar com uma pergunta essencial: “Por que, em 2011, apenas 2,99% do orçamento federal foram investidos em educação, enquanto se destinou 45,05% para a dívida pública?” (FATTORELLI, 2012, p. 14).

Davies (2014) ao analisar os planos de educação no Brasil, com foco no financiamento, mostra a fragilidade desses planos ao longo da história, em especial o Plano Nacional de Educação (2001-2010) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007) e faz uma relação com a dívida pública:

Vários exemplos mostram a fragilidade da ideia de plano, sobretudo de plano que se pretende voltado para atender as necessidades da imensa maioria da população. Um é o montante que se pagou e se paga de juros e/ou amortização do principal da dívida pública interna e externa. Tal montante ainda hoje consome boa parte do orçamento público, sobretudo o federal, e isso significou e significa menos recursos para a educação e outros setores menos importantes para os donos do poder e/ou de seus representantes/cúmplices nos governos e no aparelho de Estado (Executivo, Legislativo, Judiciário). (DAVIES, 2014, p.2)

Para Davies (2014), a fragilidade da ideia de plano se dá graças à lógica do Estado (capitalista) vinculado à racionalidade do capital, na busca incessante por sua reprodução metabólica, deixando de lado a maioria da população que padece com os

parcos recursos e políticas públicas que não são formulados para atender aos interesses populares.

O coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, escreveu um artigo em maio de 2013 sobre o Custo-Aluno-Qualidade (CAQi) (CARA, 2013), no qual afirmou que de cada R\$ 1 aplicado do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) pelos Estados e Municípios, a União injeta apenas R\$ 0,10. Diz ainda que a União fica com 57% de tudo o que se arrecada no país e estima que seriam necessários R\$ 0,50, a cada R\$ 1 investido em educação, por parte do Governo Federal para poder viabilizar o CAQi.

A partir desta análise, diz que se essa medida tivesse sido posta em prática em 2012, a União teria investido cerca de R\$ 52 bilhões no FUNDEB, ao invés de R\$ 9,5 bilhões.

Na verdade, o Orçamento Geral da União de 2012 apontou o valor de R\$ 10.571.453.350 para 2012 e para 2013 este valor aumentou para R\$ 10.745.889.355, enquanto isso a receita de 2012 esteve no patamar de R\$ 2.150.458.867.507,00 e, em 2013, R\$ 2.276.516.541.532,00.

Por outro lado, o Governo Federal, em 2012, estimou no Orçamento Geral da União R\$ 655.485.955.671,00 para o pagamento do refinanciamento da dívida pública federal, em 2013 esse valor foi estimado em R\$ 610.065.700.590,00. Esta aparente redução da dívida pública é comemorada pelo Governo Federal, como pode ser visto no texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2014: “Em 2012, a dívida líquida do setor público manteve trajetória descendente, caindo de 36,4% do PIB em 2011 para 35,2% em 2011 (sic)” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2013). O mesmo documento aponta que a meta de *superávit* primário para 2014 estava orçada em R\$ 167,4 bilhões para o setor público não-financeiro, ou seja, 3,1% do PIB.

Quando falamos em aparente redução da dívida pública, deve-se ao fato de que o Governo Federal apresenta valores dos juros reais e não dos juros nominais, fazendo com que esse montante em 2013 possa chegar à cifra de R\$ 900 bilhões, além disso, “tanto a CPI como a Auditoria da Dívida Cidadã têm denunciado graves distorções na apresentação dos dados oficiais” e “de todo esse processo de escoamento não transparente dos recursos públicos por meio da dívida pública – interna e externa – resta uma grande certeza: os detentores dos títulos – em sua maioria bancos, auferem, no Brasil, os maiores lucros do mundo” (FATTORELLI, p. 49, 2012).

Para Fattorelli (2012) o estoque da dívida brasileira alcançou R\$ 3.228.167.962,24, o que corresponde a 78% do PIB, divergindo dos valores apresentados pelo Governo Federal no texto do PLDO 2014. Enquanto isso, os dados de 2011 da Auditoria Cidadã da Dívida afirmam que, como já foi mencionado, apenas 2,99% do orçamento federal foram em investimento em educação enquanto que 45,05% foram destinados para a dívida pública.

Os dados do Governo Federal são esperançosos, os Parâmetros Macroeconômicos Projetados estimam um crescimento do PIB em 4,5% em 2014, 5% em 2015 (segundo o Governo Federal devido às obras da Copa do Mundo)³⁴ e 4,5% em 2016, mantendo uma política monetária de arrocho com as projeções da SELIC em 7,28% em 2014, 7,19% em 2015 e 7,22% em 2016.

O cenário é o mesmo, não existe nenhum sinal de mudança na política do Governo Federal e até mesmo o discurso de garantia de parte do *superávit* primário para o PAC (R\$ 67 bilhões em 2014) e desonerações tributárias, não apontam para mudanças na vida do povo brasileiro. “O crescimento sustentado com inclusão social”, apresentado nas Metas 2014-2016 não traz uma linha sequer sobre investimentos em educação, saúde, muito menos sobre o FUNDEB. As palavras-chave são: consumo, crédito, dívida e *superávit*, por isso não podemos acreditar que o Plano Nacional de Educação (2011-2020) possa de fato transformar a realidade educacional brasileira.

³⁴ Segundo o Jornal Financial Times, a Moody's, uma agência a serviço do capitalismo, afirma o contrário: “The games will generate only 0.4 per cent of additional gross domestic product for Brazil in a 10-year period and the infrastructure spending envisaged amounts to just 0.7 per cent of the country's total investment planned between 2010 and 2014, Moody's, the rating agency, said in a report.” (Fonte: <http://www.ft.com/cms/s/0/770b70c8-b6b7-11e3-8695-00144feabdc0.html#axzz2xpQxe3UH>, obtido em 03 de abril de 2014)

3. POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO EDUCACIONAL

A realidade educacional brasileira mostra-se repleta de problemas e incongruências em relação à ação efetiva das políticas públicas. Para além da baixa posição do Brasil nos exames de avaliação internacional, como no caso do PISA, dos resultados pífios alcançados pelas unidades escolares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e dos recentes dados do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), que colocaram a educação como o fator de rebaixamento do índice geral nos estados e municípios, são dados divulgados em junho de 2013 por uma pesquisa organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é preciso compreender a defasagem no processo educacional a partir da raiz do problema, estabelecer relações e nexos com a organização política, as demandas econômicas e as políticas públicas voltadas para a educação.

Para Mészáros (2005, p.25):

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

A verdadeira mudança educacional, portanto, e para além dos índices predominantemente quantitativos de avaliação, passam por projetos de mudanças sociais mais abrangentes, rompendo com a lógica do capital no tocante à educação (Cf. MÉSZÁROS, 2005).

É inegável que a pretensão política de transformação mais ampla requer um esforço hercúleo de mobilização e conscientização da população sobre os problemas, sociais e educacionais, da realidade brasileira. Partimos da premissa de que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX E ENGELS, 2007, p. 47), e para que possamos alterar tal realidade é preciso engajamento político para a alteração por completo das relações estabelecidas, fato esse que só será consumado ao passo que compreendermos as dimensões sociais e educacionais no tempo presente.

Para além da compreensão da educação como mera reprodução do sistema capitalista, apesar da mesma também cumprir essa função, o processo dialético aponta contradições dentro do sistema e dos processos educacionais que podem ensejar dinâmicas sociais que coloquem a educação a favor de projetos políticos de mudança social.

Ou seja,

Se (...) os elementos progressistas da educação formal forem bem sucedidos em redefinir a sua tarefa num espírito orientado em direção à perspectiva de uma alternativa hegemônica à ordem existente, eles poderão dar uma contribuição vital para romper a lógica do capital, não só no seu próprio e mais limitado domínio como também na sociedade como um todo. (MÉSZÁROS, 2005, p. 59)

A precarização das condições de labuta dos trabalhadores em educação também requer uma análise mais aprofundada, especialmente no tocante à contratação de docentes por tempo determinado, o que, de certa forma, pode fragilizar ainda mais a organização política dos sujeitos que estão envolvidos no processo educacional. A prática de contratação de professores por tempo determinado tem sido uma tônica dentro dos governos estaduais e municipais, prática essa que tende a desmobilizar a ação política dos docentes e enfraquecer a ação pedagógica através de contratos precários e que depõem contra a carreira dos trabalhadores em educação.

A carreira docente é ponto central das condições efetivas de trabalho e é tomada como referência e indicador de qualidade, como podemos ver nos relatórios da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD)³⁵ quando apontam que existe uma relação direta entre os anos que um professor passa numa escola ou rede de ensino e a qualidade educacional. O último relatório sobre o PISA³⁶, ao analisar a evolução de Cingapura, afirma que: “Teachers are key to ensuring implementation, and there is strong support for teachers’ professional learning throughout their careers. The Academy of Singapore Teachers and the specialised teacher academies lead in developing teacher capacity across all schools”, ou seja, a carreira docente é um dos elementos centrais no processo de desenvolvimento da educação e a carreira contempla apenas os servidores concursados.

³⁵ Organização para cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

³⁶ OECD (2014), *PISA 2012 Results: Creative Problem Solving: Students’ Skills in Tackling Real-Life Problems (Volume V)*, PISA, OECD Publishing.
<http://dx.doi.org/10.1787/9789264208070-en>

Em 2013, segundo dados da publicação da OCDE denominada *Education at a Glance* 2013 (pp. 423-427)³⁷, existe uma preocupação da entidade em estabelecer relações entre o tempo de serviço e a carreira do professor (em especial a remuneração). Podemos inferir que esta relação está diretamente ligada à educação que reverencia os preceitos básicos constitucionais e as exigências, por parte da população mais carente, de profissionais que atuem de forma mais profícua e dediquem boa parte de sua carreira às escolas, como consequência, se aproximem mais da comunidade ao longo dos anos.

Corroborando com o argumento acima, o Relatório do Tribunal de Contas da União sobre a educação, divulgado em maio de 2014³⁸, o qual cita a Carreira Docente como elemento chave nesse processo e critica o uso ostensivo de prestadores de serviços:

O terceiro elemento constitutivo da valorização dos profissionais da educação escolar pública é a carreira. Nessa linha, a Constituição Federal lhes garante planos de carreira instituídos por lei e sistemática de ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos. A ideia subjacente a essa diretriz constitucional é a necessidade de uma relação de trabalho sólida e duradoura para que esses profissionais possam, ao longo do tempo, ofertar ao sistema educacional cada vez mais capacidade e possibilidades pedagógicas. (...) O uso ostensivo, intensivo e, em algumas redes, claramente abusivo do regime de contratação temporária é deletério ao sistema educacional por várias razões. Se de um lado ele frustra a perspectiva de desenvolvimento e amadurecimento profissional onde há a prática de rescisão dos contratos logo após o período letivo, a prorrogação contumaz de contratos em outras redes cria verdadeiras subcategorias de professores, sem a mesma remuneração e sem outros direitos viabilizados por meio de vínculo minimamente estável com os governos. (TCU, 2013³⁹, pp. 26-7)

O referido relatório do TCU (2013⁴⁰) fez um levantamento em todos os estados do país com relação à proporção do número de professores efetivos e contratados, os dados estão na tabela abaixo.

³⁷ O referido documento faz menção, através da análise de todos os países membros da OCDE, ao “Teacher’s salary at different points careers”, ou seja, uma análise dos salários dos professores (estatutários) em diferentes pontos de sua carreira.

³⁸ GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

³⁹ GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

⁴⁰ GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

Tabela 04 - Percentual dos professores das redes estaduais de ensino, segundo o tipo de contratação, em 2012 (elaboração TCU, 2013)

Estado	Tipo de Contratação (% do total de contratados)				
	Não Informado	Concursado	Temporário	Terceirizado	CLT
AC	0,5	42,1	54,5	0,0	2,9
AL	0,2	57,5	41,4	0,7	0,2
AM	0,2	49,8	50,0	0,0	0,0
AP	0,1	72,0	27,5	0,5	0,0
BA	0,1	69,7	28,1	1,5	0,6
CE	0,2	37,3	59,9	0,6	2,0
DF	0,6	79,1	19,4	1,0	0,0
ES	0,6	32,8	66,6	0,0	0,0
GO	0,6	79,3	20,1	0,0	0,0
MA	0,3	72,1	27,3	0,2	0,1
MG	0,3	81,7	18,0	0,0	0,0
MS	0,9	38,1	61,0	0,0	0,0
MT	0,0	35,1	64,8	0,0	0,0
PA	0,2	88,3	11,5	0,0	0,1
PB	0,2	52,2	47,2	0,1	0,2
PE	0,3	62,3	36,2	0,3	0,9
PI	0,2	58,0	40,4	0,5	0,8
PR	0,6	64,0	34,5	0,1	0,8
RJ	0,1	97,9	1,8	0,1	0,1
RN	0,1	87,0	12,2	0,4	0,3
RO	0,2	76,0	19,8	0,1	3,8
RR	0,1	69,7	30,0	0,0	0,2
RS	0,2	52,2	46,9	0,0	0,6
SC	1,2	47,3	51,4	0,0	0,0
SE	0,4	59,7	35,3	0,0	4,6
SP	0,2	76,7	23,1	0,0	0,1
TO	0,0	66,1	33,3	0,0	0,5
Brasil	0,3	69,2	29,9	0,2	0,4
Rede Federal	0,1	85,2	14,2	0,4	0,1

Fonte: Censo Escolar 2012.

Verificamos que na rede estadual de Sergipe 35,3% dos professores são temporários, com a existência de 4,6% de professores pertencentes ao regime da CLT, acima da média nacional que é de 29,9% de temporários.

Ainda embasados a partir do escopo legal, afirmamos que um dos objetivos do PPA (2012-2015)⁴¹ é:

Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção a saúde e a integridade e as relações democráticas de trabalho.

⁴¹ Constantes no relatório do TCU: GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

Ou seja, preceitos legais básicos que só podem ser atendidos por meio de profissionais efetivos em pleno gozo de seus direitos trabalhistas, inclusive no tocante à consolidação das relações democráticas de trabalho, pois sabemos que os prestadores de serviço podem ficar submetidos, de maneira mais severa, ao assédio de gestores mal intencionados.

Como demonstram os dados, a contratação de profissionais por tempo determinado, entendida na constituição para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, parece que se tornou a regra em vários municípios. Como exemplo, podemos citar o caso do município de João Pessoa/PB. Em consulta ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES) do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), verificamos que existem mais de 6.000 prestadores de serviço com a indicação “DESPESA COM PESSOAL DO MAGISTÉRIO-FUNDEB”, dados obtidos em março de 2014.

Os dados do Projeto Indicadores de Desempenho do Gasto Público em Educação na Paraíba (TCE/PB) mostram que, em 2011, o percentual de docentes temporários e de contratos indefinidos representavam 60,03%, enquanto que o percentual de docentes efetivos representavam 39,97% de toda rede municipal de educação de João Pessoa/PB, percentuais que não devem indicar um aumento de efetivos no período 2012-2014 devido a não haver candidatos em lista de espera de concurso. Percentual muito distante dos 90% de docentes efetivos exigidos pelo texto parcial da CONAE 2014, que deverá ser homologado em novembro de 2014 a partir da Conferência Nacional, a ser realizada em Brasília e por uma das Estratégias da Meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2023) que diz: “*Estratégia 18.1) Estruturar os sistemas de ensino buscando atingir, em seu quadro de profissionais do magistério, noventa por cento de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo em efetivo exercício na rede pública de educação básica*”.

Segundo o entendimento do Relatório do TCU (2013, pp. 26-7⁴²):

Ainda que não haja patamar mínimo objetivamente definido para limitar a contratação de professores em regime temporário, pode-se afirmar sem dificuldade argumentativa que níveis de contratação de professores temporários da ordem de grandeza dos acima mencionados configuram desrespeito aos preceitos de valorização da carreira dos profissionais da educação escolar pública. (...) Evidencia-

⁴² GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

se, assim, que essa modalidade de contratação, (...), passou a ser aplicada como verdadeira política de pessoal, embora devesse se prestar apenas a atender necessidade excepcional e transitória.

O TCU (2013, p. 28⁴³) traz uma conclusão sobre o assunto:

Há, de fato, dificuldade concreta em se estabelecer parâmetros e critérios objetivos em nível nacional para orientar as redes estaduais e municipais de ensino acerca dos níveis aceitáveis para a aplicação do regime especial de contratação temporária. A despeito disso, deve-se reconhecer que há situações de uso abusivo do regime de contratação temporária, que configuram afronta aos preceitos da valorização dos profissionais da educação escolar pública.

A situação de regra e não excepcionalidade fere os preceitos da Constituição de 1988, principalmente em seu artigo 37, bem como a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), fundamentalmente em seu Art. 67, também ao mencionar que tais profissionais devem ser valorizados por meios de planos de cargos, de carreira e remuneração, como também, condições dignas de trabalho.

E além do mais, a LDB, em seu Título VII (Das disposições gerais), diz no artigo 85 que: *“Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos (...)”*. Fica notória a intenção do legislador de garantir a realização do concurso público e evidentemente a posse imediata em substituição àqueles que ocupam os cargos do magistério temporariamente. Infelizmente, existe uma dificuldade enorme em obter informações sobre o período de tempo que um professor contratado está numa rede de ensino devido à precarização dos contratos, já que, em muitos casos, os professores tem seus contratos reincidentes em dezembro e recontratados em fevereiro, numa afronta aos direitos trabalhistas como o décimo terceiro salários e as férias remuneradas.⁴⁴

⁴³ GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

⁴⁴ O Relatório do TCU (GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria - Fiscalização nº 177/2013) não é muito promissor para os professores no sentido de garantir medidas mais enérgicas por parte dos estados e municípios, a partir da intervenção e orientação do Tribunal, pois nas conclusões sobre o grande número de professores temporários diz que: “Encontra-se em desenvolvimento no âmbito do MEC projeto para nova sistemática de recrutamento para suprir os quadros da docência da educação básica por meio de concurso nacional unificado, exame a ser realizado conforme modelo que está sendo avaliado pelo INEP (...) O modelo da Prova Nacional de Concurso para

O uso de mão de obra barata e fragilizada dos profissionais por tempo determinado resulta pedagogicamente em ensino de menor qualidade e comprometimento de seus profissionais com as comunidades, escolas e políticas educacionais de longo prazo. As ações atuais pensadas em longo prazo pelas secretarias, como programas de formação continuada, são trabalhadas com profissionais que dentro em breve não estarão mais na rede de ensino municipal e que não podem se dedicar exclusivamente a uma escola. Neste sentido, o Projeto de Lei 2.826/2011 avança nesta discussão e prevê a Dedicção Exclusiva em única escola, corroborando mais uma vez com a necessidade premente de quadros estáveis: “Art. 3º, XI - *incentivo à dedicação exclusiva à docência em uma única unidade escolar, em percentual mínimo de 50% sobre o vencimento de carreira do profissional*”. Tema também abordado pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2023), que em uma das suas metas afirma: “7.3) *Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de carreira para o magistério, com implementação gradual da jornada de trabalho cumprida em um único estabelecimento escolar*”.

Esta realidade reforça a necessidade premente de compreender a lógica atual da organização da política educacional brasileira em seus aspectos gerais e específicos a partir de projetos, programas, realidade das condições de trabalho e do financiamento da educação, para assim, podermos ter ferramentas necessárias à construção de críticas eficazes que façam o enfrentamento com as políticas atuais e que estas ferramentas sirvam de base para a organização dos trabalhadores em educação e ampliação de sua capacidade crítica.

o Ingresso na Carreira Docente em elaboração pressupõe a adesão dos entes federados. O projeto tem por perspectiva a redução de gastos globais com seleção de pessoal, maior agilidade no preenchimento de cargos vagos na área docente e melhoria da qualificação dos professores selecionados.” E conclui: “Há, de fato, dificuldade concreta em se estabelecer parâmetros e critérios objetivos em nível nacional para orientar as redes estaduais e municipais de ensino acerca dos níveis aceitáveis para a aplicação do regime especial de contratação temporária. A despeito disso, deve-se reconhecer que há situações de uso abusivo do regime de contratação temporária, que configuram afronta aos preceitos da valorização dos profissionais da educação escolar pública”. Ou seja, o TCU aponta que uma das perspectivas para solucionar o problema é a definição de uma prova nacional de ingresso, que engatinha no MEC, além de ter dificuldade em estabelecer parâmetros e critérios sobre os níveis aceitáveis de professores temporários, horizontes nada prósperos para essa luta em defesa da escola pública.

3.1 POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO: FUNDEB

As políticas de financiamento da educação estatal no Brasil, historicamente, enfrentam problemas oriundos da própria estrutura econômica e política, caracterizada “pelo forte patrimonialismo dos ocupantes de cargos públicos, autoritarismo exacerbado, impermeabilidade às demandas das classes populares e médias e sua subordinação aos centros hegemônicos do capitalismo” (DAVIES, 2008, p.6).

Apregoadado como a panaceia dos males enfrentados pela realidade educacional brasileira, a política de Fundos reflete a dependência do Brasil frente às orientações de organismos internacionais (em especial o Banco Mundial). No caso específico do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), “instituído pela Emenda Constitucional Nº 14, de 12 de setembro de 1996 e possuiu vigência até o ano de 2006” (AMARAL, 2012, p.131), ao privilegiar apenas o Ensino Fundamental, excluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA), reforça a lógica do mercado capitalista dependente das estruturas do capital especulativo, “tal priorização legislativa (muito mais do que real) do ensino fundamental deve ser compreendida no contexto das políticas educacionais inspiradas em orientações de organismos representativos do capital internacional hegemônico” (DAVIES, 2001, p.15).

O FUNDEF,

apesar de prometer desenvolver o ensino fundamental e valorizar o magistério, praticamente não trouxe recursos novos para o sistema educacional brasileiro como um todo, pois apenas redistribuiu, em âmbito estadual, entre o governo estadual e os municipais, uma parte dos impostos que já eram vinculados à MDE⁴⁵ antes da criação do FUNDEF com base no número de matrículas no EFR⁴⁶ das redes do ensino estadual e municipais. (DAVIES, 2008, p.25)

Ou seja, desde 1988 que a Constituição Federal, em seu artigo 212, já previa que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar nunca menos de 25% da receita resultante de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, assim as medidas constantes no FUNDEF “se limitaram, no entanto, a regular a aplicação de recursos já vinculados, não prevendo novas formas de recursos” (SAVIANI, 2007, pp. 88-89).

⁴⁵ Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

⁴⁶ Ensino Fundamental Regular

Davies (2012, p. 150) complementa a crítica ao FUNDEF:

O princípio básico do FUNDEF foi o de prever um valor anual mínimo nacional por matrícula no ensino fundamental de cada rede municipal e estadual, de modo a possibilitar o que o governo federal considerou suficiente para um padrão mínimo de qualidade, nunca definido, embora previsto na Lei nº 9.424. Embora o FUNDEF tenha sido uma iniciativa do governo federal, foi minúscula e decrescente (em termos percentuais e reais) sua complementação para os FUNDEFs estaduais.

Além disso, os estados e municípios ficaram à mercê do governo federal no tocante ao artigo da legislação do FUNDEF que estipulava o critério de cálculo da complementação da União. Para Davies (2014, p.3), ocorreu

(...) a complementação (da União) inferior à devida legalmente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), reconhecida inclusive por Grupo de Trabalho constituído pelo MEC em 2003 e também pelo documento final da CONAE. Segundo o GT do MEC, a complementação legalmente devida porém não aplicada de 1998 a 2002 teria sido de mais de R\$ 12 bilhões.

Davies (2012) estima que este rombo nas contas da educação do país tenha superado a cifra de R\$ 25 bilhões até 2006.

A lógica, de supremacia do mercado e dependência político-econômica, permaneceu posteriormente com a inclusão da Educação Infantil e Ensino Médio através do FUNDEB, instituído, por Medida Provisória (MP) em 2006, com vigência até 2020. Foi necessária a luta da sociedade civil organizada em incluir as creches na proposta do FUNDEB, a partir da decisão do Governo Federal, via Ministério da Fazenda, em excluí-las, “a PEC n. 415 só contabilizava a pré-escola, mas o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados em janeiro de 2006 incluiu as creches, por pressão de um conjunto de entidades” (DAVIES, 2008, p. 37).

Apesar da ampliação do universo de estudantes e da tentativa de equacionar os problemas do FUNDEF, o FUNDEB também padece de poucos recursos. Mesmo com a inclusão de outros impostos (para além daqueles já previstos no FUNDEF), o Fundo da Educação Básica mantém a lógica de cálculo de repasse a partir das matrículas dos alunos (excluindo nos municípios as matrículas no Ensino Médio e nos estados as matrículas na Educação Infantil) e assim redistribui 20%, boa parte dos recursos já

vinculados desde a Constituição de 1988. “em outras palavras, o FUNDEB é apenas mais uma proposta de racionalização dos gastos públicos segundo uma lógica quantitativista e se baseia no pressuposto de que os recursos são suficientes porém mal distribuídos entre os governos” (DAVIES, 2008, p. 9).

Uma das fragilidades do FUNDEB pode ser visualizada a partir do trabalho realizado por Salvador (2016) a pedido do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Chamado de *Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária* o estudo afirma, por exemplo, que o ITCMD (que faz parte das cestas de impostos do FUNDEB) teve uma arrecadação irrisória de 4.698,16 milhões, o que representou apenas 0,25% do montante de tributos arrecadados no Brasil, além do fato de alguns estados sequer o ter regulamentado.

Este mesmo trabalho mostra que outro imposto que faz parte do FUNDEB, o IPVA, tem sua limitação aos automóveis e não gera receita tributária para aqueles que possuem jatos, helicópteros, lanchas. Dessa forma, limita-se aos veículos terrestres (devido à jurisprudência vinculada ao imposto anterior, a Taxa Rodoviária Única) e, por conseguinte, deixa de tributar os mais ricos e injetar mais recursos para o Fundo (SALVADOR, 2016).

Outro imposto vinculado ao FUNDEB e analisado por Salvador (2016) é o Imposto Territorial Rural. O autor afirmar que, apesar do Brasil ser o país do latifúndio, o ITR representou 0,01% do PIB em 2014. Ou seja, outro imposto de arrecadação irrisória e que demonstra a força da classe dominante no tocante à burla do sistema de tributação e arrecadação. O autor também critica a falta de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), estabelecido na Constituição de 1988, e que poderia fazer parte da cesta de impostos vinculados à educação e a saúde.

Dados gerais apontam que 71.440 hiper-ricos no Brasil, com renda acima de 160 salários mínimos (2013), não possuíam rendimentos tributáveis, ou seja, não contribuíam com a taxa de impostos a partir do Imposto de Renda. E aqueles com declarantes de Imposto, com renda entre "2 a 3 salários mínimos tinham 90,26% das suas fontes de renda advindas de rendimentos tributáveis" e conclui: "os dados da Receita Federal são fartos para revelar uma casta de privilegiados no país, com elevados rendimentos e riquezas que não são tributados adequadamente e, muitas vezes, sequer sofrem qualquer incidência de IR". (SALVADOR, 2016).

Para além da injustiça tributária no país, Davies (2012, p. 153) aponta que “os valores (do FUNDEB) não são vultosos em termos nacionais e da capacidade financeira

da União. Mesmo a partir do quarto ano (2010), a previsão de 10% do FUNDEB continuará sendo muito pouco tendo em vista a maior participação do governo federal na receita tributária nacional (...)". Além disso, parte dos recursos pode ser usada por instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas, o que para Davies (2012) é inconstitucional, pois os recursos do fundo deveriam atender apenas as instituições públicas e mostra o interesse dos governantes em sempre atender às demandas da iniciativa privada.

As características essenciais do FUNDEB, e suas diferenças com relação ao FUNDEF, foram sistematizadas por Saviani (2007) que utilizou onze parâmetros para diferenciar os dois fundos, a saber:

a) Vigência: o FUNDEF teve uma duração de 10 anos (até 2006); a lei do FUNDEB prevê uma vigência de 14 anos a partir da promulgação da Emenda Constitucional;

b) Alcance: no FUNDEF apenas o ensino fundamental, excluída a Educação de Jovens e Adultos; o FUNDEB tem o alcance da Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental e Ensino Médio;

c) Números de alunos: FUNDEF, 30,2 milhões (2005); FUNDEB, 48,1 milhões de alunos, a partir do 4º ano de vigência (referência: censo escolar de 2005).

d) Fontes de recursos que compõe o Fundo: FUNDEF – Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Impostos sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp) e as Desonerações de Exportações (LC 87/96); FUNDEB – além dos mesmos impostos do FUNDEF, houve a inclusão do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD), Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto Territorial Rural (ITR). Além da complementação da União para os estados e municípios que não conseguirem arrecadar recursos suficientes mediante seus impostos.

e) Montante de recursos previstos: FUNDEF R\$ 35,2 bilhões (previsão 2006, sem a complementação da União); FUNDEB: R\$ 41,1 bilhões no primeiro ano de vigência, R\$ 45,9 bilhões para o segundo ano e R\$ 50,7 bilhões no terceiro ano.

f) Complementação da União ao Fundo: FUNDEF R\$ 313,7 milhões (2006); FUNDEB 10% do montante resultante da contribuição dos estados e municípios a partir do quarto ano.

g) Total geral de recursos do Fundo: FUNDEF R\$ 35,5 bilhões (2006); FUNDEB R\$ 43,1 bilhões no primeiro ano de vigência, R\$ 48,9 bilhões no segundo ano, R\$ 55,2 bilhões no terceiro ano.

h) Distribuição de recursos: FUNDEF, com base no número de alunos matriculados no ensino fundamental, com dados do censo escolar do ano anterior; FUNDEB, com base no número de alunos matriculados na educação básica, de acordo com o censo escolar do ano anterior⁴⁷.

i) Utilização dos recursos: FUNDEF, mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério do ensino fundamental, restante para outras despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público. FUNDEB, mínimo de 60% para remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, restante para outras despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica pública.

j) Valor mínimo nacional por aluno/ano: FUNDEF (a partir de 2005), séries iniciais urbanas, séries iniciais rurais, séries finais urbanas, séries finais rurais e educação especial. FUNDEB, fixado anualmente com diferenciações previstas para a Educação Infantil (creches e pré-escolas), séries iniciais (urbana e rural), séries finais (urbana e rural), ensino médio (urbano e rural), ensino médio profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, educação especial e educação indígena e quilombola.

k) Salário-educação: FUNDEF, vinculado ao ensino fundamental, parte da cota federal foi utilizada no custeio da Complementação da União; FUNDEB, vinculado à educação básica, não pode ser utilizado para fins da Complementação da União ao fundo.

Saviani (2007) reconhece que a implantação do FUNDEB representa alguns avanços com relação ao FUNDEF, e sem dúvidas, sem um olhar apurado sobre a totalidade, o simples fato de abranger toda a educação básica pode, à primeira vista, revelar melhorias na educação brasileira. Porém, Saviani afirma:

Na verdade, os valores indicados no [FUNDEB], se efetivamente aplicados, melhorariam sensivelmente o financiamento da educação comparativamente à situação atual. Mas não teriam força para alterar o

⁴⁷ Segundo Saviani (2007, p.92), "observada a seguinte escala de inclusão: alunos do ensino regular e especial, 100% a partir do 1º ano [de vigência]; Alunos da educação infantil, ensino médio e EJA, 33,33% no 1º ano [de vigência], 66,66% no 2º e 100% a partir do 3º ano; Em cada esfera (estadual ou municipal) serão considerados os alunos da educação básica que a respectiva esfera tem prioridade de atendimento, de acordo com a Constituição Federal".

status quo vigente. Ou seja: a ampliação dos recursos permitirá atender a um número maior de alunos, porém em condições não muito menos precárias que as atuais, isto é, com professores em regime de hora-aula; com classes numerosas; e sendo obrigados a ministrar grande número de aulas semanais para compensar os baixos salários que ainda vigoram nos estados e municípios (SAVIANI, 2007, p.93)

Outro ponto que podemos citar como elemento de debilidade da política de financiamento da educação pública é referente ao chamado controle social. Inúmeros casos de desvio de recursos, maquiagem na contabilidade, pouca participação da população, inclusive nos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS), fragilizam ainda mais as políticas educacionais. Controle Social entendido como “a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania” (CGU, 2012, p. 16).

Mesmo com a criação dos CACS, previsto desde a implantação do FUNDEF, a participação popular na fiscalização e monitoramento é débil e não consegue, na maioria dos estados e municípios, influenciar nas políticas públicas, muito menos combater as incongruências das maquiagens contábeis, muitas vezes com a anuência dos Tribunais de Contas. Davies (2008) relata casos de governos que lançam empenhos vinculados à educação e, no ano seguinte, cancelam, sem realizar efetivamente a liquidação. Ora “se o empenho é obrigação de pagamento, não é o pagamento propriamente dito. É preciso que a despesa empenhada seja liquidada” (CGU, 2012, p. 21).

É importante frisar que os CACS são responsáveis pelos recursos vinculados ao FUNDEB e não representam a totalidade dos recursos da educação nos estados e municípios, não podemos esquecer o salário-educação⁴⁸ e os outros 5% de impostos que

⁴⁸ O Decreto nº 6.003 de dezembro de 2006 regulamentou a arrecadação, fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação, conforme o artigo 212 da Constituição Federal de 1988. Segundo este Decreto o montante arrecadado será distribuído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo que um terço do montante dos recursos (equivalente a 90% do mesmo), correspondente à quota federal, deverá ser utilizada “no financiamento de programas e projetos voltados para a universalização da educação básica” (BRASIL, 2006). O restante da arrecadação (dois terços dos 90%) do salário-educação é creditada todo o mês em favor das Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal (DF) e municípios que devem usar os recursos em programas, projetos e ações voltadas para a educação básica. “Os dez por cento restantes do montante da arrecadação do salário-educação serão aplicados pelo FNDE em programas, projetos e ações voltadas para a universalização da educação básica” (BRASIL, 2006).

não são contabilizados no FUNDEB. Se este elo está frágil, no tocante à fiscalização, os demais recursos acabam sendo negligenciados até mesmo pelos profissionais da educação, que remetem suas atenções quase que exclusivamente para os 60% do FUNDEB, relativo ao montante que deve servir exclusivamente ao pagamento dos salários.

Os relatórios de fiscalização da CGU nos municípios de Capela/SE (2010), Japoatã/SE (2012), Lagarto/SE (2011), Nossa Senhora Aparecida/SE (2011) e Nossa Senhora das Dores/SE (2010), comprovam o que a literatura aponta sobre a fragilidade do controle social nos municípios.

Problemas como divergência entre os representantes eleitos para o cargo de conselheiro e aqueles que efetivamente exercem a função; Inexistência de acompanhamento social pelo Conselho Municipal da aplicação dos recursos do PNATE; Cadastro desatualizado dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no sítio do FNDE; Faturamento da prestação de serviços de transporte escolar considerando-se quantidade de dias letivos maior do que aquela constante no calendário escolar, ocasionado pagamento extra; Acompanhamento social deficiente do Conselho Municipal da aplicação dos recursos do PNATE; e casos como o Conselho Municipal do FUNDEB não exerceu a sua atribuição de supervisionar o Censo Escolar da Educação Básica.

Casos graves podem ser constatados em diversos relatórios da CGU Brasil a fora (como o processo de fiscalização se dá por sorteio de municípios, constatamos que a cidade de Aracaju/SE nunca foi sorteada). Assim, frente à constatação da fragilidade dos conselhos e desmandos promovidos por muitos gestores públicos, os estudos sobre as receitas e despesas da educação nos estados e municípios são imprescindíveis para o fortalecimento da organização dos profissionais da educação. Assim como aponta Davies (2010):

Portanto, um desafio para pelo menos garantir a aplicação da verba legalmente devida em educação e, portanto, para a desprivatização pelo menos parcial do Estado brasileiro, é organizar, capacitar e mobilizar entidades e sindicatos para fiscalizar esta verba e, ao mesmo tempo ou posteriormente, interferir na formulação da política educacional e, em particular, na destinação dos recursos. (DAVIES, 2010)

Coutinho (2015) ao analisar os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB em 382 municípios nordestinos, concluiu que existe uma limitação por parte dos Conselheiros no tocante a fiscalização de recursos e os Conselhos legitimam as ações dos gestores públicos sem a existência de pareceres de fiscalização isentos. A falta de formação dos conselheiros, o pouco conhecimento sobre a legislação fiscal e o acúmulo da tarefa de servidor público, são fatores apontados por Coutinho (*idem*) para mostrar a deficiência na fiscalização por parte dos Conselhos.

Ao realizarmos a revisão da literatura sobre o financiamento da educação, constatamos os problemas essenciais das políticas de fundos, assim várias teses de doutorado que tratam do assunto sobre o FUNDEB apontam as fragilidades dessa política. Como exemplo, podemos citar: “O Financiamento da Educação de Jovens e Adultos no período de 1996 a 2006: farelos de migalhas” de Geruza Cristina Meirelles Volpe (2010) e “Financiamento da Educação Básica no estado da Paraíba: análise dos primeiros resultados do FUNDEB nos municípios de João Pessoa e Cabedelo – PB” de Maria Aparecida Nunes Pereira (2012);

Como referência para os nossos estudos, por tratar inclusive do financiamento na cidade de João Pessoa/PB, a tese de Pereira (2012) reforça os dados e informações sobre o financiamento da educação que estamos perseguindo no intuito de realização de nossa pesquisa. A autora constata, entre outras coisas, que com a implantação do FUNDEF e do FUNDEB houve a ampliação das parcerias público-privada na educação; mesmo que a intenção da política de fundos fosse diminuir as distorções regionais e realizar uma cooperação entre os sistemas de ensino, muitas regiões ainda apresentam divisões e disputas por vagas entre estados e municípios; que o FUNDEB agrega poucos recursos novos à educação; os conselheiros recebem pouca formação técnica e estão despreparados para atuar de maneira profícua na fiscalização dos recursos;

Complementa afirmando que as matrículas nas cidades pesquisadas por ela (João Pessoa/PB e Cabedelo/PB) não apresentaram aumento no ensino fundamental mesmo com o surgimento do FUNDEB e arremata constatando que os valores do FUNDEB não conseguem atingir o previsto para que se alcance o valor mínimo necessário para uma educação de qualidade (PEREIRA, 2012).

Para Volpe (2010) o FUNDEB mantém alguns problemas históricos da política de Fundos. O primeiro ponto é a manutenção da lógica quantitativa, da relação do aluno matriculado como uma "unidade monetária", em detrimento da ampliação da qualidade do ensino. Para a autora, o FUNDEB, apesar de alguns pontos positivos como a

inclusão da EJA, na verdade, escancara a escassez de recursos na Educação Básica e concorda com Buarque (2007) quando este afirma que seriam necessários R\$ 7 bilhões de incremento nas contas de 2007, em detrimento aos R\$ 2 bilhões anunciados pelo Governo Federal.

Quanto à Educação de Jovens e Adultos, Volpe (2010) afirma haver um cenário de incertezas, mesmo com a inclusão desse nível de ensino na cesta do FUNDEB. Na verdade, o FUNDEB toma como referência de repasse de valor integral, os alunos matriculados no Ensino Fundamental e a EJA tem um valor rebaixado em 30%, além da limitação de 15% do total de matrículas.

A pesquisa realizada pela autora no estado de Minas Gerais comprova que os recursos investidos na EJA pós-FUNDEB decaíram em quase 70% do valor no período de 2006 a 2008. Além disso, verificou-se que as transferências de recursos do FNDE para EJA nos anos compreendidos entre 2005 e 2008 foram baixas, e o ano de 2007 não houve sequer transferência financeira.

Tais análises demonstram que apenas uma política baseada na questão contábil, apesar de alguns avanços com o advento do FUNDEF e FUNDEB, não irá resolver problemas centrais na política educacional brasileira e que é preciso atuar no sentido de lutar pela transformação radical de um sistema que gera distorções sociais enormes. No próximo capítulo iremos esmiuçar o financiamento da educação no município de Aracaju/SE, com o intuito de analisar os recursos públicos e verificar como estão sendo utilizados tais recursos no âmbito educacional.

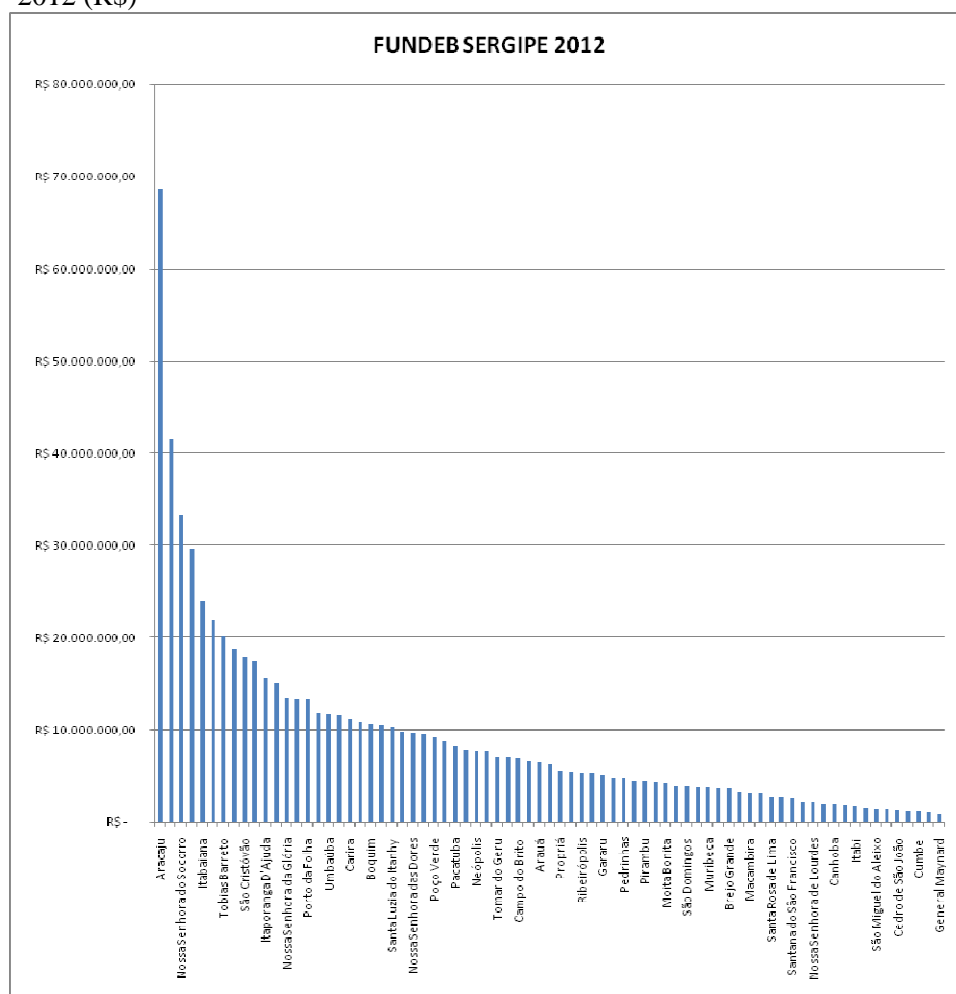
4. FINANCIAMENTO EDUCACIONAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE

Neste capítulo, iremos abordar a realidade educacional a partir da análise dos recursos da educação do município de Aracaju/SE. A partir da categoria da Totalidade, temos a compreensão de que esta análise perpassa a discussão mais ampla sobre o cenário político e econômico, mundial e local, pela análise de diversos dados educacionais do estado de Sergipe, que engloba as matrículas da educação básica e ensino superior (com o intuito de verificar com o ensino privado vem se expandindo na região) e, finalmente, as características do município de Aracaju, com dados sobre as matrículas, repasses financeiros do Governo Federal, análise do MDE, FUNDEB, empenhos e contratos.

4.1 O FUNDEB EM SERGIPE

O gráfico abaixo aponta os recursos do FUNDEB (R\$) recebidos por municípios de Sergipe, em 2012. Neste gráfico, podemos verificar o montante de recursos recebidos, bem como as discrepâncias destes entre alguns municípios.

Gráfico 04 – recursos recebidos do FUNDEB pelos municípios sergipanos em 2012 (R\$)



Fonte: dados coletados pelo autor no portal do FNDE

Verifica-se a concentração de recursos nos municípios mais populosos, evidentemente com mais alunos matriculados na Educação Básica, com um nível de discrepância absurdo entre Aracaju e General Maynard, dois municípios que estão nos extremos deste gráfico. A partir destes dados é possível ter um panorama do potencial econômico dos municípios do estado de Sergipe, já que o FUNDEB é alimentado por uma cesta de impostos, como já foi discutido no capítulo anterior. Na sequência, iremos aprofundar esses dados e analisar a evolução de matrículas no estado com o intuito de verificar a realidade da escola pública e a evolução do setor privado.

4.2 EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM SERGIPE (2007-2013)

Inicialmente, realizamos a análise da evolução das matrículas da educação básica em Sergipe a partir de 2007, com dados do Censo da Educação Básica (INEP), devido à implantação do FUNDEB. Em 2007, 55 municípios de Sergipe possuíam rede privada em pelo menos um dos níveis da educação básica, quantitativo que passou para 61 no ano de 2013.

A tabela abaixo mostra a evolução das matrículas em todos os níveis de ensino da educação básica, no período de 2007 a 2013 (excluídas as matrículas de EJA e Educação Especial):

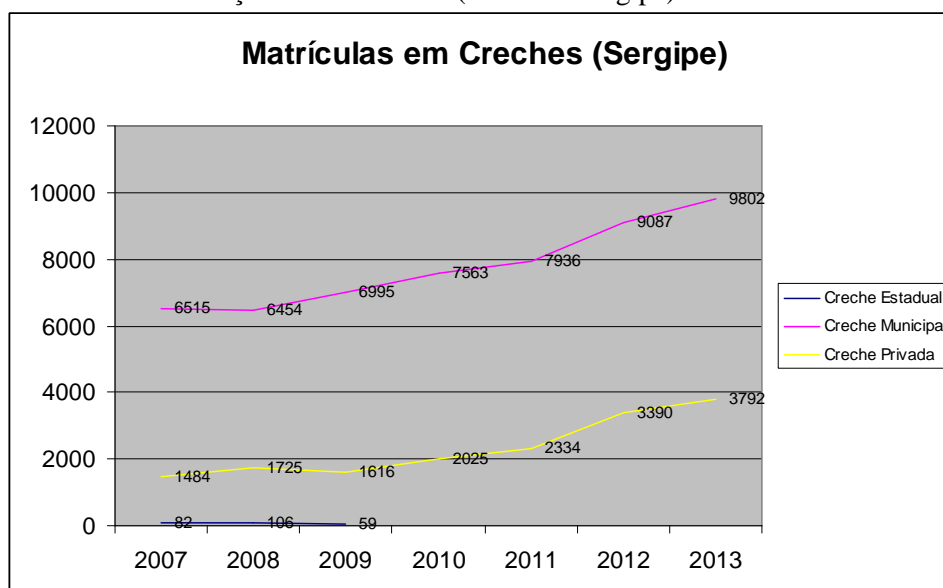
Tabela 05 – evolução das matrículas da educação básica (Sergipe)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Creche Estadual	82	106	59				
Creche Municipal	6515	6454	6995	7563	7936	9087	9802
Creche Privada	1484	1725	1616	2025	2334	3390	3792
Pré-Escola Estadual	4634	2974	829		18		
Pré-Escola Municipal	52691	50948	49752	45997	45182	43660	43005
Pré-Escola Privada	14411	14439	17432	17478	18969	19596	20381
Ensino Fundamental Inicial Estadual	55021	52509	47802	40698	39613	36731	33538
Ensino Fundamental Inicial Municipal	146789	141918	138087	132493	127275	123813	122696
Ensino Fundamental Inicial Privada	21712	23102	28721	31000	33835	36358	38295
Ensino Fundamental Final Estadual	67919	70442	69808	67354	65708	61242	56126
Ensino Fundamental Final Municipal	70816	72628	74011	74352	74742	74357	75674
Ensino Fundamental Final Privada	16854	18261	21383	23364	24519	26210	25614
Ensino Fundamental Final Federal	288	271	276	245	239	240	230
Ensino Médio Estadual	73466	72479	69659	67834	66613	65514	65802
Ensino Médio Municipal	1964	1694	792	217	171	167	
Ensino Médio Privada	10153	11059	12713	13049	13403	14045	13873
Ensino Médio Federal	1423	1566	1561	1713	1595	1809	1753
Educação Profissional Estadual	235	419	372	679	1425	1286	332
Educação Profissional Privada	315	370	658	562	848	725	1280
Educação Profissional Federal	2755	1759	1624	1537	1616	2170	2489

Fonte: INEP

Com relação às creches, podemos verificar a seguinte evolução nas matrículas:

Gráfico 05 – evolução nas matrículas (creches / Sergipe)

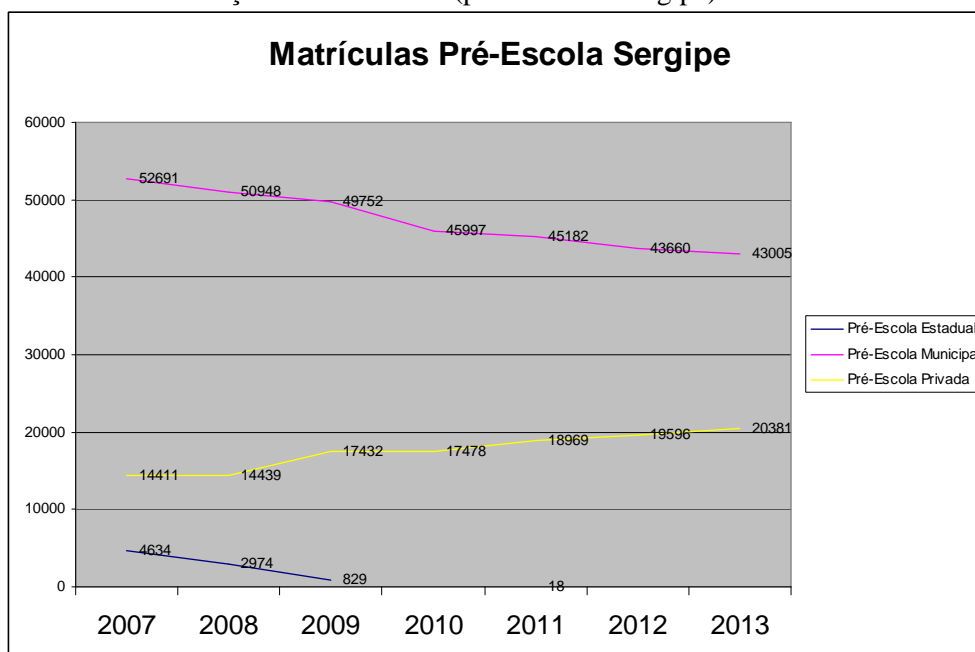


Fonte: FNDE

Desde a implantação do FUNDEB, as matrículas em creches nas redes municipal e privada vêm ascendendo, enquanto que na rede estadual as matrículas não existem mais desde 2010. Verifica-se que na rede privada, no período analisado, as matrículas mais que dobraram, apesar de ser um nível de ensino que requer investimentos mais altos, tanto com relação à adequação do prédio escolar, quanto do quantitativo de professores em sala de aula, e por esse motivo, dentro da lógica capitalista de auferir lucros, não é tão interessante ao mercado.

Já a evolução das matrículas na pré-escola, em Sergipe, nos mostra que a iniciativa privada vem expandindo sua rede e a oferta de vagas. No período de 2007 a 2013, conforme se verifica no gráfico abaixo, as matrículas na rede estadual foram extintas nos últimos anos, na rede municipal apresentam queda vertiginosa e o crescimento na rede privada:

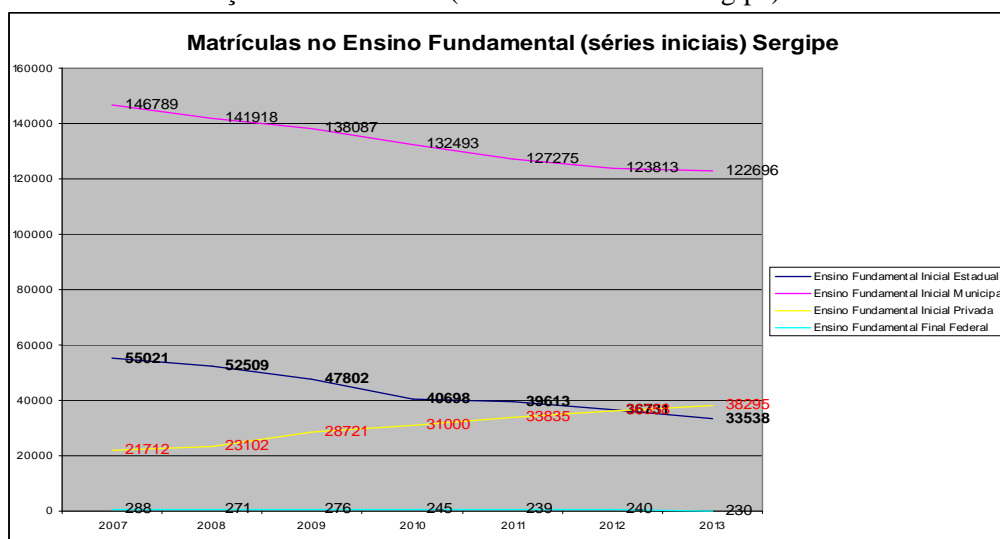
Gráfico 06 – evolução nas matrículas (pré-escolas / Sergipe)



Fonte: FNDE

Com relação às matrículas no ensino fundamental, séries iniciais, em Sergipe incluem-se as vagas na Rede Federal, relativas ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. O avanço das matrículas na rede privada também pode ser observado nesta modalidade de ensino. Os dados mostram que, em 2007, as matrículas da rede privada representam menos da metade das matrículas na rede estadual e, em 2013, a rede privada ultrapassou as matrículas da rede estadual, apontando para uma política de desmonte deliberado da rede pública estadual nesta modalidade de ensino (gráfico abaixo).

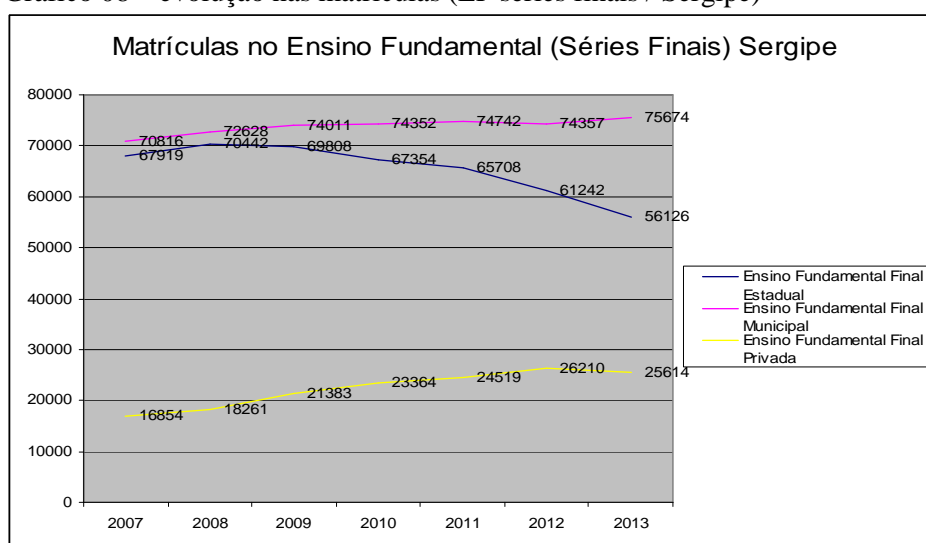
Gráfico 07 – evolução nas matrículas (EF séries iniciais / Sergipe)



Fonte: FNDE

Esta análise, de desmonte da educação pública e o fortalecimento da educação privada, fica ainda mais perceptível à medida em que os anos de formação vão avançando na educação básica. O gráfico abaixo mostra as matrículas nos anos finais da educação básica e a queda nas matrículas da rede estadual é mais vertiginosa, com ascensão na rede municipal e na rede privada, esta com uma pequena queda em 2013.

Gráfico 08 – evolução nas matrículas (EF séries finais / Sergipe)



Fonte: FNDE

Percebe-se que a queda das matrículas na rede estadual no ensino fundamental deve-se a uma lógica equivocada em relação à prioridade do atendimento. Davies (2012) mostra, através de exaustiva e histórica análise da constituição e das leis educacionais, que não existe fundamento legal nenhum em dizer que o ensino fundamental é responsabilidade prioritária ou exclusiva dos municípios, ao contrário os motivos são outros, para Davies (2012, p.148):

Uma hipótese plausível pode ser o horizonte eleitoral, de curtíssimo prazo dos prefeitos, que viram no FUNDEF e veem no FUNDEB a possibilidade de obter mais recursos financeiros ao aceitar a transferência de matrículas estaduais para sua gestão, além de ampliar o seu poder político com a possibilidade de nomeação de diretores e funcionários sem concurso público.

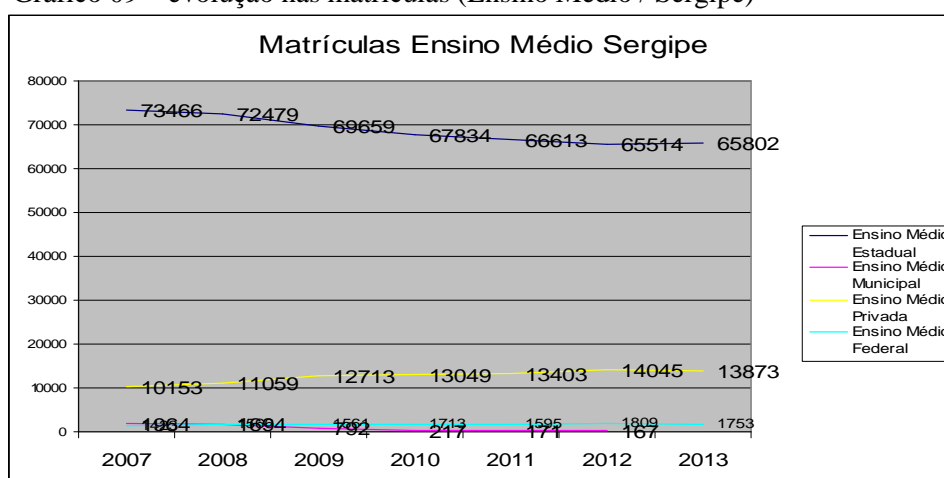
Ou seja, dentro da lógica da organização política do país, os gestores municipais acabam se aproveitando das políticas públicas educacionais e transformam em

privilégios políticos e/ou pessoais o montante financeiro que deveria estar à disposição, exclusivamente, da população.

Além do mais, o referido estudo mostra que, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, a receita de líquida de impostos dos governos estaduais teria sido, em 2010, R\$ 100 bilhões de reais maior que a receita dos municípios, com o número de matrículas na educação básica municipal muito superior às matrículas estaduais. Os dados de Sergipe comprovam o descaso da União com a educação básica com um número irrisório de matrículas na rede federal e sem perspectivas de aumento. Para Davies (2012, p. 148) “o governo central/federal, embora detentor de uma maior parcela das receitas governamentais, nunca assumiu constitucionalmente a obrigação de oferecer educação básica para toda população (...)”.

Os dados do ensino médio em Sergipe trazem uma informação interessante, a existência de matrículas na rede municipal de ensino até 2012, que nos últimos anos pertenciam apenas ao município de São Domingos/SE. O gráfico abaixo confirma a tendência de queda nas matrículas da rede estadual e ascensão na rede privada, exceto no ano de 2013 com leve queda. Os dados brutos apontam para um decréscimo de 7.664 alunos da rede estadual entre 2007 e 2013 e um crescimento de 3.720 alunos na rede privada no mesmo período, mostrando o avanço do setor privado também nesta modalidade de ensino. Nestes dados, excluem-se as matrículas da educação profissional e verifica-se certa estabilidade, apesar de crescimento da rede federal de ensino.

Gráfico 09 – evolução nas matrículas (Ensino Médio / Sergipe)



Fonte: FNDE

Os dados de queda da matrícula nas escolas públicas são analisados por Davies (2012, p. 167), que afirma:

Face à queda significativa das matrículas públicas na educação básica entre 2006 (ano anterior à implantação do FUNDEB) e 2011, pode-se concluir que o FUNDEB não mantém nem desenvolve a educação básica pública, pelo menos ao que diz respeito ao número de matrículas. Isso é especialmente grave no caso das redes municipais em geral (...), que, apesar de terem receita extra significativa do FUNDEB (ganhos em âmbito estadual e, em alguns casos, a complementação federal), não vêm aumentando as matrículas, um indicador (não o único, é verdade) bem objetivo de manutenção e desenvolvimento da educação.

As conclusões de Davies (2012), a partir de do apanhado nacional, por estados e municípios, se assemelham com a realidade de Sergipe e confirmam a tendência nacional da diminuição das matrículas na rede pública e o fortalecimento, pelo menos em termos financeiros, para os empresários do setor educacional da rede privada de ensino.

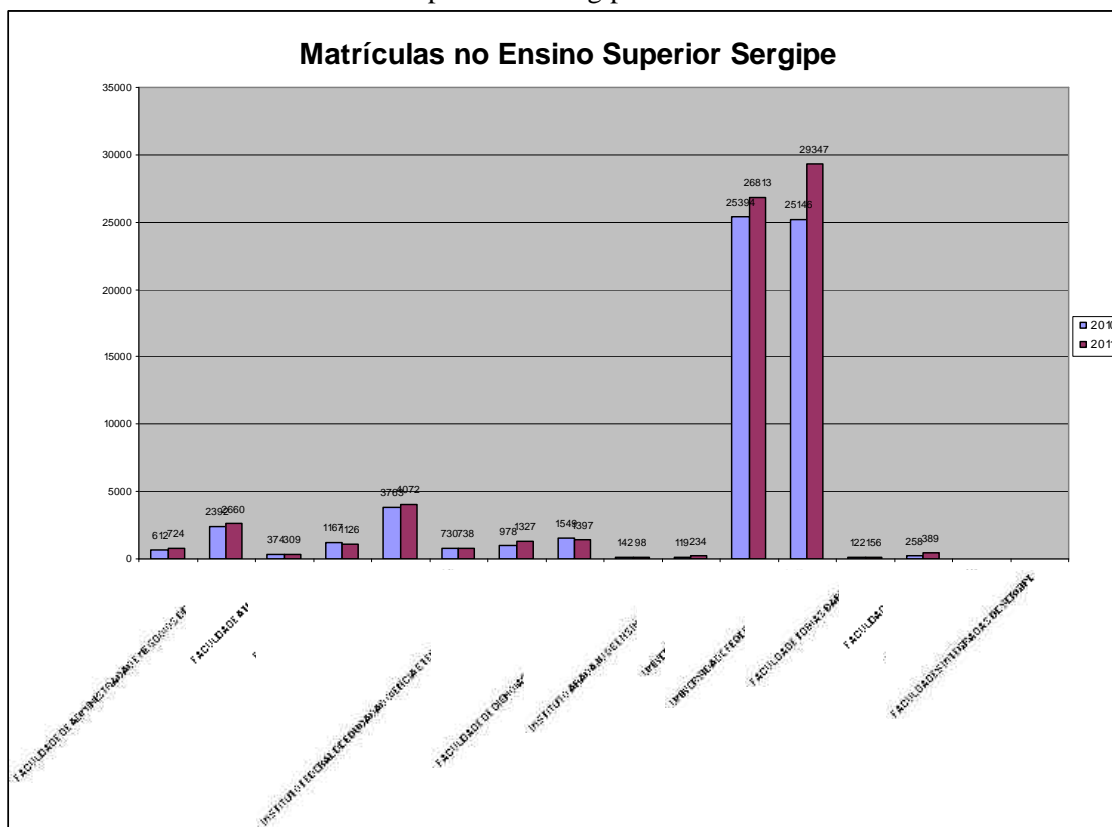
4.3 MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR EM SERGIPE

No Brasil, a taxa de frequência líquida em estabelecimento de ensino superior (excluídos mestrado e doutorado) na faixa etária de 18 a 24 anos é de 15,1%, enquanto que em Sergipe é de 14,2% (IBGE, 2012). Em 2010, existiam 6.407.733 matrículas no ensino superior no Brasil e em 2011, 6.765.540, somadas as matrículas de curso de graduação presenciais e à distância, bem como as matrículas de cursos sequenciais presenciais e à distância, segundo dados do Painel de Controle do Ministério da Educação (painel.mec.gov.br).

No estado de Sergipe, existem 16 Instituições de Ensino Superior cadastradas, porém duas delas, a Faculdade Pio X e a Faculdades Integradas de Sergipe, não possuem indicadores cadastrados no sistema.

Os dados do Censo da Educação Superior só estão disponíveis até o ano de 2011 e indicam 62.746 alunos matriculados em 2010 e 69.390 em 2011. O gráfico e a tabela abaixo mostram a quantidade de matrículas em todas as Instituições de Ensino Superior no Estado de Sergipe em 2010 e 2011:

Gráfico 10 – Matrículas Ensino Superior em Sergipe



Fonte: FNDE

Tabela 06 – Matrículas por instituição Ensino Superior (Sergipe)

	2010	2011
FACULDADE SAO LUIS DE FRANCA	612	724
FACULDADE DE ADMINISTRACAO E NEGOCIOS DE SERGIPE	2392	2660
FACULDADE ATLANTICO	374	309
FACULDADE AMADEUS	1167	1126
FACULDADE DE SERGIPE	3763	4072
INSTITUTO SERGIPE DE ENSINO SUPERIOR	730	738
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE	978	1327
FACULDADE JOSE AUGUSTO VIEIRA	1549	1397
FACULDADE DE CIENCIAS EDUCACIONAIS DE SERGIPE	142	98
INSTITUTO ARACAJU DE ENSINO E CULTURA	119	234
UNIVERSIDADE TIRADENTES	25394	26813
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	25146	29347
FACULDADE TOBIAS BARRETO	122	156
FACULDADE SERIGY	258	389
FACULDADE PIO DECIMO		
FACULDADES INTEGRADAS DE SERGIPE		

Fonte: FNDE

Comparando as duas maiores Instituições de Ensino Superior em Sergipe, a Universidade Federal de Sergipe e a Universidade Tiradentes (privada), verificamos o crescimento de matrículas no período de 2003 a 2011:

	2003	2011
UNIVERSIDADE TIRADENTES	11567	26813
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	11183	29347

Verificamos que as únicas instituições públicas de Sergipe (UFS e IFS) registraram em 2011, 29.347 matrículas corroborando com os dados do IBGE (2012) que indicam que 59,8% das matrículas em estabelecimentos de ensino superior no estado estão concentradas na rede privada. No Brasil, este dado é mais preocupante, pois 75,8% das matrículas no ensino superior em 2012 foram realizadas em estabelecimentos privados.

Dados do IBGE (2012) apontam que 41% dos adolescentes e jovens de Sergipe entre 15 a 29 anos só trabalham (no Brasil são 45,2% e no nordeste 40,5%), 22,7% não trabalham, nem estudam (no Brasil 19,6% e no nordeste 23,9%), 13,6% dos sergipanos trabalham e estudam ao mesmo tempo (no Brasil o mesmo percentual e no nordeste 12,5%) e os sergipanos entre 15 a 29 anos que se dedicam apenas ao estudo correspondem a 22,6% (no Brasil 21,6% e no nordeste 23,1%). Ou seja, 63,7% dos sergipanos, na faixa etária apontada, não estão nem na Educação Básica, nem no Ensino Superior.

Esmiuçando os dados do IBGE 2012 esta mesma análise, agora na faixa etária de 18 a 24 anos, período específico para os jovens estarem cursando o nível superior, verificamos que 43% dos sergipanos apenas trabalham e 24,8% estão desempregados e fora dos bancos escolares. Quando tratamos da população sergipana entre 25 a 29 anos, o percentual daqueles que só trabalham salta para 62,3%, com 29,1% daqueles que estão desempregados e fora da escola, apenas 2,2% só estudam e 6,5% trabalham e estudam.

4.4 O MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE

O município de Aracaju está localizado na mesorregião leste do estado sergipano e, segundo dados do IBGE (Censo 2010), em 2010 contava com 571.149 habitantes. O IDHM, divulgado em 2013, da cidade é de 0,770, considerado alto, e o IDHM de Educação está em 0,708, destoando da maioria dos municípios de Sergipe que estão no patamar baixo, como por exemplo, Tomar do Geru/SE que tem o IDH Educação 0,432 ou Poço Verde/SE que está no outro extremo de referência em educação com um índice de IDHM Educação em 0,376. Segundo texto fornecido pelo Atlas Brasil (IPEA/PNUD/FJP, 2013): “Aracaju ocupa a 227ª posição, em 2010, em relação aos

5.565 municípios do Brasil, sendo que 226 (4,06%) municípios estão em situação melhor e 5.339 (95,94%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 75 outros municípios de Sergipe, Aracaju ocupa a 1ª posição” e prossegue: “Aracaju teve um incremento no seu IDHM de 41,28% nas últimas duas décadas, abaixo da média de crescimento nacional (47%) e abaixo da média de crescimento estadual (62%)”.

A tabela abaixo mostra a evolução dos índices de renda, longevidade e educação (componentes que formam o IDHM), referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010:

Tabela 07 – Evolução do IDHM e seus componentes

	1991	2000	2010
IDHM	0,545	0,648	0,770
Renda	0,669	0,719	0,784
Longevidade	0,639	0,729	0,823
Educação	0,379	0,519	0,708

Fonte: Atlas Brasil/IPEA/PNUD/FJP

Esses dados relativos ao IDHM, apesar de suas limitações de referência, indicam que o componente da educação, apesar de ter sido o que mais cresceu proporcionalmente, sempre esteve abaixo, historicamente, dos componentes de renda e longevidade. Uma referência que não podemos deixar de fazer é o legado tenebroso deixado pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985), especialmente com relação à educação.

A tabela 02, elaborada pelo Atlas Brasil (IPEA/PNUD /FJP), esmiúça o componente da educação e traz seus indicadores para composição no IDHM de Aracaju/SE:

Tabela 08 – Evolução do IDHM Educação e seus componentes

	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,379	0,519	0,708
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	46,05	53,94	69,5
% de 5 a 6 anos na escola	65,09	87,27	95,01
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	36,04	56,24	86,28
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	21,16	36,08	53,84

% de 18 a 20 anos com médio completo	14,85	24,05	50,71
---	-------	-------	-------

Fonte: Atlas Brasil/IPEA/PNUD/FJP

Estes dados do IDHM Educação apontam para o corriqueiro funil da educação básica, com a quase universalização de crianças entre cinco e seis anos na escola (95,01%) e apenas metade da população entre 18 e 20 anos com o ensino médio completo, além de um pouco mais de 30% da população com 18 anos ou mais sem ao menos o ensino fundamental completo. Segundo texto do Atlas Brasil, referente à distorção idade-série (IPEA/PNUD/FJP, 2013):

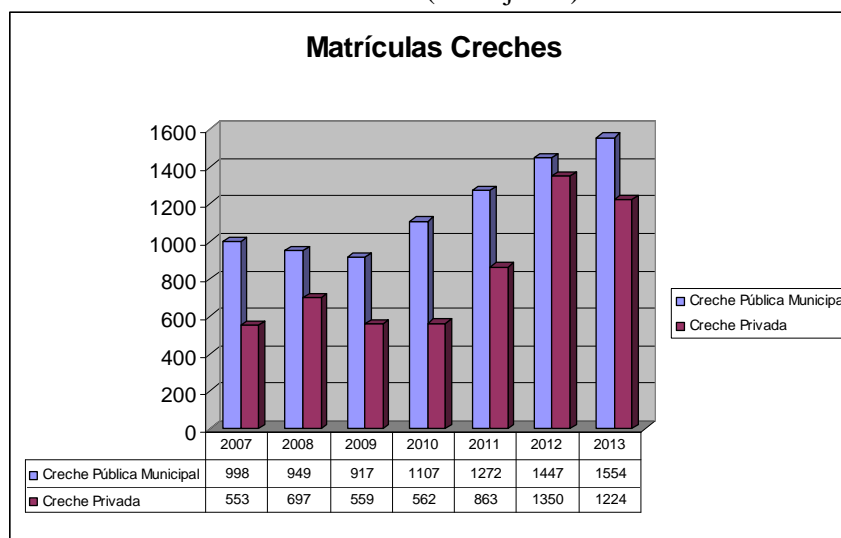
Em 2010, 59,00% dos alunos entre 6 e 14 anos de Aracaju estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 49,61% e, em 1991, 32,02%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 29,74% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 17,91% e, em 1991, 9,69%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 27,07% estavam cursando o ensino superior em 2010, 12,07% em 2000 e 6,56% em 1991.

Para que possamos ter uma análise com maior embasamento crítico, inclusive com dados referentes ao quantitativo de crianças e jovens matriculados em escolas privadas, iremos fazer um levantamento das matrículas em Aracaju/SE ao longo dos anos.

Com relação às matrículas da Educação Básica no município de Aracaju/SE, fizemos um levantamento histórico desde 2007 (ano de implantação do FUNDEB), com dados relacionados ao quantitativo de alunos matriculados em creches, pré-escolas, ensino fundamental séries iniciais, ensino fundamental séries finais, Educação de Jovens e Adultos, verificando a evolução das matrículas nas redes pública (municipal) e privada.

Com relação às creches, o gráfico abaixo evidencia a evolução das matrículas:

Gráfico 11 – Matrículas em Creche (Aracaju/SE)

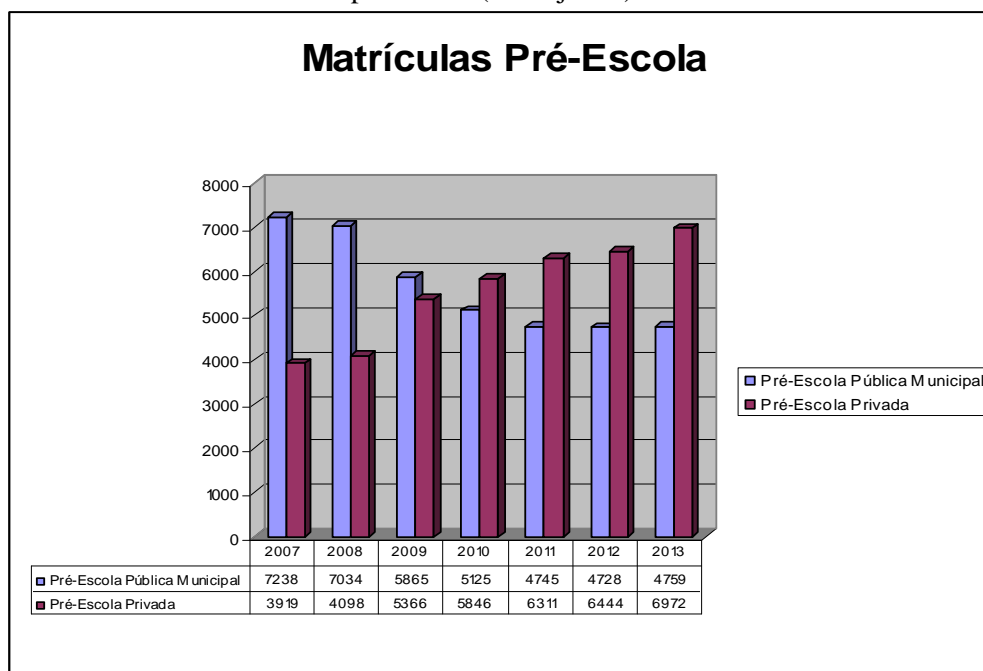


Fonte: FNDE

Através desses dados, fica evidente a exclusão social da maioria das crianças de 0 a 3 anos da escola. Segundo o Atlas Brasil (PNUD/IPEA), em 2010 apenas 29,22% das crianças estavam matriculadas em creches em Aracaju (no Brasil 23,55%). Entre 2010 e 2013 apenas 447 novas vagas foram abertas em creches públicas municipais, apesar de no período de campanha eleitoral a Presidenta Dilma Rousseff ter anunciado novas creches em todos os municípios do país até o fim do seu primeiro mandato (2011-2014). Enquanto isso, a iniciativa privada, que devido aos custos de manutenção dessa etapa escolar acaba por não ampliar muito a sua rede, ofertou mais 662 vagas entre 2010 e 2013, ou seja, mais que a educação pública e um índice menor devido a uma baixa de matrículas em 2013 em relação a 2012.

O gráfico abaixo mostra a evolução de matrículas da Pré-escola no município de Aracaju:

Gráfico 12 – Matrículas em pré-escola (Aracaju/SE)

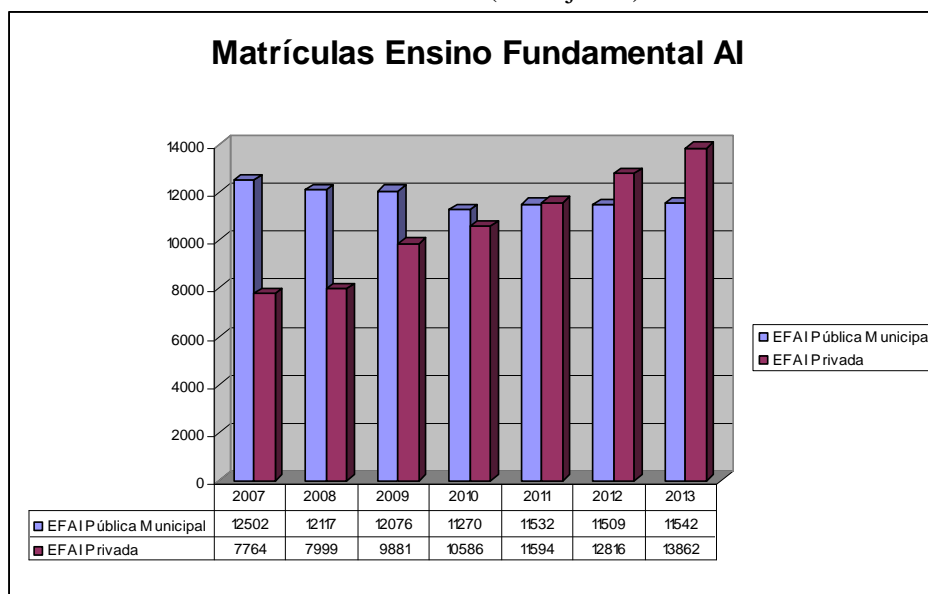


Fonte: FNDE

Os dados do Atlas Brasil (PNUD/IPEA) mostram que em 2010, quase a totalidade de crianças entre quatro e cinco anos estavam matriculadas na escola, os números apontam para um percentual de 89,30% (no Brasil 80,10%), porém, para os indicadores tanto faz matrículas na rede pública ou privada, e exatamente em 2010 as matrículas da rede privada ultrapassam as da rede pública municipal em Aracaju. Mesmo com a implantação do FUNDEB, que garantiu aos municípios o repasse financeiro para as matrículas na educação infantil, as matrículas da rede pública vêm caindo ano a ano, com exceção apenas do período de 2012-2013 (um acréscimo apenas de 31 alunos). Uma evidência que o FUNDEB não pode ser considerado com a redenção de todos os problemas da educação do país, até porque, no caso de Aracaju, a lógica que privatiza o processo educação, escancara-se com o aumento das matrículas ano após ano.

O gráfico 13 representa o número de matrículas no Ensino Fundamental Anos Iniciais:

Gráfico 13 – Matrículas EF anos iniciais (Aracaju/SE)

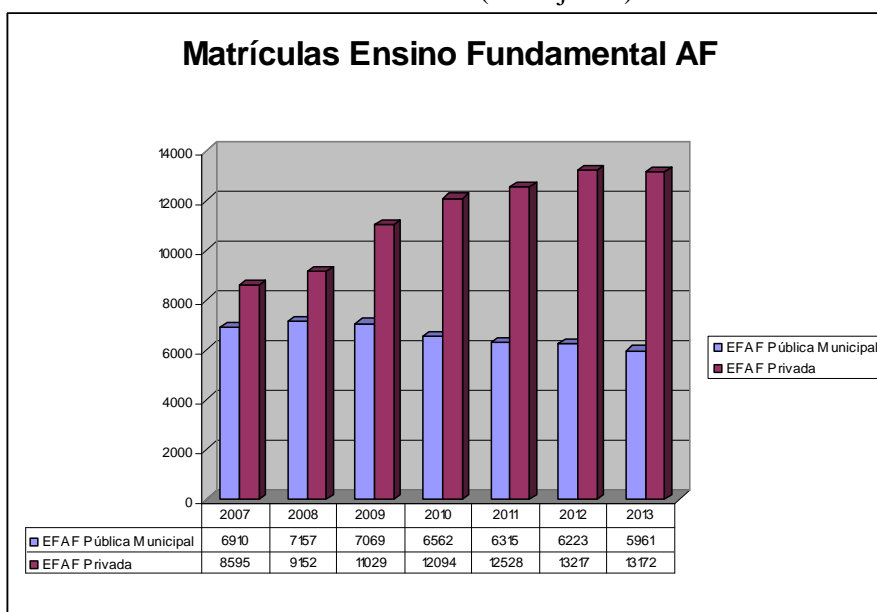


Fonte: FNDE

O discurso da universalização das matrículas no ensino fundamental também carece de uma avaliação para que possamos compreender se as matrículas acontecem na rede pública ou privada. Em Aracaju, segundo o Atlas Brasil (PNUD/IPEA), em 2010, quase todas as crianças com seis anos de idade estavam matriculadas (95,90%) e 97,42% das crianças entre 6 e 14 anos estavam na escola (no Brasil 96,69%). Se observarmos o gráfico acima, vamos constatar que quase 50% dessas matrículas foram realizadas na rede privada, que em 2011 superou as matrículas das escolas públicas. Na série 2007-2013, a rede pública “perdeu” 960 alunos, enquanto que a rede privada matriculou mais 6.098 alunos.

De fato, um dos grandes filões da rede privada é o ensino fundamental. O gráfico 14 mostra a evolução das matrículas no ensino fundamental anos finais:

Gráfico 14 – Matrículas EF anos finais (Aracaju/SE)



Fonte: FNDE

Em nenhum ano desta série as matrículas da rede privada tiveram menos alunos que a rede pública municipal, e ano após ano aumentam a quantidade alunos. A rede pública municipal teve crescimento de matrículas apenas no período de 2007-2008 (apenas 247 novos alunos), e de 2008 a 2013 o número de alunos cai consideravelmente.

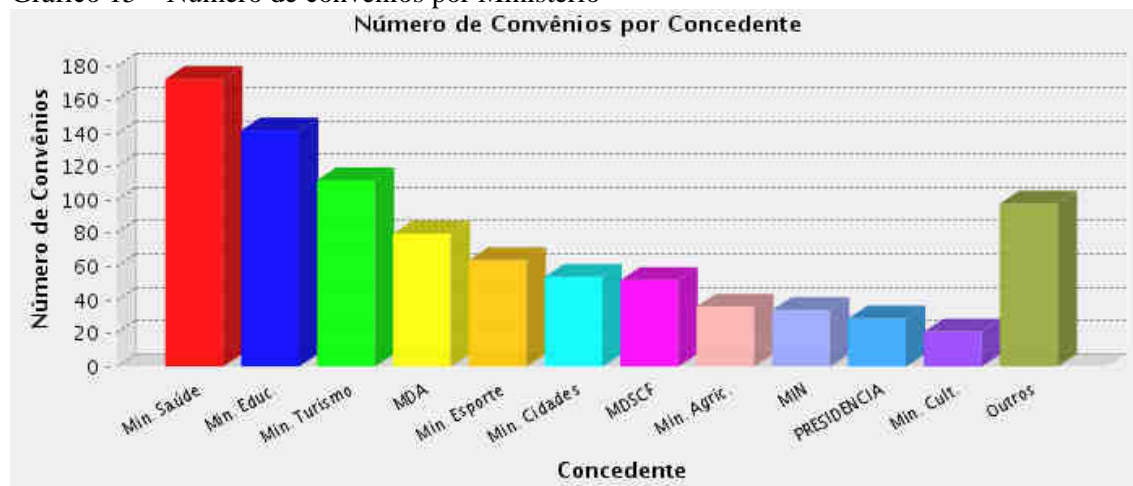
Esses dados demonstram o descaso do poder público com a educação pública de qualidade, o que provoca a expansão da rede privada de ensino e a procura maior por parte da classe trabalhadora por vagas alternativas no ensino pago. Um direito inalienável do povo brasileiro, ano após ano, está sendo repassado aos ditames do mercado.

4.5 REPASSES DO GOVERNO FEDERAL PARA O MUNICÍPIO DE ARACAJU/SE

No Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaltransparencia.gov.br) é possível obter informações sobre o repasse financeiro para os municípios e comparar os valores repassados com as informações locais através do Portal da Transparência do município ou do Tribunal de Contas do Estado.

O Portal da Transparência disponibiliza informações com o número de convênios por Ministério que o município realizou desde 1996. No caso de Aracaju, podemos verificar que, conforme gráfico e tabela abaixo, o Ministério da Saúde realizou o maior número de convênios no período citado (173), seguido pelo Ministério da Educação (142).

Gráfico 15 – Número de convênios por Ministério



Fonte: Portal da Transparência (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/destaques/detalhamento?nome=numeroConveniosConcedenteMunicipio>)

Tabela 09 – Número de convênios por Ministério

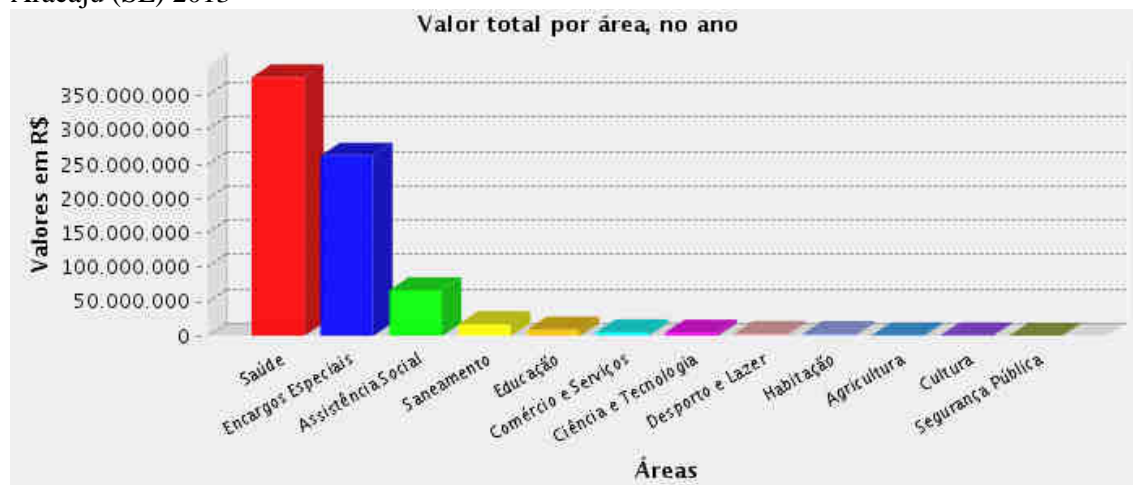
Número de convênios por órgão concedente	Quantidade
MINISTERIO DA SAUDE	173
MINISTERIO DA EDUCACAO	142
MINISTERIO DO TURISMO	112
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	80
MINISTERIO DO ESPORTE	64
MINISTERIO DAS CIDADES	54
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	52
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	36
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	34
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	29
MINISTERIO DA CULTURA	21
Outros	98

Fonte: Portal da Transparência (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/destaques/detalhamento?nome=numeroConveniosConcedenteMunicipio>)

No ano de 2013, o Governo Federal repassou para o município de Aracaju o valor de R\$ 753.888.743,13 em quinze áreas: Saúde, Encargos Especiais, Assistência Social, Saneamento, Educação, Comércio e Serviços, Ciência e Tecnologia, Desporto e Lazer, Habitação, Agricultura, Cultura, Segurança Pública, Administração, Direito da

Cidadania e Organização Agrária. O gráfico e tabela abaixo mostram que a área de Saúde foi a que mais recebeu recursos, devido ao repasse de mais de R\$ 290 milhões relativo à ação denominada de “Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade”.

Gráfico 16 - Transferências do Governo Federal por Área (Função) para o município de Aracaju (SE) 2013



Fonte: Portal da Transparência (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/receitas/por-area/areas?exercicio=2013>)

Tabela 10- - Transferências do Governo Federal por Área (Função) para o município de Aracaju (SE) 2013

Área	Total em Dezembro (R\$)	Acumulado no Ano (R\$)
TODAS	80,223,731.37	753,888,743.13
Saúde	40,758,121.70	376,703,741.91
Encargos Especiais	31,713,717.02	262,495,750.80
Assistência Social	6,566,638.45	66,840,459.99
Saneamento	0.00	17,343,604.25
Educação	476,374.20	9,556,417.85
Comércio e Serviços	708,880.00	5,803,112.50
Ciência e Tecnologia	0.00	5,084,953.11
Desporto e Lazer	0.00	3,285,206.00
Habitação	0.00	3,056,259.43
Agricultura	0.00	1,049,595.63
Cultura	0.00	937,765.02
Segurança Pública	0.00	768,841.46
Administração	0.00	478,612.04
Direitos da Cidadania	0.00	384,423.14
Organização Agrária	0.00	100,000.00

Fonte: Portal da Transparência (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/receitas/por-area/areas?exercicio=2013>)

Em seguida, em relação ao montante de repasse de recursos, estão os Encargos Especiais que incluem o Fundo de Participação dos Municípios (conforme artigo 159 da Constituição Federal⁴⁹), o FUNDEB, as Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (segundo a Lei nº 9.478, de 1997 no artigo 48⁵⁰), o auxílio Financeiro aos Municípios, a Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (segundo a Lei nº 9.424, de 1996 no artigo 15⁵¹), as Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (segundo a Lei nº 7.525, de 1986 no artigo 6º⁵²), a Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores, a Repartição de Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE – Combustíveis) e a Transferência do Imposto Territorial Rural, conforme podemos visualizar no gráfico abaixo.

⁴⁹ Art. 159 da Constituição Federal: “A União entregará: (Vide Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007).

⁵⁰ Lei que “Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.”

⁵¹ Art 15. “O Salário-Educação, previsto no art. 212, § 5º, da Constituição Federal e devido pelas empresas, na forma em que vier a ser disposto em regulamento, é calculado com base na alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, aos segurados empregados, assim definidos no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.”

⁵² Art. 6º “A distribuição do Fundo Especial de 1% (um por cento) previsto no § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, far-se-á de acordo com os critérios estabelecidos para o rateio dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, obedecida a seguinte proporção:

I - 20% (vinte por cento) para os Estados e Territórios;

II - 80% (oitenta por cento) para os Municípios.”

Gráfico 17 - Total destinado à área **Encargos Especiais** (repasse do Governo Federal para o município de Aracaju em 2013)



Fonte: Portal da Transparência (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/receitas/por-area/acoes?exercicio=2013&funcao=28>)

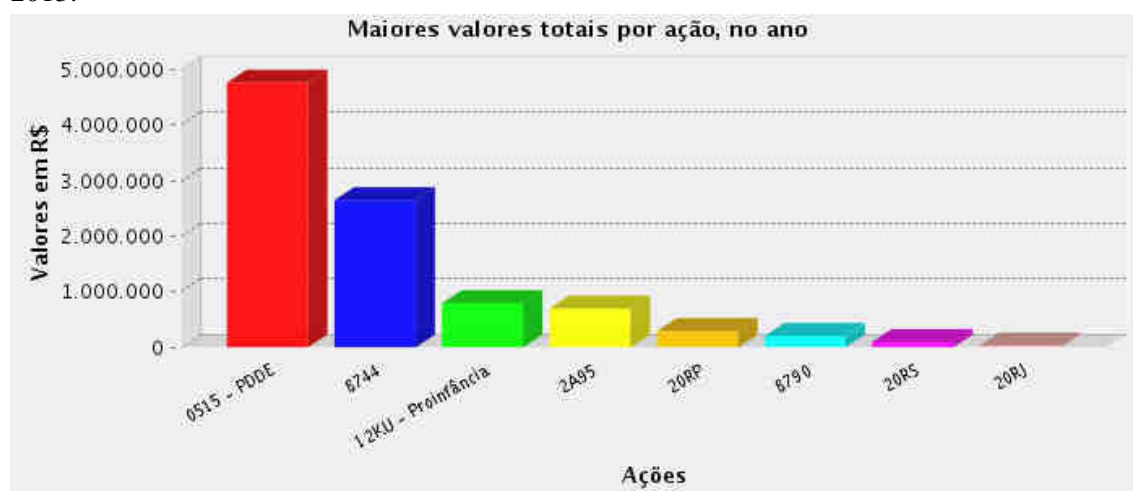
Tabela 11 - Total destinado à área **Encargos Especiais** (repasse do Governo Federal para o município de Aracaju em 2013)

Ação	Linguagem Cidadã	Total em Dezembro (R\$)	Acumulado no Ano (R\$)
TODAS		31,713,717.02	262,495,750.80
0045 - Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159)	FPM - CF art. 159	25,347,648.57	177,397,593.19
0C33 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	FUNDEB	4,456,300.54	46,475,781.71
0548 - Transferências de Cotas-Partes dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48)	Royalties	1,321,056.76	27,058,100.88
0003 - Auxílio Financeiro aos Municípios		0.00	4,501,875.78
0369 - Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação (Lei nº 9.424, de 1996 - Art. 15)	Cota-parte dos Estados e DF do Salário-Educação	272,113.81	3,458,531.37
0551 - Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º)	Royalties	287,663.49	3,219,208.91
099B - Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores - (art. 91 ADCT)	Transferências - LC n.º 87/96 e 115/2003	28,643.52	343,722.25
0999 - Repartição de Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis	CIDE - Combustíveis	0.00	32,844.46
006M - Transferência do Imposto Territorial Rural	Transferência - ITR - Municípios	290.33	8,092.25

Fonte: Portal da Transparência (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/receitas/por-area/acoes?exercicio=2013&funcao=28>)

O município de Aracaju recebeu como aporte de recursos do Governo Federal em 2013, da área de educação, R\$ 9.556.417,85 ficando esta área como a quinta que mais recebeu recursos. O gráfico e tabela abaixo apontam o destino desses repasses

Gráfico 18 - Total repassado à área Educação pelo Governo Federal para município Aracaju em 2013:



Fonte: Portal da Transparência (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/receitas/por-area/acoes?exercicio=2013&funcao=12>)

Tabela 12 - Total repassado à área Educação pelo Governo Federal para município Aracaju em 2013:

Ação	Linguagem Cidadã	Total em Dezembro (R\$)	Acumulado no Ano (R\$)
TODAS		476,374.20	9,556,417.85
0515 - Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	PDDE	236,592.20	4,764,135.07
8744 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica		239,782.00	2,649,676.00
12KU - Implantação de Escolas para Educação Infantil	Proinfância	0.00	797,781.72
2A95 - Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional – ProJovem		0.00	701,642.70
20RP - Infraestrutura para a Educação Básica		0.00	295,993.60
8790 - Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos		0.00	209,668.75
20RS - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica nas Comunidades do Campo, Indígenas, Tradicionais, Remanescentes de Quilombo e das Temáticas de Cidadania, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Políticas de Inclusão dos Alunos com Deficiência.		0.00	99,999.01
20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica		0.00	37,521.00

Fonte: Portal da Transparência (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/receitas/por-area/acoes?exercicio=2013&funcao=12>)

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e os recursos repassados para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representam quase seis milhões de

reais dos nove milhões e meio repassados pelo Governo Federal. Além desses programas, o município de Aracaju recebeu recursos para a construção de escolas para a educação infantil (parcos R\$ 797.781,72 que, pelo valor, contemplam a construção de apenas uma unidade), recursos para o PROJOVEM, para a infraestrutura da educação básica, para a EJA e recursos minguados para “apoio” nas comunidades do campo, indígenas, quilombolas e alunos com deficiência. Para Formação Inicial e Continuada de professores e profissionais da educação foram repassados apenas R\$ 37.521,00.

A tabela abaixo mostra o repasse mensal, por parte do Governo Federal, dos recursos vinculados ao PNAE em 2013, informação importante para confrontar com os dados do Portal da Transparência do município de Aracaju que serão analisados neste trabalho.

Tabela 13 – repasse do Governo Federal (em R\$) para o PNAE 2013 (Aracaju/SE)

Fevereiro	235.420,00
Março	250.060,00
Abril	242.740,00
Maiο	242.740,00
Junho	367.870,00
Julho	239.782,00
Agosto	295.750,00
Novembro	535.532,00
Dezembro	239.782,00
Total	2.649.676,00

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal

O repasse desses recursos acontece de acordo com o valor por aluno matriculado, estipulado por cada etapa ou modalidade de ensino e de acordo com o FNDE:

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando determina que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, estados e municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII). Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios

por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,00
 - Pré-escola: R\$ 0,50
 - Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
 - Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
 - Ensino integral: R\$ 1,00
 - Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
 - Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50
- (<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>)

Como a legislação não estabelece a periodicidade de repasse de recursos por parte do Governo Federal, estes sofrem com a inconstância de valores e frequências mensais. Verificamos esse fato na tabela acima, onde no mês de novembro, final de ano fiscal, a prefeitura de Aracaju recebeu mais recursos e os meses de janeiro, setembro e outubro não aconteceram repasses, cabendo assim ao governo municipal ajustar suas demandas de compras da alimentação escolar ciente dessa inconstância de repasses.

Com relação ao FUNDEB 2013, os repasses do Governo Federal somaram R\$ 46.475.781,71, destinados ao município de Aracaju/SE, conforme gráfico e tabela abaixo com a discriminação mensal dos recursos:

Gráfico 19 - Total destinado, mês a mês, por parte do Governo Federal à ação Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (2013) para o município de Aracaju/SE



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/receitas/por-acao/acoes-por-mes?exercicio=2013&funcao=28&acao=0C33>)

Tabela 14 - Total destinado, mês a mês, por parte do Governo Federal à ação Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (2013) para o município de Aracaju/SE

Mês	Valor (R\$)
Janeiro	4,043,839.60
Fevereiro	5,437,026.02
Março	3,129,648.21
Abril	3,377,616.11
Maio	4,829,517.33
Junho	4,032,492.24
Julho	2,872,098.65
Agosto	3,753,277.94
Setembro	3,107,952.27
Outubro	3,114,858.13
Novembro	4,321,154.67
Dezembro	4,456,300.54

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal (<http://se.transparencia.gov.br/Aracaju/receitas/por-acao/acoes-por-mes?exercicio=2013&funcao=28&acao=0C33>)

Na Tabela abaixo é possível visualizar especificamente os recursos do FUNDEB do ano de 2013, nos meses de janeiro a dezembro, a partir da vinculação de impostos.

Tabela 15 - Origens do FUNDEB do município de Aracaju (2013)

Mês	FPE	FPM	IPI-EXP	ICMS	Complementação da União	Lei Complementar N° 87	ITR	IPVA	ITCMD	Total
01	2.935.614,91	1.105.095,83	2.495,49	2.995.492,58	0,00	0,00	633,37	61.779,50	17.945,68	7.119.057,36
02	3.949.555,88	1.485.438,91	1.916,11	2.253.606,63	0,00	0,00	115,12	113.353,14	13.545,20	7.817.530,99
03	2.274.650,87	853.067,25	1.691,52	2.194.547,74	0,00	0,00	238,57	130.032,21	18.335,27	5.472.563,43
04	2.440.649,11	915.321,92	1.551,03	1.999.217,11	0,00	19.830,30	263,75	124.336,86	13.639,88	5.514.809,96
05	3.506.881,02	1.315.193,24	2.085,66	2.779.078,59	0,00	4.957,56	399,85	142.403,02	17.629,51	7.768.628,45
06	2.925.764,75	1.099.384,48	2.172,27	2.448.304,83	0,00	4.957,56	213,18	123.632,14	9.149,05	6.613.578,26
07	2.083.517,88	781.386,21	2.139,75	2.756.305,76	0,00	4.957,56	97,25	149.769,92	8.540,84	5.786.715,17
08	2.724.166,37	1.021.650,02	2.289,53	2.176.562,13	0,00	4.957,56	214,46	161.405,84	15.297,35	6.106.543,26
09	2.254.605,10	845.549,44	2.082,62	2.310.006,01	0,00	4.957,56	757,55	165.335,69	6.516,77	5.589.810,74
10	2.254.639,74	845.562,42	2.226,35	2.833.132,42	0,00	4.957,56	7.472,06	148.278,17	16.463,53	6.112.732,25
11	3.136.158,09	1.176.160,20	2.469,60	2.324.807,53	0,00	4.957,56	1.409,22	144.794,46	21.290,34	6.812.047,00
12	3.234.721,07	1.213.124,50	2.639,47	2.818.372,17	0,00	4.957,56	857,94	64.112,08	18.983,30	7.357.768,09
	33.720.924,79	12.656.934,42	25.759,40	29.889.433,50	0,00	59.490,78	12.672,32	1.529.233,03	177.336,72	78.071.784,96

Fonte: FNDE (http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios_novosite.asp)

Nota-se que não há repasse de recursos federais a partir da Complementação da União, pois o arrecadado no município (e no estado de Sergipe de uma maneira geral) consegue suprir o montante vinculado às matrículas de alunos da Educação Básica, ou seja, não há dinheiro suplementar do FUNDEB nas contas dos municípios de Sergipe desde a implantação do fundo.

Se compararmos os recursos do FUNDEB das tabelas acima, verificamos que os R\$ 46.475.781,71 repassados do Governo Federal são oriundos do repasse do Fundo de Participação dos Estados (FPE), do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI-EXP), Lei Complementar número 87 (referente à desoneração de impostos) e do Imposto Territorial Rural (ITR), cabendo ao município (e ao Governo do Estado de Sergipe) apenas os recursos repassados pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD).

Ao consultarmos o Portal da Transparência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, verificamos que o valor transferido para a conta do FUNDEB do município de Aracaju foi de R\$ 77.993.139,31 (conforme tabela abaixo), valor diferente daquele consolidado pelo FNDE (conforme tabela 15 acima) que foi de R\$ 78.071.784,96, uma diferença de R\$ 78.645,65.

Tabela 16 – Transferência de recursos do FUNDEB do município de Aracaju 2013

RECURSOS RECEBIDOS PROVENIENTES DO FUNDEB	NO MÊS	ATÉ O MÊS
13250102 RECEITA DE APLICACAO FINANCEIRA - FUNDEB	22.950,63	332.479,24
17240100 TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO FUNDEB	7.357.768,09	77.993.139,31
TOTAL (A)	7.380.718,72	78.325.618,55

Fonte: TCE/SE (<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/FUNDEBDemonstrativo.aspx>)

Diferença de valores que, do ponto de vista contábil, não deveriam acontecer e que apesar do baixo valor podem remeter a equívocos grosseiros em balancetes contábeis e que podem remeter a problemas de gestão nos recursos públicos, o que deveria ser analisado pelos auditores do TCE. Verificada essa inconsistência, fomos verificar a evolução dos valores do FUNDEB no município de Aracaju desde a sua implantação em 2007, comparando os dados do FNDE e do TCE/SE:

Tabela 17 – Evolução do FUNDEB no município de Aracaju/SE (FNDE e TCE/SE)

	FNDE	TCE/SE
2007	37.370.873,92	
2008	43.745.396,79	43.745.396,79
2009	49.749.172,28	49.749.172,28
2010	54.542.888,12	54.542.888,13
2011	62.632.533,55	62.632.533,55
2012	68.748.737,67	68.748.787,67
2013	78.071.784,96	77.993.139,31

Fonte: FNDE e TCE/SE

Infelizmente, o TCE/SE só fornece dados do Portal da Transparência dos municípios a partir de 2008, o que compromete a análise desde 2007. Na tabela acima, verificamos que a inconsistência dos dados verificados em 2013 se repete em 2010, com um erro desprezível de apenas um centavo, e em 2012, com o valor ínfimo de R\$ 50,00. Importante verificar a evolução do FUNDEB ao longo do período de implantação do fundo, pois de 2007 a 2013 o aporte de recursos mais que duplicou durante esses sete anos e a previsão para 2014, segundo o FNDE, é de R\$ 85.209.502,75.

4.6 ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU

Iniciamos a análise do financiamento em educação do Estado de Sergipe a partir do município de Aracaju/SE. Por uma questão metodológica, optamos por fazer uma análise mais aprofundada a partir da consolidação de um período específico de uma gestão municipal e este período corresponde ao ano de 2013, no caso do município de Aracaju/SE é relativo ao primeiro ano de mandato de um gestor filiado ao Partido Democratas, oriundo do PFL e que defende posições liberais, reconhecendo a “livre iniciativa como elemento dinâmico da economia e a empresa privada nacional como agente principal da vida econômica no país”.⁵³

Tal preceito liberal pode ser visualizado na fala da secretária de educação da PMA, quando da privatização dos serviços vinculados à alimentação escolar no município em 2014 e terceirização do quadro de merendeiras, em detrimento da realização de concurso público com o intuito de suprir a necessidade de profissionais:

Pessoas que trabalham com serviços de apoio, com serviços de logística, com serviços de suporte a tendência é que as instituições públicas tenham cada vez mais esses serviços terceirizados, por exemplo, segurança de patrimônio público se contrata seguranças de empresas privadas para fazer a segurança, pois você sempre terá uma pessoa jovem, atualizada e disponível para trabalhar. Quando a Prefeitura de Aracaju não tem no seu quadro de merendeiras suficientes, a instituição tem um déficit de atendimento dos funcionários de nível médio, de suporte, vigilantes, merendeiras, seja porteiro completamente ineficiente a atitude de se garantir um corpo de pessoas trabalhando para essa função, a medida é a terceirização. Recentemente uma pesquisa de aceitabilidade, as escolas estão vibrando, felizes com o procedimento que nós tomamos de terceirização. Todos os diretores de escolas estão extremamente satisfeitos, as crianças estão raspando os pratos e os professores estão

⁵³ <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf>

muito felizes. Na medida em que o aluno tem uma boa refeição e é bem atendido, ele tem energia suficiente para aprender e a função da escola é essa: escolarização e aprendizagem.⁵⁴

Com relação à análise dos dados relativos ao ano de 2013, fizemos um apanhado preliminar no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Aracaju (PMA), coletamos informações no sítio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da PMA e dados e informações do Portal da Transparência do TCE/SE com relação ao município.

A Lei do Plano Plurianual (PPA), segundo o TCE/SE, do município de Aracaju corresponde ao período de 2010 a 2013 e foi aprovada pelo legislativo em 16 de dezembro de 2009, conforme obriga a legislação federal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) foi aprovada em 28 de junho de 2012 e a Lei Orçamentária Anual (LOA) em 20 de dezembro de 2012, com uma despesa fixada para a Secretaria Municipal de Educação no valor de R\$ 259.289.421,00, distribuídos em R\$ 144.504.334,00 para pessoal e encargos sociais, R\$ 87.019.144,00 para outras despesas correntes e R\$ 27.765.943,00 para investimentos.

Do valor total previsto de 2013 para a Secretaria de Educação da PMA, foram empenhados R\$ 244.091.918,52 e pagos R\$ 240.574.350,86, ou seja, valor abaixo do previsto na LOA, e assim distribuídos ao longo do ano:

Tabela 18 - Despesas Empenhadas/Pagas Secretaria de Educação da PMA (2013)⁵⁵

MÊS	DESPEZA EMPENHADA(R\$)	DESPEZA PAGA(R\$)
JANEIRO	96.410.232,28	14.371.939,26
FEVEREIRO	8.854.788,83	15.034.950,26
MARÇO	6.164.034,68	16.652.995,95
ABRIL	6.587.263,52	17.483.250,83
MAIO	9.125.499,82	22.448.303,79
JUNHO	19.478.211,70	24.731.790,48
JULHO	44.535.937,03	19.706.040,27
AGOSTO	11.383.708,51	19.548.817,90
SETEMBRO	14.826.121,93	22.037.729,20

⁵⁴ <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=62690>, obtido em 19 de novembro de 2014, às 09h35.

⁵⁵ “OBSERVAÇÕES: COLUNA "DESPEZA EMPENHADA(R\$)" DESPEZA EMPENHADA NO MÊS + REFORÇOS NO MÊS - ANULAÇÕES NO MÊS COLUNA "DESPEZA PAGA(R\$)" DESPEZA PAGA NO MÊS - ESTORNOS DE PAGAMENTOS NO MÊS” (TCE/SE)

OUTUBRO	11.339.435,98	19.458.099,95
NOVEMBRO	8.476.399,03	18.354.163,41
DEZEMBRO	6.910.285,21	30.746.269,56
TOTAL	244.091.918,52	240.574.350,86

Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Despesa.aspx>

Os detalhamentos destas despesas com educação mostram que para pessoal e encargos foram pagos R\$ 134.417.654,95, abaixo do valor estipulado pela LOA; para outras despesas correntes o valor foi de R\$ 96.885.895,03, cerca de nove milhões acima do que o estipulado pela LOA; e R\$ 9.270.800,88 despendidos com investimentos, valor muito abaixo do proposto pela LOA, segundo dados pesquisados no TCE/SE⁵⁶.

A tabela abaixo mostra ainda os repasses realizados pela Secretaria de Educação da PMA (2013) com relação aos elementos de despesas:

Tabela 19 - Despesas por elemento de despesa da Secretaria de Educação da PMA (2013)

CÓDIGO	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA EMPENHADA(R\$)	DESPESA PAGA(R\$)
09	SALARIO-FAMILIA	76.997,19	76.997,19
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	109.525.847,63	109.502.244,01
13	OBRIGACOES PATRONAIS	22.565.976,82	22.381.189,50
14	DIARIAS - CIVIL	186.525,00	186.525,00
16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.457.224,25	2.457.224,25
30	MATERIAL DE CONSUMO	6.252.274,26	6.084.972,52
31	PREMIACOES CULT, ARTIST, CIENTIF, DESPORT.E OUTR	3.870,00	3.870,00
32	MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	9.722.301,25	9.089.251,25
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	119.103,16	119.103,16
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	4.760.008,37	4.684.796,17
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	14.903.874,42	13.262.475,28
41	CONTRIBUICOES	1.169.740,00	1.156.730,00
47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	807.999,43	807.999,43
48	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESS. FISICAS	12.400,00	11.950,00
51	OBRAS E INSTALACOES	8.248.946,35	7.711.746,08
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.559.054,80	1.559.054,80
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.522.053,95	2.304.500,58
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	769.413,37	745.413,37
97	APORTE PARA COBERTURA DE DEFICIT ATUARIAL DO	58.428.308,27	58.428.308,27

⁵⁶<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/DespesaNatureza.aspx?Mes=&Ano=2013&Unidade=005377>

	RPPS		
	TOTAL	244.091.918,52	240.574.350,86

Fonte:

<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/DespesaElemento.aspx?Mes=&Ano=2013&Unidade=005377>

Esses dados mais gerais mostram que parte significativa dos recursos da educação (mais de 58 milhões de reais) foi destinada ao “aporte para cobertura de *déficit*” do Regime de Próprio de Previdência Social (RPPS), indicando que o destino precípua desses recursos acabam sendo burlados pelos gestores a partir do repasse para outros setores que não a destinação exclusiva para fins de desenvolvimento da educação.

4.6 ANÁLISE DO MDE DA PMA 2013

Passamos a analisar os dados do MDE do município para posteriormente comparar esses dados com os contratos e empenhos realizados ao longo do ano. A nota explicativa do TCE/SE sobre o demonstrativo da aplicação dos recursos provenientes de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) diz o seguinte:

O município é obrigado a gastar, no mínimo, 25% da receita arrecadada, proveniente dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento da educação infantil (creche e pré-escola) e do ensino fundamental (1ª à 8ª série). A Secretaria de Finanças deverá transferir, de 10 em 10 dias, 5% da receita arrecadada com Cota-parte do FPM, Cota-parte do ITR, Cota-parte do IPI-Exportação, Cota-parte do ICMS-Exportação, Cota-parte do ICMS e Cota-parte do IPVA, e 25% da receita arrecadada com IPTU, ISS, ITBI e IRRF, nos seus pagamentos, para a conta bancária que a prefeitura abrir em atendimento à determinação do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, chamada de "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – Recursos Próprios". Da receita arrecadada com Cota-parte do FPM, Cota-parte do ITR, Cota-parte do IPI-Exportação, Cota-parte do ICMS-Exportação, Cota-parte do ICMS e Cota-parte do IPVA, 20% é retida para a formação do FUNDEB, sendo este valor considerado como aplicado para fins de apuração dos 25%. Será considerado como aplicado, apenas a despesa que for paga pela conta bancária aberta pela prefeitura para este fim, realizada pela Secretária de Educação, que vise alcançar os objetivos básicos das creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e seja uma das despesas previstas no artigo 10 da Resolução 243/2007, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. O município deverá devolver para a conta bancária "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE – Recursos Próprios" o total dos gastos pagos indevidamente. As informações apresentadas no demonstrativo são de inteira

responsabilidade do gestor da receita municipal e do gestor das despesas com Educação. À apreciação do demonstrativo por parte do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe dar-se-á quando da análise da prestação de contas anual, encaminhada pelo prefeito(a) municipal. (<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDEDemonstrativo.aspx>)

A base legal que respalda o TCE/SE está na *RESOLUÇÃO TCE Nº 243/2007*⁵⁷ que “estabelece normas de controle de aplicação dos recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE no estado e nos municípios e institui mecanismos de comprovação de aplicação dos recursos do (...) FUNDEB”.

Com relação ao saldo das contas bancárias da MDE, no início do exercício, conforme registro contábil verificou-se que as mesmas estavam zeradas, exatamente num período de transição entre um governo municipal e outro, ao contrário do período referente a 2014, na mesma gestão, onde existia um saldo contábil de R\$ 94.848,00. O que pode caracterizar uma prática corriqueira entre os gestores municipais que não desejam repassar recursos para os chamados “adversários” políticos.

Na análise de 2013, dos balancetes do MDE da Prefeitura de Aracaju/SE, o TCE/SE levou em conta a arrecadação dos impostos que resultou num montante de R\$ 803.478.378,37, provenientes de:

Tabela 20 - RECEITA ARRECADADA PROVENIENTE DE IMPOSTOS (2013) PMA

RECEITA ARRECADADA PROVENIENTE DE IMPOSTOS	2013 (R\$)
11120200 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRIT. URBANA	67.427.571,11
11120431 IRRF SOBRE RENDIMENTOS DO TRABALHO	37.312.063,82
11120434 IRRF SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	1.458.045,33
11120800 IMPOSTO INTER VIVOS DE BENS E DIREITOS S/IMOVEIS	49.257.591,49
11130501 IMPOSTO SOBRE SERVICO DE QUALQUER NATUREZA	194.995.961,89
17210102 COTA-PARTE DO FPM	219.425.072,50
17210105 COTA-PARTE DO ITR	10.115,22
17213600 TRANSF. FINANC. DESONERACAO ICMS EXPORTACAO-LC87/96	429.652,73
17220101 COTA-PARTE DO ICMS	166.323.683,38
17220102 COTA-PARTE DO IPVA	37.591.850,84
17220104 COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	141.951,07
19113800 MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU	647.555,10
19113900 MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	109.685,24
19114000 MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	421.964,48
19131100 MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU	2.017.509,54

⁵⁷ https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Documentos/r243_2007.pdf

19131300 MULTA E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS	7.730,06
19311100 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU	19.093.384,15
19311300 REC DA DIV AT DO IMP S/SERV DE Q NATUREZA-ISS	6.806.990,42
TOTAL	803.478.378,37

Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDEDemonstrativo.aspx>

Considerando os 20% dos impostos que formam o FUNDEB, o TCE/SE aponta também os recursos destinados a este fundo, que devem ser considerados na formação dos 25% destinados à educação:

Tabela 21 – Dedução dos impostos para a formação do FUNDEB (2013) PMA

CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	2013 (R\$)
917210102 DEDUCAO DO FPM PARA FORMACAO DO FUNDEB	42.027.479,31
917210105 DEDUCAO DO ITR PARA FORMACAO DO FUNDEB	2.022,97
917213600 DEDUCAO DO ICMS LC 87/96 P ARA FORMACAO DO FUNDEB	85.930,48
917220101 DEDUCAO DO ICMS PARA FORMACAO DO FUNDEB	33.264.214,30
917220102 DEDUCAO DO IPVA PARA FORMACAO DO FUNDEB	7.474.728,30
917220104 DEDUCAO DO IPI- EXPORTACAO PARA FORMACAO DO FUNDEB	28.390,16
TOTAL	82.882.765,52

Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDEDemonstrativo.aspx>

Valor total do FUNDEB é de R\$ 82.882.765,52 que difere dos apontados pelo TCE/SE (R\$ 77.993.139,31) e pelo FNDE (R\$ 78.071.784,96), conforme demonstrado anteriormente.

A tabela abaixo mostra as despesas realizadas em 2013, a partir do que o TCE/SE nomeia de despesas consideradas na apuração do limite constitucional⁵⁸, levando em consideração apenas alguns empenhos com o MDE.

Tabela 22 – Despesas com MDE, pagas e empenhadas, consideradas na apuração do limite constitucional (2013) PMA

DESPESAS CONSIDERADAS NA APURAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL	2013 (R\$)
EDUCAÇÃO INFANTIL	8.000,00
33903900 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.000,00
<i>13 LOCACAO DE BENS MOVEIS E OUTRAS NATUREZAS E INTANGIVEIS</i>	<i>8.000,00</i>
ENSINO FUNDAMENTAL	953.202,54
33901400 DIARIAS - CIVIL	2.000,00
<i>02 DIARIAS PARA OUTRO ESTADO</i>	<i>2.000,00</i>
44905100 OBRAS E INSTALACOES	951.202,54

⁵⁸ “OBSERVAÇÕES: O valor da despesas (sic) consideradas e não consideradas, na apuração do limite constitucional, é a soma dos pagamentos brutos menos seus estornos.” (TCE/SE)

05 OBRAS EM ANDAMENTO	951.202,54
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	0,00
RESTOS A PAGAR QUITADOS NO EXERCÍCIO	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	0,00
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS E PAGAS NO EXERCÍCIO	961.202,54

Fonte: TCE/SE (<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDEDemonstrativo.aspx>) com modificações.

É de estranhar que as despesas orçamentárias empenhadas e pagas no exercício de 2013, no valor de R\$ 961.202,54, representem, para o TCE/SE, apenas cinco empenhos realizados no ano, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 23 – Detalhamento das despesas com MDE, pagas e empenhadas, consideradas na apuração do limite constitucional (PMA 2013)

N.E. ⁵⁹	DATA DO EMPENHO	CREDOR	DATA DO PAGAMENTO	PAGO PELO BANCO/CAIXA (1)(R\$)	RETENÇÃO (2)(R\$)	ESTORNO (3)(R\$)	VALOR CONSIDERADO (1+2+3)(R\$)
146	08/01/2013	LINOTUR VIAGENS E TURISMO LTDA.	27/02/2013	7.840,00	160,00	0,00	8.000,00
807	14/06/2013	EMURB-EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZACAO	25/06/2013	434.617,85	0,00	0,00	434.617,85
833	17/06/2013	EMURB-EMPRESA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANIZACAO	26/06/2013	516.584,69	0,00	0,00	516.584,69
1213	02/09/2013	VANDA MARIA ALMEIDA DA FONSECA	11/09/2013	1.125,00	0,00	0,00	1.125,00
1214	02/09/2013	ANA CRISTINA GONCALVES MEDEIROS	11/09/2013	875,00	0,00	0,00	875,00
TOTAL				961.042,54	160,00	0,00	961.202,54

Fonte:

https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDEDespesasConsideradas.aspx?opcao=0&Unidade=005307&ano=2013&mes=12&ensino=0&cd_item=&cd_subelemento=

Ao desconsiderar todos os empenhos e pagamentos do MDE em 2013, o TCE/SE, somando os valores do FUNDEB e estes cinco empenhos em MDE, considerou que a PMA não atingiu o limite constitucional de 25% de impostos aplicados em educação, conforme a tabela abaixo:

⁵⁹ Nota de Empenho.

APURAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL	% MÍNIMO EXIGIDO	% APLICADO
PERCENTUAL APLICADO NO PERÍODO ((FUNDEB+MDE)/Impostos) * 100	25,00	10,43

Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDEDemonstrativo.aspx>

Portanto, para o TCE/SE: “o percentual aplicado está abaixo do limite mínimo exigido no artigo 1º da resolução TCE nº 243/2007”⁶⁰ e com um “saldo das contas bancárias da MDE, para o exercício seguinte, conforme registro contábil⁶¹” no valor de R\$ 41.463,62.

Ainda segundo o TCE/SE existem restos a pagar no exercício, com empenhos⁶² realizados e não pagos da ordem de mais de 2 milhões de reais, além de R\$ 1.091.777,44 provenientes de receita de aplicação financeira do MDE. A tabela abaixo mostra os restos a pagar no exercício de 2013.

Tabela 24 – Restos a pagar MDE PMA 2013

RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO	R\$
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.455.748,15
ENSINO FUNDAMENTAL	802.964,93
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	2.993,40
TOTAL	2.261.706,48

Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDEDemonstrativo.aspx>

4.7 ANÁLISE DO FUNDEB DA PMA 2013

Em relação à análise do TCE/SE sobre as contas do FUNDEB da PMA 2013, o Tribunal apresenta a seguinte nota explicativa:

O município é obrigado a gastar, no mínimo, 60% dos recursos recebidos do FUNDEB, no ano, mais os seus rendimentos financeiros, na remuneração dos profissionais do magistério que estão em atividade na sua rede de ensino, na educação infantil ou no ensino fundamental. O município poderá gastar o restante dos recursos nas

⁶⁰ <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDEDemonstrativo.aspx>

⁶¹ <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDEDemonstrativo.aspx>

⁶² Relativo a 19 empenhos da educação infantil, 49 empenhos do ensino fundamental e 1 empenho da educação infantil e ensino fundamental, este último no valor de R\$ 2.993,00 direcionado para a Sociedade Educacional Tiradentes para “cursos de pós graduação educação inclusiva, visando capacitar os profissionais com novas tecnologias que possam auxiliar na inclusão social dos alunos da SEMED” (<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/MDERestosInscritos.aspx?unidade=005307&ano=2013&ensino=4>)

despesas consideradas como de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino elencadas no artigo 10 da Resolução 243/2007, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. Serão consideradas como aplicadas, apenas as despesas com origem no exercício e pagas pela conta bancária que a prefeitura abrir em atendimento à determinação do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, chamada de "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB", realizada pela Secretária de Educação, que vise alcançar os objetivos básicos das creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e seja uma das despesas previstas no artigo 10 da Resolução 243/2007, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. O município deverá devolver para a conta bancária "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB" o total dos gastos pagos indevidamente. As informações apresentadas no demonstrativo são de inteira responsabilidade do gestor da receita municipal e do gestor das despesas com Educação. A apreciação do demonstrativo por parte do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe dar-se-á quando da análise da prestação de contas anual, encaminhada pelo prefeito(a) municipal. (<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/FUNDEBDemonstrativo.aspx>)

Da mesma forma que o MDE, o saldo da conta bancária do FUNDEB no início do exercício de 2013, após a transição do governo municipal, estava zerado, segundo as informações iniciais sobre o Fundo, fornecidas na página da transparência dos municípios do TCE/SE. Da mesma forma que no MDE, o TCE/SE realiza a análise de todas as despesas realizadas no ano com o FUNDEB, que por exigência legal deve repassar 60% no mínimo para pagamento do magistério e, como podemos verificar na tabela abaixo, a maior parte dos recursos do FUNDEB no município foi utilizada para a remuneração dos profissionais do magistério.

Tabela 25 – Repasse dos recursos do FUNDEB 2013 (PMA)

DESPESAS CONSIDERADAS NA APURAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EMPENHADAS E PAGAS NO EXERCÍCIO		2013 (R\$)
REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL		76.240.267,31
31901100 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		75.568.473,85
01 VENCIMENTOS E SALARIOS		42.048.706,24
03 CARGO EM COMISSAO - SERVIDOR EFETIVO		12.384,04
06 ABONO DE PERMANENCIA EM SERVICO		1.073.457,48
07 ANUENIO, TRIENIOS E QUINQUENIOS		10.117.924,26
08 VANTAGENS INCORPORADAS		6.424.022,40
09 13º SALARIO OU GRATIFICACAO NATALINA		5.904.226,66
10 ADICIONAL OU ABONO DE FÉRIAS		3.765.075,73
98 OUTROS TIPOS DE ADICIONAL		1.649.535,11

99 OUTRAS TIPOS DE GRATIFICACAO	4.573.141,93
31901600 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	671.793,46
99 OUTRAS TIPOS DE DESPESA VARIÁVEL	671.793,46
REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL	0,00
DEMAIS DESPESAS COM A EDUCAÇÃO INFANTIL E COM O ENSINO FUNDAMENTAL	807.999,43
33904700 OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	807.999,43
12 CONTRIBUICAO PARA O PIS OU PASEP	807.999,43
TOTAL	77.048.266,74

Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/FUNDEBDemonstrativo.aspx>

Além de vencimentos e salários, os recursos do FUNDEB foram alocados para pagamento de direitos trabalhistas, como o 13º salário, anuênios, triênios e quinquênios, além de outros tipos de adicionais, gratificações e despesas variáveis não especificados pelo TCE/SE. Os dados apontam também que uma pequena parte dos recursos do FUNDEB foi direcionada para a contribuição do PIS ou PASEP, recursos destinados para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério da Fazenda, definidos como obrigações tributárias e contributivas.

Dessa maneira, a PMA cumpriu com uma grande margem a exigência de utilização de 60%, no mínimo, de aplicação dos recursos do FUNDEB com a remuneração dos profissionais do magistério, conforme a tabela abaixo, restando ainda um saldo das contas bancárias do FUNDEB, para o exercício seguinte, conforme registro contábil, no valor de R\$ 1.282.069,08.

Tabela 26 - PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (FUNDEB PMA 2013)

APURAÇÃO DO LIMITE CONSTITUCIONAL	% MÍNIMO EXIGIDO	% APLICADO
PERCENTUAL APLICADO NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERÍODO	60,00	97,33
PERCENTUAL APLICADO, DOS RECURSOS RECEBIDOS, NO PERÍODO	95,00	98,36

Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/FUNDEBDemonstrativo.aspx>

4.8 CONTRATOS REALIZADOS PELA SEMED DA PMA 2013

O TCE/SE também disponibiliza os contratos realizados pelo município ao longo do ano. Em 2013, a Secretaria de Educação da PMA realizou 95 contratos⁶³,

⁶³ Dados obtidos em: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Contrato.aspx>

sendo que 46 contratos foram voltados para aquisição de gêneros alimentícios⁶⁴, perfazendo um total de R\$ 8.589.075,46. Ao analisarmos estes contratos voltados para a aquisição de gêneros alimentícios, verificamos que estes foram realizados com treze empresas e três cooperativas, o que pode apontar que as empresas privadas foram privilegiadas em detrimento da agricultura familiar e os empreendedores da família rural (neste caso as cooperativas), conforme afirma a Resolução número 26 do FNDE/MEC de 17 de julho de 2013 em seu artigo 24:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o art. 14, da Lei nº 11.947/2009.

A soma dos valores das três cooperativas envolvidas nos contratos perfaz o total de R\$ 700.406,30⁶⁵, valor bem abaixo dos 30% exigidos por lei, tomando como referências os mais de oito milhões que foram investidos em alimentação escolar pela PMA em 2013.

Outro contrato realizado pela PMA em 2013 foi com o Instituto Alfa E Beto para “aquisição de programa integrado de ensino estruturados (*sic*), livros didáticos e materiais de apoio” com um valor inicial de R\$ 2.543.112,00, e que posteriormente foi aditado em R\$ 3.176.162,00, perfazendo um total de R\$ 5.719.274,00. A tabela abaixo apresenta os empenhos (228, 266, 267 e 1800) relativos apenas ao valor aditado, apesar

⁶⁴ A lista nominal de empresas e cooperativas é a seguinte: A&S COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME; DIANJU DISTRIBUIDORA ATACADISTA LTDA – EPP; GAMA DISTRIBUIDORA LOGISTICA DE ALIMENTOS LTDA; GMA COM. ATACADISTA E SERVICOS LTDA; GONZAGA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA; JAMAC COMERCIO E SERVICOS LTDA; M&A INDUSTRIA DE MASSAS ALIMENTICIAS LTDA-EPP; MILAMASSA INDUSTRIA DE ALIMEN.LTDA; O MERCADAO-COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS LTDA; PAZME FOOD SERVICE INDUSTRIA DE ALIMENTOS; PRECO DA ECONOMIA COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP; SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA; TANGARA IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A; COOPERATIVA DE PROD. DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DE MOITA BONITA; COOPAC - COOPERATIVA DE PROD AGROIND E COM DE SERGIPE LTDA; COOPRAFIR - COOPERATIVA DE PROD COM E SERVICOS DOS AGRIC DE INDIAROA E REGIAO LTDA. (Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Contrato.aspx>).

⁶⁵ COOPERATIVA DE PROD. DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DE MOITA BONITA R\$ 88.080,00; COOPAC - COOPERATIVA DE PROD AGROIND E COM DE SERGIPE LTDA R\$ 363.606,00; COOPRAFIR - COOPERATIVA DE PROD COM E SERVICOS DOS AGRIC DE INDIAROA E REGIAO LTDA R\$ 318.720,30.

das informações contidas no portal da transparência do TCE/SE apontarem o valor inicial como referência do contrato

Tabela 27 - Detalhamento do Contrato realizado entre a SEMED/PMA e o IAB

ANO	NÚMERO	DATA	PARTICIPANTE	VALOR PAGO(R\$)
2013	228	07/02/2013	INSTITUTO ALFA E BETO	635.778,00
2013	266	15/02/2013	INSTITUTO ALFA E BETO	1.271.556,00
2013	267	15/02/2013	INSTITUTO ALFA E BETO	635.778,00
2013	1800	16/12/2013	INSTITUTO ALFA E BETO	633.050,00

Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Contrato.aspx>

Antes de vencer o pleito eleitoral, o então candidato a prefeito de Aracaju/SE concedeu uma entrevista à revista Carta Capital em 20 de agosto de 2012, já apontando a parceria com o IAB como algo positivo e realizado na época em que era governador do estado:

Quando fui governador, melhorei muito o quadro da educação fechando parcerias com três consultorias da iniciativa privada. Uma delas era o Instituto Alfa e Beto, que tinha um programa especial para o primeiro ano da escola. Trata-se de um projeto de padrão internacional, que garante que o aluno será devidamente alfabetizado e aprenderá a somar, subtrair, dividir e multiplicar. Até porque se o aluno não faz isso no primeiro ano, terá dificuldade de aprendizagem nos anos seguintes. (<http://www.cartacapital.com.br/politica/aracaju-o-pt-nao-sabe-governar-diz-o-candidato-joao-alves-filho-dem>, obtido em 14 de novembro de 2014)

Na mesma semana que a Secretaria de Educação do Município de Aracaju/SE alardeou a implementação do Sistema Alfa e Beto na Rede Municipal de Ensino, o Ministério Público da Bahia recomendou ao Prefeito de Salvador (não por acaso do mesmo partido do Prefeito de Aracaju, DEM) a suspensão do projeto. Os motivos da recomendação do MP da Bahia refletem a descontinuidade de políticas públicas para educação que ficam ao sabor e desejos (ideológicos, econômicos e políticos) dos prefeitos que assumem a gestão de um município. A sangria dos cofres públicos também é uma preocupação presente, já que projetos já haviam sido celebrados em 2012 e recursos alocados. O Sistema Alfa e Beto pertence a uma rede privada e se constitui como mais um pacote educacional, vindo de cima para baixo sem discussão com setores interessados (educadores, sindicatos, pais e alunos). Em Salvador, professores protestaram no dia da assinatura do "convênio". Em Aracaju, para além das

peças midiáticas, existe um descontentamento por parte de alguns professores preocupados com a forma que foi implantado o projeto na Rede Municipal. Para Gorender.

Uma vez que a tarefa de pensar (isto é, de realizar elaborações intelectivas e de exercer a direção da sociedade) se torna privilégio de estreito círculo de indivíduos, isentos da obrigação do trabalho produtivo, a consciência desses indivíduos dominantes se entifica na ideia da Consciência substantivada e colocada no reino das abstrações imateriais. A Consciência entificada se imagina ser algo mais e algo distinto da prática existente. Imagina que representa realmente algo sem representar algo real. (JACOB GORENDER / Introdução de "A Ideologia Alemã" de Marx e Engels)

E Mészáros complementa:

Em completo contraste, um modo de controle reprodutivo alternativo – socialista – é inimaginável sem que ocorra a superação da disjunção e da alienação. Existentes. A condição necessária para realizar as funções da reprodução diretamente material de um sistema socialista é a restituição do poder de tomar decisões aos produtores associados – em todas as esferas de atividade e em todos os níveis de coordenação, desde os empreendimentos locais até o mais amplo intercâmbio internacional. (MÉSZÁROS, 2002, p. 849)

Para além da forma, o conteúdo do Alfa e Beto, também vem recebendo críticas. Algumas apontam até para uma suposta discriminação, racista, em alguns materiais. Escolas em Aracaju, através de seus Conselhos Escolares, resolveram fazer uma análise preliminar do material, para depois tomar uma decisão se vão ou não acolher o Alfa e Beto, o que pode ser risco e um dano ainda maior ao erário público.

Outro ponto é a questão do IDEB. Índice criado pelo Governo Federal para "avaliar" as escolas públicas, o IDEB é composto pelos índices de aprovação e pelos dados da Prova Brasil que exclui várias disciplinas (como história, geografia, artes, sociologia, filosofia, etc.) e dá ênfase a Português e Matemática (com a inclusão de Ciências, seguindo a tendência do PISA, exame internacional que está sendo questionado pelo MERCOSUL). Além do mais, nem todas as escolas públicas do Brasil são avaliadas pelo MEC/INEP. Várias escolas do campo, por exemplo, ficam de fora do IDEB por não possuírem o número mínimo de alunos (a maioria escolas multisseriadas).

Mas, o Instituto Alfa e Beto também tem a solução para este problema. No sítio da entidade é possível encontrar a proposta de marketing "Em poucas palavras", lá encontramos duas perguntas:

- Você quer melhorar o IDEB de seu município?
- Você gostaria que seus alunos tivessem melhor desempenho na Prova Brasil?

O convencimento aos gestores se dá de maneira rasteira, com o simples intuito de ampliar, talvez de maneira instrumental e utilitarista, o IDEB do município, "treinando" os alunos para a Prova Brasil.

A fala da secretária de educação da SEMED/PMA, em 11 de setembro de 2014, ao comemorar os índices do município, reforça esse entendimento sobre o IDEB:

É por meio do IDEB, um índice nacional, que se mostra a realidade das escolas do ensino básico, por isso mesmo, por exemplo, estamos valorizando os profissionais da educação, contratando professores substitutos e implantando o Ensino Estruturado, entre outras iniciativas, justamente para que as crianças possam aprender a ler (sic). (...) Devemos mostrar nossa capacidade de superação. E estamos a caminho ao atingir 4.1 pontos no IDEB quando a meta projetada pelo MEC em 2013 era 4.0.
(<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=61253>, obtido em 14 de novembro de 2014)

Observamos que existe, de fato, um apelo muito forte ao IDEB que acaba sendo a única referência quando falamos em “qualidade” da educação básica. O próprio Ministério Público utiliza os dados do IDEB como elemento para poder criticar a realidade educacional e, em alguns casos, exigir dos gestores ações propositivas. Quando os entes fiscalizadores, que deveriam verificar *in loco* a precariedade da educação pública, se abstêm de visitar escolas e conhecer a fundo tal realidade, acabam utilizando parâmetros que podem não apontar a verdadeira calamidade por que passam alguns municípios.

Em novembro de 2013, estivemos numa audiência realizada com a Curadoria de Educação do Ministério Público Estadual de Sergipe, o vereador e professor Iran Barbosa, do PT, e os promotores Luís Fausto Valois e Cláudio Roberto Alfredo de Sousa no intuito de debater o projeto Alfa e Beto implantado na PMA. Na ocasião, foi solicitada uma Audiência Pública, no âmbito da curadoria, para debater o projeto e a autonomia das escolas, já que estavam presentes as professoras da rede pública

municipal que se recusaram a implantar o Alfa e Beto e estão sendo perseguidas. A matéria da visita foi publicada num portal de notícias de Aracaju:

Iran Barbosa esteve reunido com os promotores acompanhado de professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Garcez Vieira, perseguidas por não aceitarem a imposição, pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), do pacote pedagógico privado ‘Alfa e Beto’, em detrimento do projeto pedagógico escolhido, de forma autônoma, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pela própria escola. Participou, também, da audiência o professor Lauro Xavier, doutorando em Educação pela UFS, que trouxe informações importantes sobre a adoção sistemática, pela SEMED, de pacotes instrucionais sem qualquer discussão com a comunidade escolar.⁶⁶

Os promotores do MPE argumentaram, inclusive, a necessidade de implantação de projetos, já que o IDEB do município de Aracaju/SE estava aquém do esperado. A intervenção do vereador Iran Barbosa foi no sentido de mostrar aos promotores que o IDEB não pode ser colocado como o único elemento de verificação da “qualidade da educação”.



<http://www.universopolitico.com/23476/iran-solicita-do-mp-audiencia-publica>

As Inspeções Especiais do TCE/SE podem ser uma forma mais qualificada de verificar a realidade educacional de um município, para além dos índices quantitativos. O Tribunal, em outubro de 2014, solicita uma inspeção em alguns municípios de

⁶⁶ <http://www.universopolitico.com/23476/iran-solicita-do-mp-audiencia-publica#.VFY3i1ejntM>

Sergipe, porém o argumento do IDEB é mais uma vez conclamado para justificar tal feito, conforme matéria publicada no portal do TCE/SE:

Com o propósito de contribuir para a melhoria do ensino público sergipano, a conselheira Susana Azevedo, do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SE), informou ao colegiado na sessão plenária desta quinta-feira, 30, que determinou a realização de inspeções especiais nos 12 municípios vinculados à sua área de controle e inspeção. A ação irá contemplar os municípios de São Miguel do Aleixo, Porto da Folha, Gararu, Feira Nova, Graccho Cardoso, Malhada dos Bois, Capela, Divina Pastora, Laranjeiras, Nossa Senhora das Dores, Riachuelo e Siriri. Em todos eles serão avaliados aspectos como: condições físicas das escolas, qualidade e regularidade da alimentação escolar, obediência ao piso de remuneração dos professores e o respeito à pontualidade dos pagamentos; existência de creches, índices de analfabetismo; a qualidade, regularidade e segurança dos ônibus que transportam os estudantes; os projetos sociais que incluam o esporte como fonte de educação e melhoria social e os valores orçados e executados relacionados à educação. Os trabalhos in loco terão início já no dia 05 de novembro, perdurando até o próximo dia 11 de dezembro, quando a conselheira irá propor no Pleno a homologação de Termos de Ajustamento de Gestão (TAG) estipulando condições e prazos para solução das possíveis irregularidades. De acordo com a conselheira, sua iniciativa foi motivada pela falta de maiores cuidados com a educação por parte dos administradores públicos, o que "tem contribuído com a má qualidade do ensino. A consequência disso vimos com a divulgação dos pífios índices do IDEB [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] acerca da educação em Sergipe", destacou.⁶⁷

Especificamente, com relação à concepção pedagógica dos pacotes educacionais, é preciso ampliar os estudos. É patente que a proposta pedagógica destes projetos está desvinculada da relação educação e sociedade e caracterizada por uma concepção não-crítica de educação, aos moldes do neoconstrutivismo e das teorias do "Aprender a Aprender".

O rito de imposição desses pacotes educacionais é tão forte que duas professoras da rede pública municipal de Aracaju/SE foram punidas, através de processo administrativo disciplinar, por resistirem à adoção do projeto. Este fato levou a CUT de Sergipe emitir moção de repúdio em 11 de dezembro de 2013:

⁶⁷ "Conselheira determina inspeções nas redes de ensino de 12 municípios sergipanos 30/10/2014". <http://www.tce.se.gov.br/>

Moção de repúdio ao prefeito de Aracaju João Alves Filho. Professoras perseguidas têm salário de Dezembro e 13º suspensos. A direção da CUT-Sergipe reunida no dia 06 de Dezembro de 2013 aprovou por unanimidade a presente MOÇÃO DE REPÚDIO ao Prefeito de Aracaju João Alves Filho pela perseguição promovida as professoras Adjane Lima de Souza e Márcia Aparecida da Escola Municipal José Garcez Vieira, situada no bairro Siqueira Campos, que foram condenadas a terem seus salários do mês de Dezembro de 2013 e o 13º salários cortados pelo fato de exercerem a autonomia docente de ensinar. As professoras Adjane e Márcia foram condenadas a suspensão de 30 dias das atividades num inquérito administrativo a terem cortados o salário de dezembro e 13º salário pelo fato de se recusarem a trabalhar com um pacote educacional comprado pela Prefeitura de Aracaju, chamado de Alfa e Beto. Esse pacote Alfa e Beto foi motivo de ação judicial do Ministério Público da Bahia por ser racista e preconceituoso que obrigou a Prefeitura Municipal de Salvador, administrada também pelos Democratas, a devolver todo material em função do caráter racista. Em Aracaju, esse material vem sendo adotado pela Prefeitura. Entretanto, a recusa das professoras a adotarem o Alfa e Beto motivou uma punição que poderá ter consequências para aposentadoria, licença prêmio e avanço na carreira. Essa ação do Prefeito João Alves Filho é perversa por perseguir as duas professoras num momento festivo como o Natal, suspendendo o salário do mês e 13º salário o que resulta numa clara ação de perseguição e desrespeito a Constituição Federal, Constituição Estadual e LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que garante as escolas e aos docentes autonomia de concepção pedagógica. (<http://www.cut-se.org.br/destaques/287/mocao-de-repudio-ao-prefeito-de-aracaju-joao-alves-filho>, obtido em 14 de novembro de 2014)

O sítio do IAB e alguns jornais de Sergipe já fizeram sua parte anunciando positivamente a implantação do projeto. Crianças sorridentes recebendo o material e todos os problemas da educação estão resolvidos. Cabe agora aos sindicatos, educadores, pais e alunos avaliarem de forma contundente a eficácia de mais um pacote educacional imposto de cima para baixo.

A lógica de parcerias da PMA com empresas privadas pode ser reconhecida com o contrato junto ao Sistema Positivo. A “Editora Positivo”, empresa que atua na educação privada repassou a PMA “4.800 livros didáticos que compõem o sistema de ensino Aprende Brasil, no valor de R\$ 73,90 cada, com acompanhamento 32 horas de cursos de metodologia e 12 horas de assessoria pedagógica”, o valor total do empenho foi de R\$ 354.720,00 para estes fins.

A PMA repassa a responsabilidade pedagógica de formação de seus educadores e discentes a uma empresa privada e vai mais além. Em fevereiro de 2013, a PMA

alterou a chamada lei da Gestão Democrática e obrigou aos futuros diretores de escolas que realizassem um curso de gestão.

Em junho de 2013, a PMA revelou no sítio da SEMED que o curso teria duração de 140 horas e seria coordenado pela Universidade Positivo (UP), com as aulas sendo realizadas nas dependências da Faculdade Pio X e FANESE (duas empresas privadas do ramo da educação superior de Sergipe)⁶⁸; As disciplinas do curso Gestão Pedagógica e Liderança; Imersão Cultural; Gestão Sistêmica; Aperfeiçoamento em Docência; Escolas que protegem, apontam para o caráter alinhado aos interesses da iniciativa privada, além dos palestrantes, todos vinculados ao Sistema Positivo; Recursos do salário-educação (R\$ 354.720,00) também foram destinados para o Sistema Positivo (“material didático e assessoria técnico pedagógico”). Neste caso concordamos com Saviani quando o mesmo diz que é necessário uma “Oposição resoluta a toda tentativa de privatização das formas de execução da política social, exigindo que o Estado assuma diretamente, com eficiência e probidade, os serviços de interesse público.” (SAVIANI, 2007, pp. 209-210).

E Saviani assevera: (2014):

(...) contra o sistema público milita a força do privado com os mecanismos de mercado contaminando crescentemente a própria esfera pública. É assim que o movimento dos empresários vem ocupando espaços nas redes públicas via Undime e Consed, nos Conselhos de Educação e no próprio aparelho de Estado, como o ilustram as ações do Movimento “Todos pela Educação”. É assim também que grande parte das redes públicas, em especial as municipais, vem dispensando os livros didáticos distribuídos gratuitamente pelo MEC e adquirindo os ditos “sistemas de ensino” como “Sistema COC”, “Sistema Objetivo”, “Sistema Positivo”, “Sistema Uno”, “Sistema Anglo” etc. com o argumento de que tais “sistemas” lhes permitem aumentar um pontinho nas avaliações do Ideb, o que até se entende: esses autodenominados “sistemas” têm know-how em adestrar para a realização de provas, pois surgiram a partir dos Cursos Pré-Vestibulares que visavam treinar para passar nos exames de ingresso no ensino superior. É assim, ainda, que os recursos públicos da educação vêm sendo utilizados para convênios com entidades privadas, em especial no caso das creches, mas estendendo-se também a outras iniciativas, como o ilustram os casos recentes de parceria com o Instituto Ayrton Senna para avaliação em larga escala de habilidades sócio emocionais ou não cognitivas de crianças e jovens, oportunamente contestada em carta aberta da ANPEd; e a parceria entre a Capes e a Vale para a promoção do “Prêmio Vale-Capes de Ciência e Sustentabilidade”, que vem sendo

⁶⁸ http://www.aracaju.se.gov.br/educacao/?act=fixo&materia=curso_de_formacao_em_gestao_escolar

contestado pelo Movimento “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale”.⁶⁹

Outros dois contratos realizados pela PMA em 2013 reforçam a lógica de parcerias com empresas privadas, um deles é com a empresa *Mind Lab* do Brasil Comércio de Livros Ltda com o intuito de “aquisição de kits de jogos do programa mente inovadora” no valor de R\$ 1.836.265,00. O outro é com a empresa *Joy Street S.A.* para “prestação de serviços de licenciamento da plataforma OJE e realização de duas edições de Olimpíadas de Jogos Digitais”, no valor de R\$ 1.348.300,00.

Na fala da secretária de educação da SEMED/PMA encontramos um pouco do que representa a parceria da PMA com a empresa *Mind Lab*: “Estamos adquirindo um programa com a *Mind Lab*, que vai funcionar fora do currículo durante 50 minutos por semana, com os professores de matemática, através de jogos que desenvolve o raciocínio lógico nas crianças do sexto ao nono ano⁷⁰”, as informações no sítio da PMA também afirmam que o Projeto Mente Inovadora, da empresa *Mind Lab*, vai desenvolver as capacidades cognitivas dos alunos através do uso de jogos racionais utilizando os métodos metacognitivos e utilizam a expressão “professor mediador”⁷¹.

Segundo a fala do prefeito de Aracaju/SE, a *Mind lab* tem origem israelita e é uma empresa especializada em sistemas de aprendizagem. Mais uma vez a lógica de aquisição desses pacotes educacionais passa pela relação com as notas do IDEB, conforme a fala do prefeito:

Aracaju é, sem sombra de dúvidas, o município do Brasil com maiores avanços no uso da tecnologia para o desenvolvimento do ensino. Assinamos com a Mind Lab, que é uma empresa gerada em Israel e, atualmente, é campeã no mundo e está presente em 15 países com o mais retumbante sucesso. Tudo isso é muito bom, mas nada poderemos fazer se não houver o envolvimento dos professores. O sucesso que acontece em Aracaju é pela participação, competência e entusiasmo dos professores. Nós, que éramos a capital mais mal avaliada do país com o menor IDEB, tenho certeza que, durante a nossa gestão, alcançaremos as melhores notas e nossos alunos serão os maiores beneficiados.

(<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=56391>, obtido em 14 de novembro de 2014)

⁶⁹ <http://www.vermelho.org.br/noticia/253676-10>, obtido em 18 de novembro de 2014.

⁷⁰ <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=56391>

⁷¹ <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=55592>

O documento “Projeto Pedagógico” da *MindLab* confirma as origens do programa e define as concepções pedagógicas inerentes ao mesmo que estão vinculados ao desenvolvimento de habilidades:

O Programa MenteInovadora tem suas origens no Grupo Mind Lab, criado em 1994 em Israel. As atividades de tal grupo baseiam-se em estudos e aplicações de uma Metodologia que apresenta uma abordagem inovadora para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais, emocionais e éticas, recursos para a vida, por meio de jogos de raciocínio. (...) Em 2006, esta Metodologia chegou ao Brasil. Desde então, mais e mais escolas, particulares e públicas, já adotam a Metodologia em seus currículos, atendendo milhares de crianças e jovens com resultados positivos já observáveis. No Brasil, a equipe pedagógica da Mind Lab Brasil realiza encontros de capacitação e formação continuada com os educadores das escolas parceiras, promove anualmente o “Simpósio Internacional Inteligência se Aprende” e as Olimpíadas de Raciocínio, além de colaborar com as instituições de ensino na organização de *workshops* para pais e outros eventos.⁷²

No sítio do *MindLab*⁷³ a empresa afirma que a fundamentação teórica do projeto pedagógico está ancorado em bases teóricas sólidas e apontam Jean Piaget, Vygotsky, Paulo Freire, John Dewey, Edgar Morin, Antoni Zabala, entre outros, como teóricos que dão sustentação as propostas do programa. Teóricos citados com profundas divergências epistemológicas e que de maneira recorrente são utilizados em pacotes educacionais, como no caso do Programa Escola Ativa⁷⁴, sem a mínima coerência teórica e sem uma discussão sobre a concepção de mundo e de sociedade que tais teóricos defenderam.

Segundo informações da página oficial da PMA o Joy Street tem as seguintes características:

As atividades com jogos eletrônicos educacionais estão sendo desenvolvidas em parceria com a empresa Joy Street, de Recife (sic). Aracaju é a primeira cidade no Brasil que utiliza esse tipo de recurso para auxiliar na educação dos alunos. Premiado internacionalmente, o projeto da Joy Street conta com jogos eletrônicos divertidos onde o aluno ultrapassa os níveis jogando de forma individual ou em grupo. Os melhores alunos serão selecionados para uma Olimpíada de Jogos Digitais em Recife. Segundo o representante da empresa Joy Street, Fred Vasconcelos, o programa é desenvolvido de forma online através da página OJE, que não necessita de grandes velocidades de internet

⁷²http://www.mindlab.com.br/mindlab/wp-content/uploads/2014/04/Projeto-Pedag%C3%B3gico-Mind-Lab_Vol1.pdf

⁷³ <http://www.mindlab.com.br/mindlab/index.php/metodologia/fundamentacao-teorica/>

⁷⁴ Cf. Xavier Neto (2005)

para seu pleno funcionamento. "O processo de aprender tem que ser divertido. Os jogos são instrumentos de uso diário onde os alunos estarão se engajando com as missões, e encontrando nos jogos a temática que estão vendo em sala de aula e nos livros, juntando com isso seu entendimento sobre o assunto abordado". (<http://aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=56145>, obtido em 14 de novembro de 2014).

A SEMED, a partir das orientações da empresa *Joy Street*, aderiu ao Concurso Show de Aula, que premia em dinheiro os professores que apresentarem, segundo a PMA, os melhores projetos a partir da plataforma do *Joy Street*. Segundo a secretária de educação da SEMED/PMA "O nome Show de aula foi dado aqui em Aracaju, pois sabemos que uma aula bem qualificada e significativa, que transmite conhecimento, é um show. Esse ano, no entanto, iremos agregar a palavra 'professor', sendo que o projeto passará a ser chamado de Professor Show de Aula⁷⁵."

Nesta lógica da meritocracia, os professores são "incentivados" a participar do projeto em troca das premiações em dinheiro, que variam de R\$ 600 a R\$ 6.000,00, pois cada professor pode concorrer com até dez projetos, conforme podemos verificar nas informações constantes no site oficial da PMA:

Denominado Concurso Show de Aula, a iniciativa tem o objetivo de incentivar o aperfeiçoamento dos profissionais através do estímulo à produção de material didático para uso como recurso pedagógico por docentes e discentes da rede. Ao todo, são 200 tópicos das disciplinas do Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano: Ciências, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática. Cada professor pode submeter até dez propostas de material de apoio, em diferentes tópicos, de quaisquer disciplinas. No processo de avaliação são observados os critérios de criatividade, o uso de multimídia, coerência, correção e cobertura. No Show de Aula, o melhor trabalho de cada tópico recebe um prêmio no valor de 600 reais. O professor de matemática Roberto Carlos foi o grande premiado do dia. Ele recebeu um prêmio no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) com a aprovação de 10 trabalhos em sua respectiva disciplina. (<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=58363>, obtido em 14 de novembro de 2014).

Inseridos na lógica do PRONATEC, os municípios também realizam contratos com o Sistema "S", no caso da PMA, o SENAC foi a entidade contemplada com um contrato no montante de R\$ 207.000,00, com vigência de junho a dezembro de 2013, com o intuito de "contratação de instituição especializada para ministrar cursos de

⁷⁵ <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=58363>

qualificação profissional”, porém, apesar de dois empenhos realizados (números 1089 e 1801) não houve realização de pagamento, segundo o TCE/SE⁷⁶.

Prosseguindo com a análise dos contratos realizados pela PMA em 2013 verificamos que um dos contratos de maior valor foi realizado com a Telemar Norte Leste PCS S/A para “Aquisição de Serviços de Informática (Solução de Mobilidade Urbana)”, com início do contrato firmado para setembro de 2013 e o término em setembro de 2015, no montante de R\$ 4.740.008,20, no qual foram realizados oito empenhos⁷⁷, mas apenas três deles foram realmente pagos e um dos pagamentos foi pago para a Oi Móvel S/A, empresa que faz parte da Telemar Norte Leste, no valor de R\$ 289.652,00. Inferimos que este contrato, de elevado valor, deve ter sido utilizado para instalação da rede de internet nas unidades escolares, apesar do termo “Mobilidade Urbana” estar grafado na especificação do contrato⁷⁸.

Em seguida, levando em consideração os maiores valores, verificamos o contrato com a empresa FERGBRAS COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP, no valor de R\$ 3.942.090,00. Iremos fazer a análise desse contrato na discussão sobre os empenhos realizados pela PMA no próximo item deste trabalho.

Outro contrato vultoso foi realizado entre a SEMED e a empresa Nossa Senhora da Vitória Ltda, no valor de R\$ 2.070.000,00 com o intuito de locação de veículo tipo ônibus com motorista. Para este contrato foram realizados quatro empenhos (806, 1724, 1725, 1825) no período de junho a dezembro de 2013. A descrição do contrato diz que o valor é referente a duas mil diárias no valor de R\$ 345,00 (a diária) para atender em caráter emergencial, durante seis meses, a SEMED, porém apenas o empenho número 806, no valor de R\$ 690.000,00 é referente ao valor calculado dessas duas mil diárias.

A soma total dos pagamentos realizados é de R\$ 954.270,00, valor inferior aos mais de dois milhões empenhados e que se fossem efetivamente pagos corresponderiam a seis mil diárias. Tanto a quantidade exorbitante de diárias, quanto o valor empenhado para tal gasto, apontam a necessidade da SEMED em adquirir seu próprio veículo, represando a sangria de recursos públicos da educação para a iniciativa privada.

⁷⁶ <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Contrato.aspx>

⁷⁷ Empenhos números (2013): 847, 881, 882, 909, 911, 920, 961 e 1261

⁷⁸ Outro empenho, número 922, no valor de R\$ 670.450,00 em favor da empresa Smartwave Networks do Brasil Ltda-ME foi realizado em julho de 2013 com o intuito de aquisição de hardware e software para rede sem fio da SEMED.

Segundo os empenhos, o projeto ou atividade vinculado para este contrato é de “manutenção e desenvolvimento do ensino infantil vinculado à creche”⁷⁹, o que pode não parecer razoável, vincular tantas diárias a atividades de deslocamento em ônibus apenas com crianças de zero a três anos. O contrato com a empresa Bone Serviços Ltda, tem a mesma definição de projeto ou atividade, relativo à creche, no valor de R\$ 37.632,96 e “destinado para pagamento referente à locação de quatro veículos tipo motocicleta com bagageiro tipo baú para a SEMED, com o propósito de serviços de entrega e coleta rápida de correspondência e pequenas encomendas”⁸⁰. Pode-se inferir que os recursos que deveriam estar atendendo a necessidade das creches municipais estão sendo utilizados para fins de locação de veículos, caracterizando desvio de finalidade de uma área educacional que necessita de recursos diretos para a sua manutenção.

Mais dois contratos reafirmam as parcerias da SEMED com empresas privadas, o que podemos verificar inclusive nas ações de formação continuada com a Sociedade Educacional Tiradentes, ambos com o intuito de realização de cursos de pós-graduação. Um deles de educação inclusiva (empenho 1640 no valor de R\$ 31.680,00) e o outro de desenvolvimento pessoal e resolução de conflitos (empenho 1648 no valor de R\$ 99.000,00). Os dois contratos foram firmados em novembro de 2013 e nenhum deles consta como pagamento realizado.

Um contrato realizado com a empresa Positivo Informática S.A., no valor de R\$ 138.747,00, está relacionado com a aquisição de 300 *tablets* educacionais para distribuição gratuita (empenho 814 de junho de 2013). Em julho de 2013, o portal da PMA já anunciava a distribuição dos *tablets* para os professores da rede municipal:

(...) a secretária Municipal de Educação, professora Marcia Valéria Lira Santana, [afirmou] que os investimentos na educação são ambiciosos para alcançar as metas estabelecidas, como por exemplo, ao fim dos próximos quatro anos as escolas da rede municipal estejam no mesmo nível da unidades escolares da rede privada. Para se ter uma ideia, ela relatou que um dos projetos prevê disponibilizar para os professores um tablet 3G wi-fi. Dessa forma, as chamadas serão feitas por meio do tablet e os pais dos alunos serão informados sobre a frequência dos filhos através do SMS. "Os

⁷⁹ <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/EmpenhoLista.aspx?Ini=01/01&Fim=31/12&Num=806&Min=&Max=&Org=&UO=&Reg=&Fun=&SubF=&Prg=&GD=&Mod=&PA=&CE=&ED=&SED=&FR=&CPFCNPJ=&EspD=>

⁸⁰ <https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Contrato.aspx>

professores não terão nenhum (sic) tipo de despesas", garantiu Marcia Valéria.⁸¹

Os *tablets* foram adquiridos com a intenção de implantar o Programa de Tecnologia e Gestão das Escolas (PROTEGE) na rede municipal, que na verdade está relacionado com a frequência escolar dos estudantes via tecnologias da informação, o que aparenta ser subutilizar as potencialidades educacionais de um sistema educacional virtual.

Segundo depoimento de uma professora da rede, após a entrega do *tablet* e receber as primeiras informações sobre o PROTEGE: “Dessa forma os pais poderão saber como andam os seus filhos e terão um maior controle sobre eles. Hoje em dia não tem como ficarmos longe das novas tecnologias. Temos que inseri-las em sala de aula para tornar o ambiente mais favorável para a educação”⁸², uma outra professora assevera: “Também fiz a chamada eletrônica e o que mais gostei foi a interação com os pais, pois eles recebem automaticamente, pelo celular, todas as informações dos seus filhos. Essa aproximação com certeza vai promover bons resultados”⁸³.

Uma notícia do portal da PMA reforça a intencionalidade do projeto:

Os professores da rede pública municipal de Aracaju já começaram a receber os tablets oferecidos pela Prefeitura de Aracaju, por meio da Secretaria Municipal da Educação (SEMED). O projeto, conhecido como Diário de Classe Eletrônico, carro-chefe do Programa de Tecnologia e Gestão das Escolas (Protege), vai muito além da simples substituição da caderneta de papel pelo uso da tecnologia digital. “É uma iniciativa muito mais ampla que isso. Vamos dar um novo sentido à escola e sua relação com a família. As informações geradas pelo Diário de Classe Eletrônico irão oferecer subsídios para que possamos realizar outros projetos na área da educação”, destaca Walter Leite Nunes, coordenador das Tecnologias Educacionais da SEMED. (...) Com o uso dos tablets pelos professores, os pais e a Secretaria Municipal da Educação de Aracaju terão informações consistentes e detalhadas sobre a frequência dos alunos. “O Diário de Classe Eletrônico permitirá um controle do rendimento do aluno, onde as informações serão recebidas pelos pais, mantendo-os constantemente cientes da situação”, registrou Walter Leite.⁸⁴

⁸¹ <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=55131>, obtido em 24 de novembro de 2014.

⁸² <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=56151>, obtido em 24 de novembro de 2014.

⁸³ <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=60346>, obtido em 24 de novembro de 2014.

⁸⁴ <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=60346>, obtido em 24 de novembro de 2014.

Apesar de uma perspectiva futura com a utilização mais eficaz dos *tablets* fica evidente que os aparelhos foram adquiridos para a realização da frequência escolar e as notícias do portal da PMA afirmam que em 2014 algumas escolas serão contempladas com o PROTEGE, como projeto piloto, e somente em 2015 o projeto será efetivamente implantado⁸⁵.

Por fim, com aquisição e fornecimento de material de consumo (inclusive material de expediente e escritório), aquisição de extintores de incêndio, água mineral, uniformes escolares, compra de material permanente, confecção de chaves, carimbos e similares, mobiliário em geral e móveis corporativos, foram realizados 20 contratos.

4.10 CONVÊNIOS REALIZADOS PELA SEMED PMA 2013

Segundo o Portal da Transparência do TCE/SE, a PMA realizou apenas um convênio em 2013 que foi firmado com a Federação Sergipana de Atletismo no valor de R\$ 24.800,00 com o intuito de “viabilizar a operacionalização do projeto atleta na escola”. O período de vigência do convênio é que não condiz com um projeto que poderia trazer benefícios para os estudantes da rede pública municipal, pois aponta para início em 27 de novembro e fim estipulado em 29 de novembro de 2013.

4.11 REPASSES DA SEMED 2013 PARA O.S., OSCIP’S E ONG’S

Segundo a Secretaria de Finanças de Aracaju/SE⁸⁶, a PMA foi compelida a divulgar os dados financeiros de repasses a entidades sem fins lucrativos devido a um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) realizado entre a prefeitura e o Ministério Público. Em 2013, seis entidades foram contempladas com recursos da educação, a Associação Nosso Lar de Assistência à Infância com oito empenhos perfazendo um total de R\$ 108.056,44, todos eles relativos a contrato de locação de imóvel onde funciona a EMEI Arthur Bispo do Rosário;

A Associação Brasileira de Educadores teve um empenho no valor de R\$ 6.500,00 relativo ao pagamento de “dez inscrições de servidores da SEMED, para participar do Congresso Educar Sergipe e Prêmio Educar 2013, com o tema

⁸⁵ “Em fase de implantação, o Diário de Classe Eletrônico começará efetivamente em 2015, quando as cadernetas darão lugar aos equipamentos eletrônicos – tablets.” <http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=60346>, obtido em 24 de novembro de 2014.

⁸⁶ <http://financas.aracaju.se.gov.br/contas/portal/downloads/semed.pdf>

‘Ressignificando o papel do educador no ambiente inclusivo’”⁸⁷, ou seja, cada inscrição custou aos cofres públicos R\$ 650,00 para um evento que foi realizado em três dias (23, 24 e 25 de maio) num hotel na orla de Aracaju e segundo o Portal Infonet⁸⁸ (único acesso de notícias que conseguimos visualizar o congresso) contou com a participação de três palestrantes.

O Centro Comunitário Social Terezinha Meira teve dois empenhos, no valor de R\$ 14.796,71 relativos a um contrato de locação de imóvel para funcionamento de anexo da Escola Municipal Zalda Gama. A Igreja Adventista do Sétimo Dia e a Igreja Presbiteriana Renovada de Aracaju também tiveram empenhos realizados pela SEMED no intuito de locação de imóveis para o funcionamento de escolas. A primeira, cujo montante de empenhos foi na ordem de R\$ 135.448,80 (seis empenhos), está relacionada ao aluguel do imóvel da Escola Municipal Papa João Paulo II e a segunda foi contemplada com R\$ 289.105,53 (nove empenhos) relativo ao aluguel de imóvel onde funciona, temporariamente devido a reformas (segundo nota de empenho), a Escola Municipal Jaime Araújo.

O Instituto Lourival Fontes foi contemplado com oito empenhos, num total de R\$ 22.780,17 relativos também a locação de imóvel para funcionamentos de duas escolas, a Escola Municipal José Brandão de Castro e a Escola Municipal Jovino Pinto. Fizemos uma procura da página do Instituto na internet, com o intuito de conhecer melhor o trabalho da entidade sem fins lucrativos, mas não obtivemos sucesso, apenas verificamos a existência de uma página nas redes sociais. No total, foi empenhado para entidades sem fins lucrativos em 2013, o valor de R\$ 576.687,65 e efetivamente pagos R\$ 431.175,79.

4.12 EMPENHOS REALIZADOS PELA SEMED PMA 2013

Com o intuito de verificar os repasses financeiros para a educação coletamos todos os empenhos realizados pela (SEMED) no ano de 2013. A tabela abaixo apresenta os empenhos realizados no período citado, onde buscamos agrupar itens por semelhança, mas ainda precisamos redimensionar a tabela para poder enquadrar alguns

⁸⁷<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/EmpenhoLista.aspx?Ini=01/01&Fim=31/12&Num=641&Min=&Max=&Org=&UO=&Reg=&Fun=&SubF=&Prg=&GD=&Mod=&PA=&CE=&ED=&SED=&FR=&CPFCNPJ=&EspD=>

⁸⁸ <http://www.infonet.com.br/agenda/ler.asp?id=142975&titulo=cursos-palestras>

itens que ficaram excluídos de agrupamento, como por exemplo, “Lavagem de cadeiras”.

Coletamos no Portal da Transparência da PMA e no Portal da Transparência do TCE/SE todos os empenhos da SEMED de número 01 até o número 1830 de 2013, envolvendo recursos do FUNDEB, Salário Educação, FNDE e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Os dados aqui apresentados serão relacionados, prioritariamente, ao MDE, que constituem a maior parte dos empenhos. Os empenhos do FUNDEB foram todos relacionados ao pagamento dos profissionais da educação, os empenhos do FNDE a maioria vinculados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como também para aquisição de *Tablets*, formação do ProJovem e materiais pedagógicos para atender o PDDE.

Importante frisar que, infelizmente, o Portal da Transparência da PMA não definia as pesquisas por Secretaria ou Órgão, por ano ou por elemento de despesa, os dados estavam disponíveis ao contribuinte misturados, por data do empenho e não era possível encontrar uma data ou período específico para pesquisa desejada, até modificações ocorridas em meados de 2014. Para verificar, por exemplo, um empenho realizado pela SEMED em janeiro de 2013 era preciso acessar, página por página, todos os empenhos de todas as Secretárias ou Órgãos do Governo Municipal, o que poderia desanimar o contribuinte no tocante ao acompanhamento dos investimentos de forma transparente⁸⁹. As modificações ocorridas no Portal da Transparência da PMA em 2014 apontaram para uma melhora na usabilidade do sistema, porém ainda encontramos dificuldades extremas em conseguir coletar informações.

Esta dificuldade em acessibilidade, por parte do cidadão, pode ser constatada através da última colocação obtida pelo município de Aracaju, entre as capitais brasileiras, no índice da transparência pública organizado pela Associação Contas Abertas, conforme a tabela abaixo:

⁸⁹ Segundo a Associação Contas Abertas, ao realizar observações sobre o Portal da Transparência da PMA: “Quando clicado em Despesas, gera uma lista de empenhos de toda a Prefeitura, que não tem um mínimo de separação por órgão ou por data. Como não existe nenhuma forma de fazer o download e organizar os dados em outra ferramenta, o portal impossibilita qualquer tipo de pesquisa que o usuário deseja fazer;” (<http://indicedetransparencia.com/aracaju-2014/>)

Tabela 28 – índice de transparência das capitais brasileiras em 2014

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA 2014					
Posição	Cidades	Nota	Conteúdo	S.Hist./Atual.	Usabilidade
1	Recife	8,70	8,73	10,00	8,50
2	Vitória	7,61	7,73	7,20	7,50
3	São Paulo	7,14	7,13	8,80	6,95
4	Curitiba	6,74	6,69	8,80	6,55
5	Belo Horizonte	5,30	6,62	7,20	3,75
6	João Pessoa	5,30	5,45	8,00	5,25
7	Natal	5,48	5,89	10,00	4,35
8	Fortaleza	5,31	6,20	7,20	3,85
9	Florianópolis	5,24	5,78	10,00	3,90
10	Maceió	5,09	4,93	10,00	4,70
11	Porto Velho	5,00	6,91	7,20	2,10
12	Palmas	4,97	4,78	10,00	4,60
13	Salvador	4,96	4,95	7,20	4,70
14	Belém	4,85	6,31	9,20	2,30
15	Porto Alegre	4,82	7,31	7,20	1,10
16	Boa Vista	4,81	4,78	6,00	4,70
17	Manaus	4,52	4,15	7,20	3,80
18	Cuiabá	3,92	5,56	7,20	1,25
19	Macapá	3,92	4,22	9,20	2,85
20	Rio Branco	3,27	3,84	2,40	2,60
21	Rio de Janeiro	3,18	4,15	8,80	1,15
22	Teresina	2,93	4,45	2,40	0,90
23	Goiânia	2,81	3,51	1,20	2,05
24	São Luís	2,75	3,40	3,20	1,80
25	Campo Grande	2,70	2,73	0,00	3,00
26	Aracaju	1,36	3,27	6,00	0,00
MÉDIA GERAL		4,73	5,36	6,98	3,62
MÉDIA SUDESTE		5,80	6,41	8,08	4,84
MÉDIA SUL		5,60	6,59	8,67	3,85
MÉDIA NORDESTE		4,68	5,25	7,11	3,78
MÉDIA NORTE		4,48	5,00	7,31	3,28
MÉDIA CENTRO-OESTE		3,14	3,93	2,80	2,10

Fonte: Associação Contas Abertas
(<http://indicedetransparencia.com/ranking-2014-capitais/>)

Como podemos verificar, o item usabilidade foi avaliado com nota zero pela Associação Contas Abertas e sobre esse fato a ONG faz a seguinte crítica ao Portal da Transparência da PMA:

De todas as consultas disponíveis, o portal não possibilita nenhuma forma de download de dados em nenhum formato; Quanto à delimitação temporal das consultas, o Portal permite ao usuário apenas a delimitação temporal consolidada e, portanto, anual. Assim, boa parte das formas avaliadas não são atendidas: Mensal, Bimestral, Trimestral, Semestral.⁹⁰

Fica patente o descaso da gestão com o cidadão, configurado num péssimo serviço de transparência com relação aos dados disponibilizados no portal que deveria ser o canal de diálogo entre o poder público e toda a população da cidade, fato esse que pode contribuir com o aumento da corrupção através da diminuição do potencial de fiscalização por parte da população, elemento historicamente frágil na formação social

⁹⁰ <http://indicedetransparencia.com/aracaju-2014/>

brasileira. Além disso, retira a possibilidade do cidadão poder contribuir com as políticas públicas e intervir nas ações do governo municipal, pois não consegue acompanhar as demandas realizadas pela prefeitura através do Portal da Transparência.

A Tabela e o Gráfico abaixo mostram os vinte e três itens que conseguimos agrupar dos empenhos da SEMED.

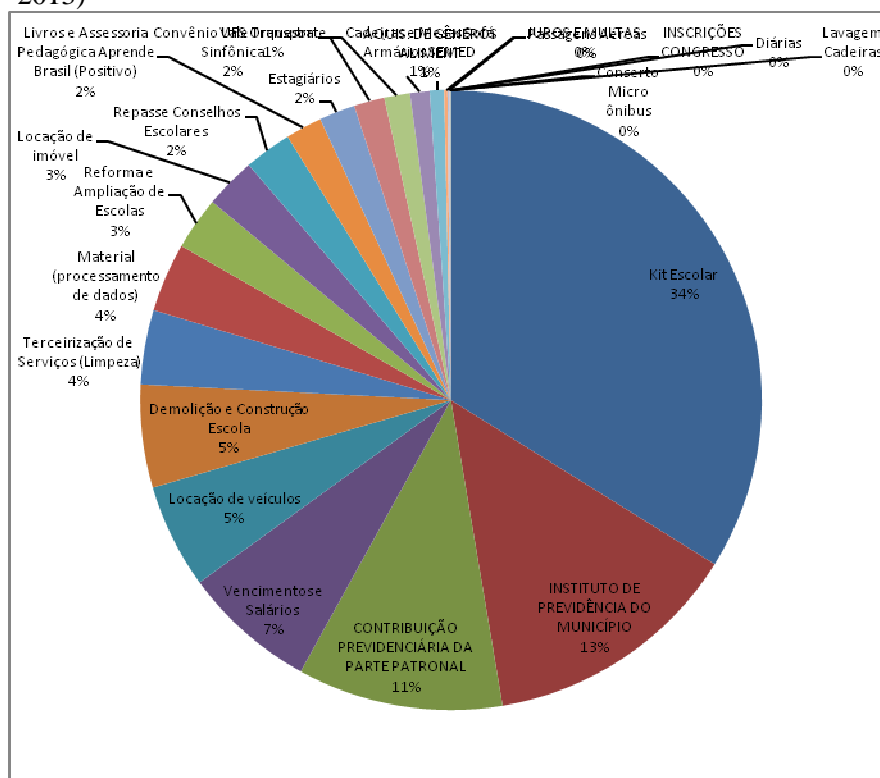
Tabela 29 – Empenhos MDE da PMA (junho de 2013 e 01 a 12 de julho 2013)

Kit Escolar	R\$ 6.323.490,00
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO	R\$ 2.515.870,24
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DA PARTE PATRONAL	R\$ 2.000.000,00
Vencimentos e Salários	R\$ 1.300.000,00
Locação de veículos	R\$ 1.017.148,28
Demolição e Construção Escola	R\$ 1.000.000,00
Terceirização de Serviços (Limpeza)	R\$ 724.151,20
Material (processamento de dados)	R\$ 670.450,00
Reforma e Ampliação de Escolas	R\$ 516.584,69
Locação de imóvel	R\$ 497.443,58
Repasse Conselhos Escolares	R\$ 460.085,00
Livros e Assessoria Pedagógica Aprende Brasil (Positivo)	R\$ 354.720,00
Estagiários	R\$ 350.000,00
Convênio UFS Orquestra Sinfônica	R\$ 298.554,38
Vale Transporte	R\$ 250.000,00
Cadeiras e Mesas Sofá Armários SEMED	R\$ 190.762,00
AQUIS. DE GÊNEROS ALIMENT	R\$ 138.150,00
JUROS E MULTAS	R\$ 32.735,92
Passagens Aéreas	R\$ 20.000,00

INSCRIÇÕES CONGRESSO	R\$ 6.500,00
Diárias	R\$ 5.500,00
Lavagem Cadeiras	R\$ 595,00
Conserto Micro ônibus	R\$ 407,00

Fonte: Portal da Transparência da PMA (2013)

Gráfico 20 - Empenhos MDE da PMA (junho de 2013 e 01 a 12 de julho 2013)



De maneira preliminar podemos fazer uma análise dos seguintes pontos:

a) O Governo Municipal investiu no período R\$ 497.443,58 com aluguel de imóveis para atender “as necessidades da SEMED”, tanto para prédios escolares quanto para anexos da Secretaria. Os empenhos têm sido realizados para pessoas físicas, como também para pessoas jurídicas e entidades religiosas. Chama a atenção o aluguel no valor de R\$ 100.000 (Termo aditivo de locação de imóvel) em favor da Sociedade Educação Tiradentes, a maior empresa privada de Sergipe que atua no ramo da educação superior. O empenho foi realizado em 13 de junho de 2013 no intuito de atender, provisoriamente, as Escolas Municipais Getúlio Vargas, Olga Benário e Carvalho Neto. Entidades de cunho religioso como a Igreja Adventista do Sétimo Dia ,

Igreja Evangélica Independente, Paróquia São Pio X e Convento Nossa Senhora da Piedade também foram agraciadas com empenhos. Também chama a atenção o empenho em nome da Cooperativa Mista de Táxi do Aeroporto de Aracaju, que, à princípio, não tem como prioridade qualquer relação com área educacional ou social e podemos contestar a qualidade dos prédios que estejam à serviço da educação do município (mesmo se tratando de anexos da SEMED);

b) Impressiona a quantidade de empenhos para locação de veículos. Um dos empenhos, de R\$ 690.000,00, era relativo à R\$ 2.000 diárias para atender as necessidades da SEMED, e custou aos cofres públicos R\$ 345,00/dia para um contrato emergencial de 180 dias. Até o momento foi repassado à empresa o valor de R\$ 143.520,00 e alguns outros empenhos chegam ao montante de mais de R\$ 40.000 por veículo (aluguel);

c) A maior parte das diárias repassadas (R\$ 5.000,00) foi utilizada em favor de cinco professoras para participação na 13ª Jornada Internacional de Educação da Bahia no período de 24 a 28 de julho de 2013, evento organizado por uma empresa que não possui ligação com entidades científicas, não há espaço para apresentação de trabalhos e as palestras são vinculadas a fatores motivacionais (um dos palestrantes, por exemplo, é Augusto Cury);

d) Valor relativamente alto para estágios. De acordo com matéria postada no sítio do Sindicato dos Profissionais do Ensino de Aracaju (SINDIPEMA) em 06 de junho de 2013, intitulada “SINDIPEMA participa de reunião na Secretaria de Educação” a SEMED está contratando estagiários para assumir o lugar de “professores que se encontram exercendo outras funções, os cedidos e os que se encontram em gozo das licenças previstas no artigo 121 do Estatuto do Magistério” (<http://sindipema.org.br/noticia/45/sindipema-participa-de-reuniao-na-secretaria-de-educacao>);

e) Em pleno momento de efervescência nacional da luta por melhorias do Transporte Público, pelo passe livre e pelo fim da concessão do transporte para empresas privadas é importante frisar que a PMA empenhou R\$ 250.000,00 ao Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Município de Aracaju/SE.

f) O repasse feito aos Conselhos Escolares atingiu 72 escolas, o maior repasse atingiu o valor de R\$ 13.010,00 e o menor R\$ 2.095,00. Segundo o que consta no empenho, os repasses obedeceram ao que está previsto no PREFIN (DECRETO Nº 4.242/2013 DE 19 DE ABRIL DE 2013). O fato é que o montante empenhado, R\$

460.085,00, para atender 72 escolas representa poucos recursos frente às demandas das escolas, além de representar a metade do que foi gasto com locação de veículos.

g) O maior investimento da PMA em educação, nos empenhos avaliados, é relativo a “Kits Escolares” previstos em cinco empenhos todos eles repassados à empresa FERGBRÁS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Um dos detalhamentos é o seguinte: “FORNECIMENTO DE 5.000 KIT ESCOLAR DO MÓDULO TIPO I (NO VALOR DE R\$ 132,30 CADA) E 3.000 KIT ESCOLAR DO MÓDULO TIPO II (NO VALOR DE R\$ 99,91 CADA), DESTINADOS AOS ALUNOS da SEMED”. A operação foi realizada por Pregão Eletrônico e fracionada em cinco empenhos⁹¹.

Na realização de um estudo dessa monta verificamos a necessidade premente de organização dos diversos setores da sociedade civil, especialmente os profissionais da educação, no tocante a formação sobre os aspectos vinculados à organização político-econômica brasileira e o financiamento educacional. Conselhos, sindicatos, organizações estudantis, associações de pais e mães, entre outros, devem aprofundar seus conhecimentos para ampliar e fortalecer o controle social. Tais conhecimentos podem contribuir com a luta por melhorias na educação, além de formar gerações que compreendam que nosso sistema político privilegia grupos econômicos e uma política contrária aos interesses da maioria da população.

Esses elementos ficam evidentes quando analisamos os dados coletados. Estes revelaram que, além da necessidade de ampliar os recursos vinculados à educação, é preciso que a população participe mais ativamente dos processos deliberativos e na estrutura política, da chamada “democracia representativa”, isto está se configurando como uma luta inglória. Grupos econômicos acabam recebendo do poder público os recursos que deveriam fortalecer a educação como um todo, tudo montando com o respaldo da lei.

Inadmissível que as verbas da educação, no caso analisado do município de Aracaju/SE, sejam destinadas à locação de imóveis e veículos em quantias vultosas, para além daquelas necessárias para suprir as demandas da Secretaria de Educação. Também vimos como um processo de enfraquecimento de quadros da educação a orientação da Formação de Gestores (e profissionais da educação) a partir de uma rede de ensino privada, indo desta maneira, na contramão do processo democrático de

⁹¹ Desses cinco empenhos dois não foram pagos e os demais perfizeram o total de pagamento no valor de R\$ 3.942.090,00 (<https://www.tce.se.gov.br/portaldatransparencia/Contrato.aspx>).

formação humana e atendendo os anseios da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Banco Mundial no sentido de transformar a educação em mercadoria.

4.13 SOBRE A QUESTÃO DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES EM ARACAJU/SE

Em 15 de outubro de 1827, Dom Pedro I, Imperador do Brasil, sancionou a primeira lei que regia a educação no país e mandava “criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos do Império”, data tão marcante na cultura escolar que o dia 15 de outubro é a data alusiva à comemoração do Dia do Professor. Fato importante na promulgação desta lei é o estabelecimento do “ordenado” dos professores, regulando em “200\$000 a 500\$000 anuais: com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares”, surgindo assim a primeira lei salarial do magistério no Brasil.

Passados 181 anos, em julho de 2008, foi sancionada a Lei do Piso Salarial do Magistério (Lei 11738 de 2008), norma já prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 e que demorou 20 anos para ser promulgada. Em 2008, a Lei fixou o piso dos profissionais do magistério público da educação básica em R\$ 950,00 para a formação em nível médio na modalidade Normal para uma jornada de no máximo 40 horas de trabalho. Também estipulou que 2/3 da carga horária deveriam ser para desempenho das atividades de interação dos profissionais do magistério público com os educandos.

Para Davies (2012, p. 155):

A fragilidade de melhoria salarial que o FUNDEB poderia proporcionar ficou evidente depois que foi aprovada a Lei do Piso Salarial, em 2008. Logo em seguida, 5 governadores entraram com ação de inconstitucionalidade da lei no Supremo Tribunal Federal (STF). Embora a lei tenha sido julgada constitucional pelo STF em 2011, muitos governo têm descumprido a lei, sob as mais variadas alegações, provocando uma série de greves do magistério em 2011.

Para além do questionamento jurídico impetrado por alguns governadores sobre a constitucionalidade do piso e da carga horária de interação com os estudantes (pauta já vencida pelo STF em favor dos professores, garantindo o inteiro teor da lei), a Lei do Piso não representa o que o trabalhador necessita para sobreviver com dignidade, não estabelece regras claras para as redes de ensino que não oferecem 40 horas de trabalho

docente, não define os percentuais de reajuste para a titulação dos professores, além de não estabelecer punições para os gestores que não cumprirem a lei.

A Lei do Piso estabelece que a atualização salarial deva ocorrer em janeiro de cada ano, levando-se em conta “o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente”, valor corrigido em 2013, estipulado em R\$ 1.567,00 e em 2014 este valor ficou em R\$ 1.697,32. A tabela xx, elaborada pelo TCU (2013)⁹², mostra a evolução do valor do piso salarial do magistério:

Tabela 30 - Evolução do valor do piso nacional do magistério conforme a Lei 11.738/2008 (Lei do Piso) (Elaboração TCU)

Ano	Piso Nacional do Magistério (R\$)	Índice de Reajuste (%)	IPCA em 12 meses (%)
2008	950,00	-	-
2009	950,00	0	4,31
2010	1.024,00	7,79	5,91
2011	1.187,00	15,84	6,50
2012	1.451,00	22,23	5,84
2013	1.567,00	7,97	5,84 ⁽¹⁾

Fonte: Página eletrônica do MEC.

Nota: a correção da remuneração mínima do professor de nível médio e jornada de 40 horas semanais reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

⁽¹⁾ Acumulado dos últimos 12 meses até outubro de 2013.

Este valor salarial alcançado pelo piso está aquém do necessário para a sobrevivência com dignidade do trabalhador, pois segundo o DIEESE o Salário Mínimo Necessário referente a julho de 2013 é de R\$ 2.750,83. “Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o DIEESE considera o preceito constitucional de que o salário mínimo deve atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família e que é único para todo o país. Usa como base também o Decreto lei 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica Nacional”. (DIEESE, 1993)⁹³.

⁹² GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

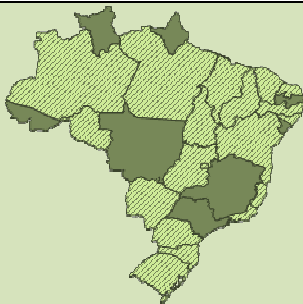
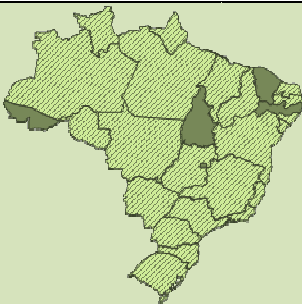
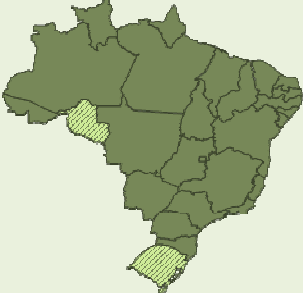
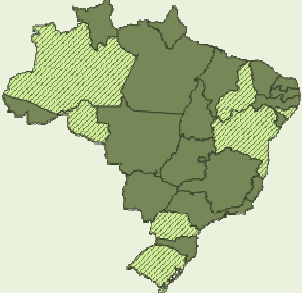
⁹³ Cesta Básica Nacional – Metodologia”, obtido em: <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>

Estudo do DIEESE⁹⁴ de 2012 aponta que, em média, o piso salarial “dos trabalhadores da esfera privada e de empresas estatais nos setores da Indústria, Comércio, Serviços e Rural” (excluídos os profissionais da educação pública) com nível universitário foi de R\$ 1.775,61. Comparado com o Piso do Magistério em 2012 para o nível médio, que foi de R\$ 1.451,00, podemos inferir que a maior parte das redes públicas pagou menos que este valor (de R\$ 1.775,61) aos professores licenciados, sem pós-graduação.

Segundo dados da Folha de São Paulo (13 de agosto de 2013), que avaliou as 27 capitais do país, apenas Macapá paga aos professores abaixo do Piso, R\$ 1.345,60. Aracaju/SE, Teresina/SE e Porto Velho/RO, pagam exatamente o valor do Piso aos professores (R\$ 1.567,00). De um extremo ao outro, Curitiba/PR (R\$ 3.063,4), Porto Alegre/RS (R\$ 3.048,00) e Rio de Janeiro (R\$ 2.933,00) são as capitais que melhor remuneram o professor, com relação ao piso salarial, mas 23 capitais remuneram com o piso abaixo do Salário Mínimo Necessário do DIEESE.

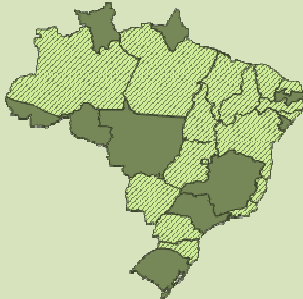
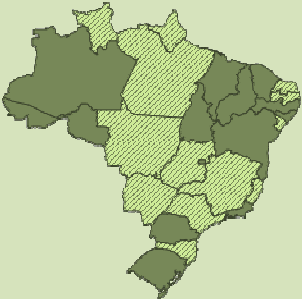
O Relatório do TCU (2013)⁹⁵ também realizou este levantamento sobre os estados que cumprem ou não a Lei do Piso comparando os dados do MEC e da CNTE:

Tabela 31 - Cumprimento da Lei 11.738/2008 (Lei do Piso), pelos estados, segundo o MEC e segundo a CNTE (elaboração TCU, 2013)

Aspectos da Lei do Piso	Segundo o MEC	Segundo a CNTE
Pagam o piso salarial e cumprem a jornada de 1/3 fora da sala de aula	 <p>AC, AP, MG, MT, PB, RR, SE e SP</p>	 <p>AC, CE, DF, PE e TO</p>
Pagam o piso salarial	 <p>AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RR, SC, SE, SP e TO</p>	 <p>AC, AP, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, PE, RJ, RN, RR, SC, SE, SP, TO</p>

⁹⁴ “Balanço dos pisos salariais negociados em 2012”, obtido em: <http://www.dieese.org.br/balancodospisos/2012/estPesq67BalPisos2012.pdf>

⁹⁵ GRUPO I - CLASSE V – Plenário TC-007.081/2013-8 Natureza: Relatório de Auditoria (Fiscalização nº 177/2013)

Aspectos da Lei do Piso	Segundo o MEC	Segundo a CNTE
Cumprem a jornada de 1/3 fora da sala de aula	 <p>AC, AP, MG, MT, PB, RO, RR, RS, SE, SP</p>	 <p>AC, AL, AM, BA, CE, DF, MA, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, TO</p>

Elaboração: TCU/SecexEducação.

Fonte: MEC e CNTE.

Verificamos na análise dessas informações que existem discrepâncias entre os dados fornecidos pelo MEC e pela CNTE e, para além da disputa política, fica evidente que muitos estados não pagam o piso salarial que é já um valor irrisório para a sobrevivência do professor.

Se compararmos João Pessoa/PB com Aracaju/SE, duas cidades de mesmo porte, situadas no nordeste (com a diferença que Sergipe é um estado produtor de petróleo o que garante arrecadação de recursos do FUNDEB, sem necessidade da Complementação da União) verificamos a discrepância salarial. A capital paraibana estabeleceu o piso em R\$ 2.800,00, um valor 78% que o piso pago pela capital sergipana.

Infelizmente muitos estudos deixam de analisar a carreira do magistério como um todo. De acordo com a Tabela Salarial dos Profissionais do Magistério da Educação Básica de Aracaju, o teto salarial de um professor em final de carreira com mestrado ou doutorado (a lei não distinção nessa titulação) é de R\$ 3.115,24 (sem os adicionais de triênio e o adicional de 1/3). Ou seja, depois de 20 anos de magistério o professor tem como salário um valor próximo ao necessário do salário mínimo.

Se fizermos uma análise da realidade da maioria dos professores da rede pública de Aracaju/SE, vamos verificar que a maioria está enquadrada no Nível II da carreira, ou seja, possuem especialização. Para os que estão em início de carreira a Tabela Salarial prevê uma remuneração 2.235,63, menor que o Piso de 12 capitais brasileiras e os que estão em fim de carreira, neste nível, terão uma remuneração próxima ao Salário Mínimo Necessário.

Ou seja, a Lei do Piso Salarial é frágil, a realidade salarial dos profissionais do magistério é precarizada e os gestores que não cumprem a lei não são punidos. “A lei não prevê sanção automática ao gestor que descumpra a regra. Ao sancionar a norma, o

então presidente Lula afirmou que só cabe punição se comprovada a desonestidade do administrador” (Folha de São Paulo, 13 agosto de 2013). Assim, além de Macapá que não cumprem a lei do piso com relação ao valor mínimo da remuneração, 11 capitais⁹⁶ (segundo a pesquisa da Folha de São Paulo) não cumprem o dispositivo da lei que diz que o docente pode utilizar 1/3 da sua carga horária para planejar, corrigir avaliações, estudar etc.

⁹⁶ Manaus, Belém, Cuiabá, Campo Grande, Florianópolis, São Paulo, Vitória, Salvador, Maceió, Recife e Natal.

A GUIA DE CONCLUSÃO: PROLETÁRIOS, UNI-VOS!

Encerramos o processo de escrita deste trabalho num momento de profundas transformações do panorama conjuntural internacional e nacional. Em destaque, podemos citar o chamado golpe institucional realizado por setores conservadores, inclusive que estavam na base do apoio do Governo Federal, que realizaram o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef (PT) em 2016. Dentre as análises da quebra da chamada ordem institucional, Gomes (2016) afirma que:

Com o afastamento dela [Dilma Roussef] do cargo, ficaram evidentes (...) pulsos que orquestraram e aplicaram o golpe contra a nossa democracia. O primeiro foi a banda podre da nossa política, que deseja obstruir a justiça barrando a Operação Lava Jato, operação essa que revela as entranhas da corrupção no Brasil. O segundo se destina a reter todos os recursos destinados aos direitos sociais para colocá-los a serviço do pagamento dos juros da dívida pública (GOMES, 2016, p. 40).

Gomes (2016) assevera também que mesmo o Governo Dilma Roussef realizando uma "política extremamente conservadora", que beneficiou sobremaneira os bancos em detrimento aos interesses da população, setores interessados no "tabelamento" de investimentos em educação e saúde, na privatização do petróleo e na entrega de outras riquezas para o capital estrangeiro, orquestraram a tomada do poder.

Sem dúvidas à ascensão ao poder do então vice-presidente Michel Temer (PMDB) mostrou os reais interesses dos grupos conservadores. Em pouco tempo de mandato, o governo conseguiu aprovar a chamada PEC dos gastos públicos, a PEC 55/16, que, sob a égide do ajuste fiscal, congelou por 20 anos os investimentos públicos além de outras consequências. Tal medida, a aprovação da PEC 55, causou preocupação por parte de várias entidades que analisam e discutem o financiamento educacional no país⁹⁷.

Especialistas afirmam que a retomada do ajuste fiscal de maneira tão visceral pode impactar as metas do Plano Nacional de Educação e inviabilizar a expansão da Educação Básica. Outra ação drástica deste governo foi encaminhar ao Congresso

⁹⁷ Ver: <http://www.anped.org.br/news/anped-apoia-causa-e-luta-contra-retrocessos-sociais-impostos-pela-pec-55> e <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/39980/pec-do-teto-dos-gastos-publicos-e-os-riscos-para-a-educacao/>.

Nacional uma Medida Provisória (MP 746/16)⁹⁸ que reformulou o Ensino Médio no país sem discussão com a sociedade civil. Entre outros pontos, esta reforma do ensino médio precariza ainda mais o trabalho nas escolas, ao ponto de admitir professores sem formação específica e com o que a MP 746 chama de notório saber⁹⁹. A MP 746 também abriu brechas para a abertura da educação à distância na educação básica e possibilidades de uso dos recursos do FUNDEB para a chamada Política de Fomento às escolas de ensino médio em tempo integral.

Fica evidente que tais políticas privilegiam os setores vinculados aos interesses do capital e da expansão da iniciativa privada em detrimento ao desenvolvimento das políticas públicas que devem atender a população mais carente do país. De certa maneira, setores ligados ao capital desejam a regulamentação das políticas privatistas já iniciadas por alguns governos subnacionais e por muitos municípios espalhados pelo país.

Aos poucos as Parcerias Público-Privadas, os convênios e contratos com Organizações Sociais e ONG's, o uso do dinheiro público sem controle para empresas que só visam o lucro e desvio de finalidade de recursos vão sendo legitimados pelo aparato jurídico.

Em Aracaju/SE esse fato fica patente ao analisarmos os dados coletados por esta pesquisa. Malgrado o prefeito não ter sido reeleito em 2016 para um segundo mandato, fato esse que carece de maior análise por não ser algo corriqueiro na estrutura política desse país, a análise das ações governamentais no tocante à destinação dos recursos públicos para a educação apontam para o fortalecimento do setor privado.

Dessa forma, verificamos no município de Aracaju/SE, que parte considerável das verbas da educação foi destinada para a iniciativa privada ou para projetos vinculados a empresas, enfraquecendo a *res publica*, e fortalecendo projetos políticos neoliberais. Além disso, a expansão da rede privada no município, em vários níveis da educação, é uma demonstração que as políticas adotadas ao longo dos últimos anos privilegiaram o setor vinculado à iniciativa privada.

⁹⁸ Convertida, após aprovação no Congresso Nacional, na Lei 13415/17.

⁹⁹ A Lei 13415 alterou o artigo 61 da LDB que passou a ter o seguinte texto: "IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. "

Especificamente, projetos da iniciativa privada como o Alfa e Beto, demonstram como é possível injetar, de maneira aparentemente legal, milhões de reais no fortalecimento de alguns setores da economia em detrimento ao atendimento de serviços de qualidade para a classe trabalhadora. Além disso, convênios com o Sistema Positivo e as artimanhas de utilizar espaços privados, pagos com dinheiro público, para realizar as formações de professores comprovam os interesses desses projetos educacionais.

Vultosos recursos destinados aos programas Mind Lab e Joy Street fizeram sangrar o dinheiro público destinado à educação no município de Aracaju/SE. Mais de três milhões de reais em programas que mais se aproximam a peças de marketing do que prioritariamente ao desenvolvimento da educação básica, reforçam mais e mais que a política do governo analisada não privilegiou o desenvolvimento da classe trabalhadora.

Dados consolidados nesta pesquisa apontam também para as relações entre a prefeitura e o setor da educação superior privado, no que se refere a empenhos realizados para a oferta de cursos de especialização. Para além dos repasses financeiros, pode-se se questionar o viés ideológico de uma formação de professores oferecida por uma instituição privada de ensino superior.

Um ponto que não pode passar despercebido nestas considerações finais é o fato da pouca transparência do município de Aracaju. Inconcebível que a capital de um estado nordestino ainda padeça com a fragilidade no controle social de suas contas públicas. Para além dos dados já apresentados no corpo deste trabalho, o Painel dos Municípios¹⁰⁰ elaborado pela CGU deu nota (em 2016) 2,22 ao município no item Escala Brasil Transparente¹⁰¹.

Esta falta de transparência deliberada, por parte do poder público, contribui para a desarticulação da sociedade no tocante à organização coletiva e faz com que a classe trabalhadora não se sinta instrumentalizada na realização de críticas à gestão. Compreendemos que o acesso a esses dados, que deveriam ser públicos, pode fazer parte do processo de formação político-pedagógico nas escolas e a falta de uma cultura de controle social é reflexo dessas ações que evitam a participação popular.

¹⁰⁰ Ver em: <http://paineis.cgu.gov.br/index.htm>

¹⁰¹ Para chegar a esta nota a CGU leva em consideração nove itens: classificação de sigilo; responsabilização por negativa; instância recursal; divulgação do Serviço de Informação ao Contribuinte (SIC) físico; SIC eletrônico; existência de dados que dificultam o acesso; acompanhamento online do pedido de informação; resposta no prazo e resposta em conformidade ao solicitado.

Concluimos, portanto, que a estrutura política e econômica no Brasil não privilegia um processo educacional voltado para a transformação social e que é preciso realizar uma ruptura radical com essa forma de organização que se vincula em torno dos ditames e interesses comerciais e políticos do capital.

Como diz Bava (2017):

Construir uma nova sociedade, novas relações de produção e consumo, novas formas de convivência social, uma democracia radical onde os cidadãos possam se reapropriar do governo e do poder em seus territórios e produzir uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e deles com a natureza. Tudo isso não é uma tarefa fácil (BAVA, 2017, p.03).

Por fim, entendemos que a lógica do financiamento da educação no Brasil é um dos elementos da engrenagem do sistema econômico, injusto e desumano, que relaciona a lógica de fundos ao consumo da população – é possível verificar isso a partir do FUNDEB com relação à retenção de imposto do ICMS e do IPVA. É preciso, mais que nunca, denunciar a lógica excludente dessa engrenagem e participar da organização da luta da classe trabalhadora. Não é uma tarefa fácil, quem está à frente desse processo sabe muito bem disso – mas não é impossível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Nelson Cardoso Amaral. **Para compreender o financiamento da educação**. Brasília: Liber Livro, 2012.
- BAVA, Sílvio Caccia. **Ousar pensar mais além**. Le Monde Diplomatique Brasil. Ano 10. Número 115. Fevereiro de 2017.
- BOCCHI, Roberta Maria Bueno. **Gestão Financeira na Escola Pública: A cultura do abafa**. Anais do FINEDUCA, 2016.
- BOTLER, Alice. **Princípios da gestão e do financiamento da educação: democracia e justiça entre o público e o privado**. IN: SOUSA JUNIOR, Luiz; FRANÇA, Magna; FARIAS, Maria Salete Barboza de (org.). **Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livro, 2011.
- BRASIL. **Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- _____. **Congresso Nacional. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.
- _____. **Decreto nº 6003**. Brasília, 2006.
- _____. **Congresso Nacional. Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **PIB negativo, educação positiva**. Jornal Folha de São Paulo, 16 de dezembro de 2013.
- BRZEZINSKI, Iria. **LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos**. São Paulo: Cortez, 2014.
- BUARQUE, Cristovam. **Educação Revolucionária**. Revista APASE, ano VI, n. 6, p. 43-49, São Paulo, abril de 2007.
- CASTRO, Cláudio de Moura. **Desenvolvimento Econômico, Educação e Educabilidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento da Educação no Brasil**. Revista Em Aberto. Volume 18 – Financiamento da Educação no Brasil. Brasília: INEP, dezembro de 2001. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Financiamento+da+educa%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil/79f5c55d-64f2-4972-ab66-64abf605597d?version=1.3>.
- CARA, Daniel. **À espera do PNE**. Revista Educação. São Paulo, junho de 2013.
- CARVALHO, Mauri de. **Esporte em democracia: gênese do político**. Vitória/ES: EDUFES, 2011.
- CARVALHO, Edmilson. **A totalidade como categoria central na Dialética Marxista**. Revista Outubro do Instituto de Estudos Socialistas, número 15, 2007. Disponível em: <http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2008/07/totalidade-como-categoria-central-da.html>.

- CGU. **Controle Social**. Brasília, 2012.
- CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- COELHO, Erelino. **Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense (2005).
- COSTA, Edmilson. **Brasil: extraordinária jornada de lutas**. http://www.resistir.info/brasil/jornada_lutas_30jul13.html.
- COSTA, Áurea C. **Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação do ensino básico brasileiro**. IN: COSTA, A.; EDGARD NETO; SOUZA, G. **A proletarianização do professor: neoliberalismo na educação**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.
- COUTINHO, Henrique Guimarães. **Os conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e a gestão municipal da educação: um estudo em municípios nordestinos**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE. Recife, 2015.
- DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e as verbas da educação**. São Paulo: Xamã, 2001.
- _____. **O FUNDEF e os equívocos na legislação e documentação oficial**. Cadernos de Pesquis, n.113, p.113-128, julho de 2001b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a06n113.pdf>. Acesso em: 14 de fev. 2017.
- _____. **FUNDEF: a redenção da Educação Básica?** São Paulo: Autores Associados, 2008.
- _____. **O financiamento da educação no Brasil**. Revista Germinal, número 11. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/germinal/n11-072010.htm#financiamento>. Acesso em: 10 mar. de 2016.
- _____. **Alguns desafios do financiamento da educação: a responsabilidade pelo ensino na legislação, a capacidade tributária dos governos e o impacto do FUNDEF e do FUNDEB na educação**. In: PARENTE, Juliano Mota e PARENTE, Cláudia da Mota Darós (Orgs.). **Política, Gestão e Financiamento da educação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.
- _____. **Fragilidades e desafios do financiamento em planos de educação**. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 37, n. 2, p. 190-200, maio-ago. 2014.
- FATTORELLI, Maria Lúcia. **Caderno de Estudos – A Dívida Pública em Debate**. Brasília, 2012. 80p.
- _____. **Auditoria Cidadã da Dívida nos Estados**. Brasília: Inove Editora, 2013.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Curso a distância cresce 45 vezes em dez anos**. Domingo, 04 de agosto de 2013 (a).
- _____. **PROUNI rende isenção fiscal de R\$ 4 bi a faculdades privadas**. Cotidiano, 04 de agosto de 2013 (b).
- FRAGA, Érica e CARNEIRO, Mariana. **A trava e as chaves: lições da educação**. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Mercado B4, 15 de dezembro de 2013.
- FREIRE, Eduardo José. **FUNDEF: solução para os males da educação?** REFAF - Faculdade de Alta Floresta – MT V.2, N.4 (2015). Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/usuario/My%20Documents/Downloads/216-675-1-PB.pdf>.
- GOMES, -Ciro. **Por que o golpe acontece?** In: SINGER, André (et. al). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

- LEHER, Roberto. **Desafios para uma educação além do capital**. IN: JINKINGS, Ivana e NOBILE, Rodrigo (orgs.). **Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MILITÃO, Sílvio Cesar Nunes. **FUNDEB: mais do mesmo?**. ANAIS DO SIMPÓSIO DA ANPAE, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0492.pdf>.
- MCLAREN, Peter & FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia Revolucionária na Globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- VOLPE, Geruza Cristina Meirelles. **O financiamento da educação de jovens e adultos no período de 1996 a 2006: farelos de migalhas**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP. Campinas, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- _____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Financiamento da educação no Brasil: um estado da arte provisório e algumas questões de pesquisa**. In: GOUVEIA, A B, SOUZA, A R e TAVARES, T M (orgs.). **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: UFPR, 2006.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, Outubro. 2007. Obtido em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300003&lng=en&nrm=iso>.
- PEREIRA, Maria Aparecida Nunes Pereira. **Financiamento da Educação Básica no Estado da Paraíba: análise dos primeiros resultados do FUNDEB nos municípios de João Pessoa e Cabedelo (PB)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP. Campinas, 2012.
- PESSÔA, Samuel. **Educação e Crescimento Econômico**. Jornal Folha de São Paulo, 15 de dezembro de 2013.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995–2002)**. Educ. Soc., Campinas, v.23, n.80, set/2002, p. 108-135.
- _____.; ADRIÃO, Theresa. **Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil**. Eccos –Revista Científica, São Paulo, vol. 8, n.1, p. 23-46, jan./jun.2006.
- SALVADOR, Evilásio. **Perfil da desigualdade e Justiça Tributária: com base nas declarações do Imposto de Renda no Brasil 2007-2013**. Brasília: INESC, 2016.
- SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. São Paulo: Autores Associados, 2007.
- _____. **Escola e Democracia**. 36ª edição. São Paulo: Autores Associados, 2003.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade. **Fundef: corrigindo distorções históricas**. Revista Em Aberto. Volume 18 – Financiamento da Educação no Brasil. Brasília: INEP, dezembro de 2001. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Financiamento+da+educa%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil/79f5c55d-64f2-4972-ab66-64abf605597d?version=1.3>.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. **Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2004, vol.12, n.45, pp.925-944.

_____. **Política, gestão e financiamento de sistemas municipais públicos de educação no Brasil: bibliografia analítica (1996-2002)**. São Paulo: Xamã, 2005.

TOMASI, Livia de et alli. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia. **O público e o privado na educação: uma (in)distinção polêmica**. In: BRZEZINSKI, Iria. **LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos**. São Paulo: Cortez, 2014.

XAVIER NETO, Lauro Pires. **Projeto histórico socialista e a escola do MST: possibilidade-realidade frente ao projeto histórico capitalista**. Dissertação de mestrado. PGGE/UFPB, 2005.

XAVIER NETO, Lauro Pires. **Proletários uni-vos: o caminho para a (r)evolução da educação**. Monografia de Especialização em Administração da Educação. UFPB, 2000.